



RONALDO RAEMY RANGEL

A trajetória da sociedade amante da instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829-1876).

**Campinas
2013**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

RONALDO RAEMY RANGEL

A trajetória da sociedade amante da instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829-1876)

Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves – Orientador

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração: História Econômica.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO RONALDO
RAEMY RANGEL E ORIENTADA PELO PROF. DR.
JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES.**


Orientador

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

R163t Rangel, Ronaldo Raemy, 1958-
A trajetória da Sociedade Amante da Instrução : entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829 - 1876) / Ronaldo Raemy Rangel. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: José Ricardo Barbosa Gonçalves.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Sociedade Amante da Instrução. 2. Elite (Ciências sociais) - Brasil. 3. Revolução industrial. 4. História econômica. 5. Brasil - História - Império, 1829-1876. I. Gonçalves, José Ricardo Barbosa, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The trajectory of the Sociedade Amante de Instrução : between pragmatism and humanism of the imperial elite (1829 - 1876)

Palavras-chave em inglês:

Sociedade Amante da Instrução

Elite (Social sciences) - Brazil

Industrial revolution

Economic history

Brazil - History - Empire, 1829-1976

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Ricardo Barbosa Gonçalves [Orientador]

Ana Paula Belém Hey

Angelita Matos Souza

Milena Fernandes de Oliveira

Eduardo Barros Mariutti

Data de defesa: 17-12-2013

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



TESE DE DOUTORADO

RONALDO RAEMY RANGEL

**A trajetória da sociedade amante da instrução: entre o
pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829-1876)**

Defendida em 17/12/2013

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof^a. Dr^a. ANA PAULA BELÉM HEY
FFLCH / USP


Prof^a. Dr^a. ANGELITA MATOS SOUZA
UNESP


Prof^a. Dr^a. MILENA FERNANDES DE OLIVEIRA
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Instituto de Economia / UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Preliminarmente agradeço a minha esposa Fabiana, que me apoiou em todas as etapas do desenvolvimento do Doutorado não só me estimulando, mas em vários sentidos me obrigando a superar minhas dificuldades, inclusive aquelas ligadas a problemas de saúde. Para Fabi todo meu carinho.

Agradeço também a Sociedade Amante da Instrução nas figuras de dois de seus presidentes: o Dr. Antonio Parreiras (*in memoriam*) que presidia a Sociedade quando iniciei a pesquisa e a Profa Rachel Torres atual presidente. Os dois não só disponibilizaram o acervo da Sociedade para que a pesquisa pudesse ser realizada como também me ofereceram seus depoimentos pessoais sobre a história da instituição, facilitando em muito minha tarefa.

Gostaria também de agradecer aos professores Milena Fernandes de Oliveira e Eduardo Barros Mariutti que fizeram parte da minha banca de qualificação. Suas sugestões e comentários auxiliaram significativamente no desenvolvimento do texto final. Tenho a esperança de ter incorporado adequadamente suas orientações.

Por fim agradeço ao prof. José Ricardo Barbosa Gonçalves não só pelo apoio no desenvolvimento do presente trabalho, mas também pelas agradáveis conversas “extra pauta” e pela amizade que sempre me ofereceu.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o papel de um grupo específico das elites no Império, segmento que sem dúvida pertencia ao grupo hegemônico do país, mas que dele se destacava por sua instrução, nível cultural e, principalmente, por seu contato frequente com o mundo já desenvolvido nos moldes da revolução industrial. Por um lado tal segmento, como parte da elite econômica, atuou de forma pragmática na direção da criação de um Estado que se tornasse um ator privilegiado e que atendesse aos interesses dos produtores envolvidos com o modelo escravocrata-agrário-exportador e, por outro, adotou uma visão humanista que se vinculava a sua compreensão sobre as transformações em sociedades que desfrutavam de ganhos advindos da revolução industrial, mas que viam emergir novas relações sociais. Assim, o segmento da elite estudado, independente da esfera do Estado, buscou discutir questões relevantes para os seus interesses e o fez pela aproximação a instituições privadas de caráter não confessional através das quais puderam generalizar suas ideias, quer fosse entre seus próprios membros (já que entendiam como necessário que estivessem eles próprios organizados como atores coletivos) quer com o conjunto de homens livres, que não derivassem do grupo hegemônico. Uma das associações escolhidas por esse segmento foi a Sociedade Amante da Instrução que é usada como guia do trabalho.

Palavras Chave: Elite. Império. Modelo escravocrata.

ABSTRACT

This work intends to discuss the role of a specific group of elites in the Empire, a segment which belonged to the hegemonic group in the country, but it stood out for their education, cultural level, and especially for his frequent contact with the developed world after the industrial revolution. As part of the economic elite, acted pragmatically to create a State to become a privileged actor and would meet the interests of producers involved with model slave agrarian export, and, secondly, adopted a humanistic vision that was linked to transformations in societies that enjoyed gains from the industrial revolution, but they saw emerging new social relations. The segment of elite studied, regardless of the sphere of the State, sought to discuss issues relevant to their interests and made the approach to private institutions (non-confessional) through which could generalize their ideas, whether it were among their own members (as understood that they needed to be organized as collective actors) or among free men, that were not derived from the hegemonic group. One of the associations chosen by this segment was the Sociedade Amante da Instrução which is used to guide the work.

Keywords: Elite. Empire. Model slave.

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Tipos de Associações Registradas no Conselho de Estado (1860-1887).....	33
TABELA II – Instrução na Corte (1830).....	139
TABELA III – Déficit Escolar na Corte (1873).....	140

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Breve Contextualização: As Formas Associativas, o Ideário Civilizatório e a Perspectiva Humanista.....	29
Capítulo 2 – A Imperial Sociedade Amante da Instrução o Pragmatismo e o Contexto Socioeconômico do Império.....	75
Capítulo 3 – A Sociedade Amante da Instrução a Visão Humanista e o Arcabouço da Educação Institucionalizada no Império.....	117
Capítulo 4 – Sobre a Amante da Instrução e os Desafios Humanistas da Elite Instituinte no Império.....	145
Considerações Finais.....	163
Referências.....	175

Introdução

Podemos aceitar que a organização social brasileira, desde a independência, é marcada pela ambiguidade de nossa realidade que, por um lado se forma a partir da condição colonial e de uma economia fundada eixo mercantil-escravista e por outro, é influenciada por princípios liberais e humanistas que, grosso modo, estão presentes ou, no mínimo, permeiam inovações institucionais e jurídico-políticas.

Tais aspectos são amplamente tratados na historiografia brasileira, na qual a temática da construção do Estado e da Nação vem mantendo relevância, associada a um amplo leque de pesquisas sobre o tema.

Contudo e, com efeito, o dinamismo desse debate recente não deixa de se fundar em autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Florestan Fernandes etc.

Se tomarmos o texto "*A herança colonial – sua desagregação*" - de Buarque de Holanda veremos que já no primeiro parágrafo há a afirmação: "No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas" (HOLANDA, 1976, p. 9), questão que de uma forma ou de outra repercute em toda a historiografia produzida sobre este tema hoje.

É, também, correto afirmar que, desde o início da nossa autonomia política, as elites sempre estiveram à frente das decisões e, mesmo, ditaram o rumo que deveria tomar o governo imperial após a independência.

Entretanto, devemos lembrar que conceito de elite, em verdade, é instrumental, implicando que somente pode ser compreendido quando contextualizado para certo objeto de estudo.

Em história o conceito de elite pode ser entendido como um termo aberto que assume nuances diversas dependendo daquilo que qualifica, como por exemplo: a política, a econômica etc.

Numa perspectiva teórica a categoria elite possibilita a análise da ação política de um segmento e como tal ação contribuiu para as relações sociais de dominação que permitiram no caso brasileiro o desenvolvimento do Estado Nação e, simultaneamente a manutenção da identidade regional ligada à tradição colonial.

Jean Duma (2003, p. 101), afirma que os critérios para caracterizar *elite* seriam: “o nível de fortuna, o peso da genealogia, as funções ocupadas, a questão da identidade de um grupo e a maneira pela qual ela vai se definir através de um culto da distinção e da aparência”. Segundo o autor, em praticamente todas as sociedades, encontra-se ao menos um

desses elementos nos grupos de comando das esferas política ou econômica.

Reafirmamos, assim, que o conceito de elite apresenta uma possibilidade de definição bastante variável, pois em todas as organizações sociais, as relações de poder fazem parte de uma complexa estrutura cultural e social, sendo que sempre haverá um setor que detém o mando ou que coordene as ações de um determinado grupo em termo de ação política, econômica, intelectual, sindical, agrária ou burocrática.

De toda sorte, aceita-se forma geral, que o termo elite indica um grupo que se encontra em uma posição hierárquica superior, sendo que os principais autores sobre o período imperial brasileiro normalmente vinculam a elite da época a alguma forma de intervenção ao Estado. Para Caio Prado Junior (2008) a classe dominante no período imperial é proprietária de terras e escravos e intervém na esfera política do Estado visando transformá-lo em instrumento de seus interesses. Em direção análoga Ilmar de Mattos (1987) distingue o Estado Imperial brasileiro como resultado da hegemonia de uma classe, que se entende como classe senhorial ou de grupos ligados a eles por laços familiares. Tal interpretação entende que supremacia da classe dominante não é obtida meramente pela coerção, mas principalmente pelo consentimento, ou se preferirmos, pelo consenso (como veremos fundamental em uma sociedade escravista), e que leva à sua hegemonia no Estado.

Em outra direção destacam-se autores como Raymundo Faoro (1977) que introduzem ao debate a noção de estado

patrimonial e estamentos. Para Faoro, o estamento seria uma estrutura social autônoma e fechada, típica de um estado patrimonial. Frente à discussão derivada do conceito, podemos afirmar que para Faoro a sociedade brasileira foi moldada por um “estamento burocrático” derivado da tradição patrimonial-burocrática portuguesa que nunca correspondeu a uma burocracia moderna, mas a um tipo de dominação política, em que o poder não é uma função pública, mas sim objeto de apropriação privada. Por tal interpretação a nação teria sido criada pelo Estado, e mais o “estamento” teria conduzido o país à modernização, em detrimento da modernidade.

Como contraponto, José Murilo de Carvalho (2003) afirma que aquilo que Faoro chamava estamento, “na verdade era uma elite política formada em processo bastante elaborado de treinamento, a cujo seio se chegava por vários caminhos, os principais sendo alguns setores da burocracia, como a magistratura (...) o segredo da duração dessa elite estava, em parte, exatamente no fato de não ter a estrutura rígida do estamento, de dar a ilusão de acessibilidade, isto é, estava em sua capacidade de cooptação de inimigos potenciais” (CARVALHO, 2003, p. 151).

Com efeito, José Murilo de Carvalho não entende as elites como grupo de homens notáveis em função de sua atuação na esfera política, econômica etc, mas sim como grupos especiais distintos das massas que se caracterizam pela homogeneidade, na ideologia e no treinamento, o que atenua os conflitos e expande a capacidade de implementar um modelo de

dominação política. Essa homogeneidade é muito menos influenciada pela origem social e muito mais pela socialização da elite (formação acadêmica, carreira política etc), sendo que quanto mais homogênea a elite, mais estável o processo de formação do Estado. Em verdade, o autor, indica uma relação de causalidade recíproca entre o perfil e a constituição das elites e o processo de formação do Estado Imperial brasileiro.

Seja como for, num sentido amplo, devemos entender que a elite imperial brasileira era um grupo de indivíduos proprietários ou de indivíduos ligados a grandes proprietários de terras, que ocupava posições de destaque na estrutura administrativa do Estado, sendo homogênea ideologicamente e mantendo coerência no pensamento político.

Contudo, vale também destacar, que autores como Pedro Carosa (2007) entendem que uma condição básica para analisar a elite é seu caráter posicional, tanto de poder quanto de status. Assim, apesar de estar composta de indivíduos, a elite se comporta como grupo e esta condição de grupo faz com que a elite acabe agindo como um “status” no sentido de posição, e não como processo.

A elite imperial não era homogênea e se distribuía em diversos setores ou grupos com interesses distintos, definidos por questões regionais, de formação cultural, de relações interpessoais etc, e que vão determinar diferentes formas de ação e, principalmente, de estratégias políticas.

Nesse sentido aceitamos que a elite se divide em subgrupos ou segmentos, sendo que parte da elite imperial centrou seus esforços após a independência não só no processo de emancipação política do Brasil e de consolidação do Estado Imperial brasileiro, mas prioritariamente na construção de uma Nação, unificada em anseios e possuidora de uma identidade peculiar, que se identificasse com o ideal de *ordem e civilização*.

Havia, então, aqueles para quem a ação do Estado, negando qualquer tipo de idealismo, deveria se dar por uma atitude prática, isto é pragmática, de forma que tais ações fossem sempre as mais objetivas visando a garantir as relações sociais de produção típicas de uma lógica econômica escravista e monocultora. Para tal grupo da elite a praticidade das soluções, ou o *pragmatismo*¹, visava então, criar um Estado que desenvolvesse um programa exequível que atendesse aos interesses dos proprietários de terra e produtores envolvidos com o modelo escravocrata–agrário–exportador.

Entretanto, uma das características marcantes desse grupo da elite, foi a construção de instituições erguidas sem o compromisso de incorporação social, pelo contrário, dando como certo a existência de extremos na escala social, ou se preferirmos a existência de uma sociedade dividida em senhores e escravos. Tal estrutura social nas palavras de Caio Prado Jr foi: "... avultando com o tempo o número dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou

¹ A expressão *pragmatismo* como aqui utilizada não se refere à doutrina filosófica que adota como critério da verdade a utilidade prática e sim a intenção de instrumentalização do Estado para finalidades práticas.

menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma” (PRADO JUNIOR, 1996, p. 279).

Com efeito, logo após a independência, os recursos materiais destinados para os destituído eram muito escassos (quando recursos existiam), sendo que o pragmatismo proposto por parcela da elite para vida econômica e social assumia uma forma dual, pois por um lado, a “boa sociedade” (ou a elite pragmática) expressava uma sociabilidade excludente, que como veremos, estava baseada em relações patriarcais, ao mesmo tempo em que tolera, convive e reprime a desordem e toda e qualquer forma de desvio social².

Não sem sentido José Pimentel Filho, nos apresenta, em artigo, o relatório da Província do Ceará de 1853, no qual Joaquim Villela de Castro Tavares³ afirma: “O homem ignorante e irreligioso, quando já não esteja affeito aos crimes, tem o pé na estrada delles e só aguarda occasião oppotuna para os encetar” (CEARÁ, 1853 in: PIMENTEL FILHO, 2011).

Por outro lado, exatamente pela existência de um enorme conjunto de homens livres, porém, excluído, é que parte da elite buscou alternativas à formação de um sentido meramente pragmático para o Estado e para o protagonismo das elites dirigentes, propondo ações em que os valores humanos se sobrepujam ao pragmatismo.

² Cf. CÂNIDO, 1993.

³ Joaquim Villela de Castro Tavares foi presidente da Província do Ceará. Citado do Relatório do Presidente da Província. Fortaleza, 06 jul. 1865.

Tal grupo, sem deixar de atuar como membro do grupo hegemônico, adotou também uma visão humanista não necessariamente vinculada ao modelo agrário-escravista, mas sim ao homem. O *humanismo*⁴, para tal segmento da elite imperial, não esteve baseado nas ideias de renascimento, mas sim ligado a progressos orgânicos de sociedades que, como veremos, desfrutavam de ganhos advindos da revolução industrial não só em termos de avanços tecnológicos e científicos, mas, e principalmente, das relações sociais que nelas emergiam e se consolidavam.

Este trabalho tem o objetivo de discutir o papel desse grupo específico das elites no Império. Segmento pertencente à elite econômica que, porém, dela se diferenciava por sua instrução, nível cultural, intelectualidade e, principalmente, por seu contato frequente com o mundo já desenvolvido nos moldes da revolução industrial.

Sabe-se que Gramsci, identificou como um processo histórico a formação do que chamou de categorias intelectuais que em verdade apresentam diversas formas, pois para ele cada grupo social cria para si uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão *homogeneidade e consciência*. As categorias intelectuais –preexistentes ou não – criam o que Gramsci chama

⁴ A expressão “humanismo” na forma aqui apresentada não diz respeito ao pensamento filosófico que surge com o Renascimento e que se concentra no desenvolvimento do indivíduo e da humanidade em geral. Por seu turno, expressa a preocupação de segmentos da elite imperial com parcelas da população livre porém empobrecidas e miseráveis do país e com a tentativa de ser contraponto ao “pragmatismo” para a organização do Império.

de “espírito de grupo”, no qual esses intelectuais veem a si mesmos como independentes do grupo social dominante⁵.

Em outras palavras nosso objeto de estudo é um segmento humanista, pertencente a elite econômica do império brasileiro, mas que dela se destaca por sua ação como grupo personalizado.

No entanto, tal grupo não deixa de ser parte da classe economicamente dominante e em tal condição, como veremos, poderá ou não participar da burocracia da máquina estatal imperial, das ações políticas do Império etc. Ainda destacamos que, embora mais cultos, instruídos e atentos ao mundo exterior, tal grupo é formado, em grande parcela, por proprietários de terra e produtores envolvidos com o modelo escravocrata–agrário–exportador estabelecido.

Contudo, conforme Gramsci, como grupo *homogêneo e consciente* tal segmento da elite centrou seus esforços após a independência não só no processo de emancipação política do Brasil e de consolidação do Estado Imperial brasileiro, mas prioritariamente na construção de uma Nação, unificada em anseios e possuidora de uma identidade peculiar, já que, como pretendemos demonstrar, para este segmento das elites, o projeto de construção do Estado Imperial tinha como um de seus pressupostos essenciais a formação de um projeto civilizatório, implicando na estruturação de uma Nação Brasileira que se identificasse com o ideal de *ordem e civilização*⁶.

⁵ Cf. GRAMSCI, 1988.

⁶ As expressões como aqui utilizadas não se associam necessariamente aos conceitos tipicamente usados pelo tradicional pensamento liberal. O conceito

Sustentaremos, ainda, que este segmento da elite se ocupou não apenas com a modernização do país (muito embora, frente ao ideal de ordem e civilização a tenha patrocinado), mas em se preparar para os inevitáveis caminhos da modernidade visto que, por seu já mencionado contato com o mundo erguido pela revolução industrial, teria clareza da necessidade de estar apto (sob custo de remoção de seu papel como membros da elite dirigente), para o estabelecimento de relações sociais que tipificam a ordem capitalista, sendo certo que as relações sociais capitalistas são estabelecidas pelo conflito⁷.

Assim, o que argumentaremos em nosso trabalho é que para o segmento humanista da elite a questão primordial não residia em se preparar para a modernização e sim para a modernidade.

Muito embora se possa considerar que a modernização seja algo extremamente abrangente, já que engloba um enorme conjunto de transformações que se processam na estrutura econômica, social e política de um país, sabe-se também que ela está ligada a capacidade ou ao potencial do governo (ou do grupo dirigente) de atender e controlar as demandas e exigências sociais. É, portanto, algo induzido (ou que pode ser induzido) pelos atores públicos. Por seu turno a modernidade envolve toda a sociedade, ampliando o raio de atuação de todas

de "ordem", como apresentado, é a condição necessária para a manutenção estável do modelo escravocrata-agrário-exportador, enquanto a segunda expressão está ligada à necessidade de inserção externa do Brasil, para o que seria indispensável que o país fizesse parte da "civilização".

⁷ Cabe alertar que Florestan Fernandes identifica que a citada estrutura capitalista não só surge dependente, mas polarizada, pois a ordem social competitiva que se estabelece interage com as estruturas arcaicas. Cf. FERNANDES, 1975.

as classes, segmentos e indivíduos, revitalizando e redefinindo seus papéis sociais.

... a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega a sociedade por meio de um grupo condutor, que se privilegiando, privilegia os setores dominante. (FARO, 1992, p.8)

Entendido como um grupo modernizador, esse segmento da elite não identificava espaços institucionais na esfera pública para os debates que se propunham realizar. Assim estiveram vinculados a organizações da sociedade civil.

Para defesa de seus interesses, essas famílias ampliaram, ainda, as formas de solidariedade horizontal, estando presentes em Misericórdias, frequentando as lojas maçônicas, construindo sociedades políticas ... (FERREIRA, 1994, p. 67)

Pode-se observar que se no vice-reinado foi à sombra da Igreja, em suas irmandades, que os membros de alguns segmentos da elite se associavam, e se na fase anterior à independência floresceram as lojas maçônicas, o fim do primeiro reinado e início da regência foi a época de estarem organizados em associações civis não confessionais⁸.

Reiteramos que o presente trabalho tem como foco exatamente o grupo letrado e humanista da elite, ou, em melhor sentido, no perfil, nos interesses e nas ações de tal grupo que

⁸ Cf. OLIVEIRA, 1997.

aqui será tratado como um segmento específico e diferenciado da elite. Ao estudá-lo, tentaremos evidenciar a tese de que, no decorrer das primeiras décadas do período imperial, tal segmento da elite compreende o impacto que a revolução industrial gradativamente provoca na sociedade, o que faz com que lentamente altere sua concepção quanto às relações sociais ou, no mínimo, sua projeção acerca de como elas se dará no futuro.

Se, de fato, tal compreensão aos poucos se forma e amadurece para esse grupo, tal compreensão, também aos poucos, passa a se caracterizar como sua forma de ver o mundo, o que, portanto, condicionará suas ações e identidade como membros da elite.

Vários caminhos poderiam ser seguidos para estudar esse segmento da elite imperial. Poder-se-ia fazê-lo, dentre outros, por intermédio da biografia dos homens cultos e instruídos da “boa sociedade” que dele fizeram parte, assim como faz Otávio Tarquínio de Souza nos diversos volumes de História dos Fundadores do Império do Brasil (1957), ou por meio dos movimentos políticos que protagonizaram e sua influência no estabelecimento do *status quo* que vigorou durante boa parte do século XIX no Brasil, tal qual nos apresenta João Camilo de Oliveira Torres em “Os Construtores do Império” (1968)⁹.

⁹ Oliveira Torres trata da questão da elite em diversos momentos de sua vasta obra, entretanto, a expressão “Construtores do Império”, título de um de seus

Porém, optamos por examinar as ações de tal segmento da elite a partir das instâncias intermediárias das quais participou e pela forma como as utilizou para debater e viabilizar seus interesses.

No dia 5 de setembro de 1829, dez jovens, na maioria, sem fortuna ou relacionamentos, fundaram uma sociedade que objetivava a instrução recíproca e para a qual deram o nome de Jovial e Instrutiva. Algum tempo mais tarde, em 12 de maio de 1831, propuseram a alteração de seu nome e requereram ao Juiz de Paz da Freguesia de São José a instalação da Sociedade Amante da Instrução, instituição que ainda existe, e que, atualmente, localiza-se no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, RJ, numa bela mansão representativa do neoclássico brasileiro, antiga residência do jurista Teixeira de Freitas, na qual, na década de 1870, funcionava o Colégio Abílio, de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas (considerado um dos mais importantes educadores do Império), no qual Raul Pompéia estudou e, segundo se presume, nele se baseou para ambientar o Ateneu.

Em tal prédio, a Amante da Instrução guarda um rico acervo histórico – que utilizaremos como fontes primárias para o trabalho aqui proposto – composto por Atas de Assembleias, de reuniões de seus Conselhos e Diretoria, bem como correspondências, balanços contábeis, depoimentos

livros, passa a ser utilizada por outros autores como adjetivo de segmentos destacáveis da elite imperial em vários trabalhos, notadamente nos anos 1970.

necrológicos¹⁰ e outros materiais, como convites para *benefícios*¹¹.

A documentação examinada se estende da fundação em 1829 até fins da década de 1870. Contudo, reforçamos que não trataremos da história da Sociedade Amante da Instrução, mas sim na forma como seus sócios nela atuavam nas primeiras décadas do Império, o que acreditamos nos permitirá compreender o segmento da elite imperial que nos propomos estudar.

Tal linha de estudo será possível, pois a Sociedade Amante da Instrução – conforme os documentos examinados indicam – não só se notabilizou por seu papel na instrução do povo na época, como também atraiu para seus quadros diversos membros da elite do Império.

Tão importante foi o papel da Sociedade que, antes de acender ao trono, o Imperador Pedro II, em 1834, portanto aos oito anos de idade, a acolheu como protetor. Pelo que se

¹⁰ Cabe esclarecer que parece ter sido uma tradição da Amante da Instrução incluir depoimentos necrológicos de sócios falecidos nos relatórios de encerramento de exercício (ao menos daqueles mais participativos ou mais representativos). Há diversos desses documentos no acervo da Sociedade, no entanto são também diversos os níveis de informações que contêm. Alguns são ricos em detalhes e, principalmente, em elogios, outros são meras e curtas notas fúnebres. De toda sorte, valemo-nos deles em certos trechos de nosso texto, para conhecer um pouco sobre quem foram os homens e mulheres que fizeram parte da Sociedade. Cabe, entretanto, observar que, quando necessário, complementamos as notas necrológicas que compõe dos documentos analisados com verbetes do Dicionário Bibliográfico Brasileiro de Sacramento Blake.

¹¹ Assim eram chamados os eventos sociais ou culturais beneficentes. Seu acervo histórico demonstra que a Sociedade Amante da Instrução se valia bastante de tais *benefícios* para custear atividades.

depreende da documentação existente, o monarca sempre prestigiou a Amante da Instrução. São vários os registros de sua presença em solenidades e, mesmo, em Assembleias Gerais, sendo que talvez a maior prova desta afeição possa ser demonstrada pela ocasião em que, sem que houvesse sido pedido, D. Pedro II a agraciou com o título de “Imperial”, nos termos do diploma expedido em setembro de 1845:

Sua Magestade O Imperador Ha por bem Permittir que a Sociedade Amante da Instrucção possa intitular-se = IMPERIAL = e usar nas cazas de suas Aulas e nos Diplomas e papeis de seu expediente das Armas deste Império. E para sua salva guarda Mandou passar a presente. Palácio do Rio de Janeiro em 1º de setembro de 1845. José Carlos Pereira de Almeida Torres. Registrada a fls. 36 do Livro 18 de Portarias. Secretaria d’Estado dos Negócios do Império em 3 de setembro de 1845.¹²

Em relação à documentação pode-se observar que os apontamentos e registros da Sociedade restringem-se na segunda metade do século XIX. Tal fato pode ser explicado por três questões, duas delas de ordem objetiva e uma de caráter subjetivo.

A primeira questão objetiva ocorre em 1849 e diz respeito à eleição para presidência da Sociedade do Coronel Miguel de Frias e Vasconcelos (que ficou no cargo até sua morte em 1859)¹³ quando, por certo, ocorreu alguma ruptura na

¹² Cópia do documento encontra-se no acervo da Sociedade Amante da Instrução.

¹³ Segundo nota necrológica Miguel Frias de Vasconcelos foi militar e engenheiro. Como engenheiro foi o responsável pelo encanamento das águas do rio Maracanã e presidiu a Companhia Edificadora 12 de Agosto. Sua passagem mais memorável como militar foi a de receber a abdicação de D.

Amante da Instrução, pois desde então, praticamente, não são mais encontrados registros da participação do grupo de sócios mais tradicionais que por cerca de vinte anos conduziram os destinos da Amante da Instrução. Certamente esse afastamento forçou uma renovação do quadro social, sendo que Frias de Vasconcelos foi buscar auxílio junto a seus companheiros de farda, dado que no período de sua presidência, os cargos do Conselho, da Diretoria e da Administração do Colégio das Órfãs passam a ser fundamentalmente ocupados por militares: brigadeiros, coronéis, majores e capitães (nenhum deles relevantes no contexto nacional) que substituíram os destacáveis homens com visão humanista das épocas anteriores.

A segunda questão objetiva se refere ao endividamento da Sociedade. Pelo que se depura dos documentos da época, tal endividamento foi provocado pela tentativa do Cel. Frias de construir um prédio específico para abrigar o Colégio das Órfãs, o que se transformou em uma tragédia financeira para a Sociedade. Praticamente todos os documentos da Amante da Instrução entre 1855 e 1860, retratam o que, visto a distância de agora, somente pode ser entendido como gestão temerária¹⁴.

Pedro em 1831. Consta, ainda, de sua nota necrológica que foi o político mais votado para a Camara Municipal do Rio de Janeiro nas eleições de 1853, o que lhe permitiu assumir o posto de Intendente do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até 1856.

¹⁴ Apesar dos documentos analisados apontarem para uma administração, no mínimo, confusa, não se pode, porém, dizer que Miguel de Frias não tenha se interessado pela Sociedade, pois os mesmos documentos dão prova de que Frias fez para a Sociedade uma doação de 6:700\$00 em 1853. O relatório apresentado à Assembleia Geral em 5 de setembro daquele ano explica que

De prático, para os fins aqui propostos, é importante destacar que quando Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, assume a presidência da Amante da Instrução em 1859 (pouco após a morte do, já então, General Frias), na primeira Assembleia que preside aponta para os associados que já haviam sido gastos 48:220\$000 com o Colégio das Órfãs e que ainda devia-se 17:769\$000, o que fez com que a intenção de construir a sede do Colégio das Órfãs fosse abandonada definitivamente pela totalidade dos presentes.

Pelas questões financeiras e pela gestão implementada a partir de 1849, pode-se observar que ocorre uma limitação de capacidade de atuação da Amante da Instrução, sendo certo que não são apenas os registros da Sociedade (que compõe um acervo expressivo até o fim da década de 1840) que começam a diminuir, mas com eles, desaparecem também as cuidadosas referências sobre a construção do arcabouço educacional que, como veremos, nortearam a Amante da Instrução em suas primeiras décadas de existência.

Reside aí a questão subjetiva que nos falta apresentar, já que a atuação educacional da Sociedade perde relevância ao fim da segunda metade do século XIX. Como tentaremos demonstrar, dados indicam que parte perdida de tal relevância decorreu da expansão da oferta de vagas educacionais no país e na corte. Dados disponíveis podem bem ilustrar esta

tais recursos foram obtidos por meio de uma subscrição popular que objetivava presentear o Coronel que havia conduzido, em tempo recorde, as obras de adução de águas do rio Maracanã. Do que se apreende, Frias recusou o presente para fins pessoais, mas aceitou a homenagem e o dinheiro arrecadado com a condição de doá-lo à Amante da Instrução, destinando-o para a construção da sede do Colégio das Órfãs.

assertiva, sendo certo que em 1869 havia em todo o Império 3.516 escolas públicas e particulares de instrução primária (equivalendo a uma escola primária para 2.394 habitantes livres), as quais receberam 115.935 alunos de ambos os sexos. Estes números crescem, sendo que em 1876 já eram mais de 6.000 estabelecimentos de ensino primário no país (um para cada 1.250 habitantes livres) que acolheram aproximadamente 200.000 crianças¹⁵.

O aumento do número de estabelecimentos escolares e o fato de que a escola passa a ser uma referência para a constituição do sujeito social, mormente, no contexto de exclusão da nossa sociedade do período. Nesse sentido, entendemos que os debates acerca da instrução que embalaram os quadros da Amante da Instrução em seus primeiros anos já haviam sido superados e, em certo sentido, atendidos.

Como veremos ao longo do presente trabalho os citados debates sobre a instrução, travados pela elite humanista no início do Império do Brasil, giravam em torno da crença de que a educação não deveria despir-se de seu contexto humanístico (inclusive no sentido de abrigar os interesses individuais) e surgir como um movimento pragmático. Em outras palavras, debatia-se não apenas em contraposição à educação pragmaticamente vinculada ao modelo agrário-escravista, mas

¹⁵ Dados retirados de CONTEXTO EDUCACIONAL. Online. Disponível em www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/contedu.htm, consultado em junho de 2013.

com o objetivo de dar significado (ou resignificar) o trabalho livre, mesmo em uma sociedade escravista.

Tem-se certo pelos registros mantidos na Sociedade, que seus primeiros anos foram extremamente profícuos. Já no dia da festa de sua instalação formal (em 31), alistaram-se a ela aproximadamente 200 sócios. Eram eclesiásticos, magistrados, deputados, artistas, dentre outros. Entre eles, por exemplo, os futuros Visconde de Cairú e Marquês de Olinda¹⁶.

Para os fins aqui propostos, não se pode de modo algum supor como sendo sem propósito político ou de intencionalidade a aproximação de parte do segmento da elite com associações civis não confessionais como a Amante da Instrução¹⁷. Tal assertiva não significa, contudo, que a composição dos quadros da Sociedade seria homogênea em termos de interesses ou visões quanto ao país. É perfeitamente cabível supor que parte de seus sócios jamais se envolveram ativamente em suas atividades ou que apenas dela participavam num contexto de espaço de convívio.

¹⁶ Sabe-se que o Visconde de Cairú é considerado o introdutor do liberalismo econômico no Brasil, sendo que a ele também se atribui forte influência no processo de abertura dos portos em 1808. Já o Marquês de Olinda foi um dos políticos mais importantes do Império. Nove vezes ministro de Estado, inclusive por quatro vezes presidindo o Conselho de Ministros.

¹⁷ Vale apresentar, como curiosidade, os indícios que os documentos do acervo da Sociedade oferecem de que indivíduos da elite, que se organizava em instâncias intermediárias, atuavam em mais de uma delas. Por exemplo, a ata do Conselho da Sociedade Amante da Instrução do dia 18/05/1835, ao citar ofício enviado pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, indica que Evaristo da Veiga foi simultaneamente secretário-geral daquela Sociedade e presidente da Amante da Instrução. Em sentido análogo, encontra-se no necrológico de José Clemente Pereira (presidente da Sociedade de 1837 a 1843) que o político conservador, que dentre outros cargos fora Ministro da Fazenda, acumulou (por seis anos) a presidência da Amante da Instrução com a provedoria da Santa Casa da Misericórdia, que assumiu em 1838.

Contudo, também seria lícito supor que outro grupo de sócios teria, de fato, como motivação a preocupação com a educação da população e se esmerou em fazer cumprir seus objetivos estatutários e com isso reduzir, parcialmente, a lacuna de instrução de segmentos da população da corte.

Fato é que ao menos no discurso das elites ilustradas, do início do século XIX, estão presentes referências sobre a Educação – ou mais especificamente sobre a instrução pública – que era por elas considerado um dos mais relevantes fatores para transformação, promoção social e para preservação da unidade e da integridade nacional.

Nessa direção, com base no acervo documental da Sociedade, sabe-se que sobre o pátio de suas questões estatutárias ligadas basicamente à percepção da necessidade de educar o povo, desde seus primeiros momentos, seus sócios travavam debates acerca de aspectos gerais dos problemas da instrução nos primeiros passos da Nação brasileira. Tais discussões, como comprovam diversas das Atas de seu Conselho e das suas Assembleias, acabariam por emanar influências não só para a constituição do arcabouço institucional sobre o qual se estruturou a educação do país durante a vigência do Império, como também sobre seus métodos e práticas.

Por fim, certamente havia entre os sócios grupos que, para além de questões ligadas à instrução, utilizavam a Sociedade para discutir a lógica de formação de seus próprios

quadros. Assim, associações como a Amante da Instrução foram (ao menos para parte de seus sócios) *lócus* das discussões acerca da necessidade da criação de movimentos capazes de conduzir o processo de consolidação da Nação e de preencher as lacunas da direção que a estrutura do país recém independente demandava.

Buscando compreender as práticas dos sócios da Amante da Instrução e para levar a cabo a tarefa proposta em nossa pesquisa, pretendemos utilizar o acervo da Sociedade e, por meio dele compreender as ações de alguns de seus sócios que, como um segmento de elite no Império, influenciou na consolidação da ordem e da civilização com o intuito maior de estabelecer a feição da Nação brasileira.

Ainda para atender ao nosso objetivo de pesquisa, buscaremos identificar nos quadros da Amante da Instrução os indivíduos mais atuantes, sendo que nos valeremos de dois princípios para definir “membros atuantes”: o primeiro se dará pela identificação da regularidade de participação, o que será feito pela leitura das Atas de suas Assembleias e Conselhos. O segundo, por intermédio da análise dos montantes e da frequência com que indivíduos realizavam doações para a Sociedade.

Neste particular, podemos adiantar que, desde o primeiro balanço contábil disponível¹⁸ até o que consta do

¹⁸ Refere-se ao exercício de 1831, apresentado na folha 6 do Livro de Atas da Assembleia Geral – 1831-42. Trata-se, em verdade, de um demonstrativo de receitas e despesas.

Relatório de Atividades apenso à Ata da “sessão aniversária” de 1876, é possível identificar não só os volumes de doações e seus autores como, em alguns casos, as condições e circunstâncias em que ocorreram.

Assim, sabe-se que em 1834, o tutor do imperador (o Marquês de Itanhaém) fez uma doação de 50\$000, em nome do monarca menino, a primeira de muitas que D. Pedro faria à entidade ao longo da vida, como a de 6:000\$000 que consta do relatório contábil de 1861, o qual – e curiosamente – registra também doações de igual valor realizadas por dois industriais: Evangelista de Souza, o Barão de Mauá e José Antônio Moreira, o Visconde de Ipanema¹⁹.

Outro exemplo ocorre no ano seguinte, quando Antonio José Alves Souto, Visconde de Souto, não só fez uma doação de 6:700\$00, como cedeu por empréstimo um imóvel na Rua Imperatriz para abrigar o já citado Colégio das Órfãs mantido pela Sociedade.

Cabe destacar que, além de doações de “homens ricos”, a Sociedade recebeu doações derivadas, por exemplo, de trabalhos artísticos, como quando o governo comprou de Pedro Américo a *Batalha do Avaí*, realizando uma exposição na Secretaria do Império. Américo, sócio da Amante da Instrução,

¹⁹ Consideramos que as doações apontadas são ilustrativas não apenas de pessoas que participaram da Sociedade, como do espírito que os norteavam.

destinou a ela metade da renda líquida da exposição. O donativo atingiu 3:050\$000²⁰.

Porém, e de toda sorte, somos forçados a assumir, desde logo, que seguir essa linha de argumento não nos permitirá a realização de um tratamento exaustivo sobre o tema proposto, mesmo porque estaremos limitados a um único espaço de referência e, ainda, a um grupamento restrito da elite: a sua parcela esclarecida e humanista que orbitava na corte.

Entendemos, entretanto, que tal limitação de modo algum impede ou anula a presunção de sustentar que tal segmento da elite, que estava ligado à Amante da Instrução, se diferenciava dos demais grupos da elite imperial; pelo contrário, tal questão nos ajuda a ampará-lo pelo fato de que a corte, à época, era o único espaço no Brasil com características possíveis de ser chamada de cosmopolita.

De toda sorte, o importante é buscar confirmar que esse grupo centrou seus esforços após a independência não só no processo de emancipação política do Brasil e de consolidação do Estado Imperial brasileiro, mas prioritariamente na construção de uma Nação, já que para este segmento das elites, o projeto de construção do Estado Imperial tinha também como pressuposto a formação de uma Nação brasileira que se identificasse com o ideal de ordem e civilização.

²⁰ A informação do donativo encontra-se no Relatório da Sociedade Amante da Instrução de 1878, p 10.

Dito de outra forma entende-se aqui que as elites econômicas (em seu espectro amplo), após o advento da Independência, estabeleceram um projeto político por meio do qual, em algum sentido, haviam desde logo resolvido a questão nacional por via do estabelecimento de um Estado Imperial centralizado o que, no entanto, é completamente diferente de formar uma Nação, ideia que está associada à construção de símbolos²¹ de identidade, de consciência e de unidade nacional.

Se diversos grupos da elite (econômica, política, latifundiária e exploradora do capital mercantil) se esmeraram em estabelecer um espaço territorial unificado e em formar um único Brasil, que, no entanto, não se concebia sem o trabalho escravo, um segmento da elite (também econômica, política e agrária, porém instruída e de visão humanista) esforçou-se em construir a civilização brasileira.

Assim, se a história do mercado brasileiro, que emerge pela exploração do capital mercantil e do escravismo, tem sua origem na ação de grupos econômicos da elite agrário-exportadora, a história da Nação brasileira se origina das atitudes humanistas empreendidas pelo segmento culto e cosmopolita da elite nacional que, ao mesmo passo em que se

²¹ A construção de símbolos como ação de elite aqui apresentada se baseia em Bourdieu para quem “símbolos” expressam as estruturas sociais, inclusive de produção e sua circulação. Não sem motivo afirma que as classes dominantes se legitimam por meio da produção simbólica. Criou o conceito de *luta simbólica*, para explicar um processo em que diferentes classes (ou frações destas) disputam para a definição do “mundo social” de acordo com seus interesses. CF. BOURDIEU, 1989.

esforçava para constituir o Estado Imperial, levantava a questão: como ser Nação?

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho será dividido em quatro capítulos, mais as considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado **Breve Contextualização: As Formas Associativas, o Ideário Civilizatório e a Perspectiva Humanista**, apresentamos brevemente como as associações civis de caráter não confessional contribuíram como fórum para que o segmento humanista elite do Império atuasse para além do Estado e, principalmente, como serviram de base para a difusão dos princípios humanistas e civilizatórios que o grupo da elite que pretendemos estudar expressava. Trataremos também do conceito civilizatório de parte da elite brasileira, que originalmente se constitui como uma extensão da civilização colonial portuguesa, mas que, gradualmente, centrado no pensamento iluminista e em grande medida influenciado pela visão humanista e pelos preceitos do romantismo, afasta-se de um padrão europeu norteador transformando-se em um modelo fortemente determinado por visões locais que começa a se formar pela *regeneração* das instituições da sociedade.

Ademais, no capítulo, pretendemos explicar como o país no período imperial conseguiu manter um “convívio harmonioso” entre a lógica de reprodução da agricultura mercantil-escravista com a de algumas estruturas industriais nascentes ou se preferirmos entre modos de produção que obviamente

demandam regimes de regulação distintos. Apresentaremos ainda como, neste contexto, sócios da Amante da Instrução contribuíram, por meio do debate interno sobre a educação, para a construção do conceito civilizatório.

O segundo capítulo, **A Imperial Sociedade Amante da Instrução o Pragmatismo e o Contexto Socioeconômico do Império**, pretende desenhar o quadro da Amante da Instrução demonstrando que era bastante eclético e que envolvia indivíduos de diversos perfis de renda, cultura e influência política, sendo que a interação entre tais indivíduos nela vivenciada foi útil ao segmento da elite humanista, pois lhes permitiu manter contato com os grupos sociais que se organizavam e se abriam.

Tentaremos também demonstrar como membros do quadro de associados da Amante da Instrução, orientaram sua atuação, enquanto membros da elite, não apenas na consolidação pragmática do Estado Imperial, mas também pelo interesse de buscar parcerias com a nova face da burguesia nascente e a estabelecer um conjunto de contatos, mediando relações sociais potencialmente conflitivas, marcadas por forças emanadas do mercado.

No capítulo três: **A Sociedade Amante da Instrução, a Visão Humanista e o Arcabouço da Educação Institucionalizada no Império**, trataremos não apenas do processo gradativo de institucionalização da educação no período imperial, como também de como sócios da Amante da

Instrução buscaram mecanismos de formalização do processo educacional com vistas à tentativa de generalizar suas ideias e o conceito civilizatório não só junto a seus próprios quadros, como também junto à burguesia nascente.

Por fim no capítulo 4, **Sobre a Amante da Instrução e os Desafios Humanistas da Elite Instituinte no Império**, buscaremos categorizar o papel desempenhado pela elite humanista que orbitou a Sociedade Amante da Instrução apresentando sua contribuição para os *inputs* norteadores do projeto civilizatório do Império.

Capítulo 1

Breve Contextualização: As Formas Associativas, o Ideário Civilizatório e a Perspectiva Humanista

Como mencionado anteriormente, este trabalho tem o objetivo de discutir o papel de um grupo específico das elites no Império, o qual sem dúvida pertencia à elite econômica, mas que dela se destacava por sua instrução, nível cultural, intelectualidade e, também, por seu contato frequente com o mundo já desenvolvido nos moldes da revolução industrial.

Tal grupo, em nosso trabalho, restringe-se ainda mais, pois trataremos de um conjunto de indivíduos do segmento de elite que se organizou em torno de uma associação civil cujo objetivo estatutário era o de gerar instrução para o povo, constituído em sua maioria absoluta de analfabetos, mesmo tomando-se em conta apenas a população livre. De toda sorte, vale destacar que, como demonstraremos nos próximos capítulos, tal instituição, a Sociedade Amante da Instrução, notabilizou-se por seu papel na instrução do povo na época.

Marco Morel no livro *“As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores e Sociabilidade na Corte Imperial 1820-1840”* (2005), embora centrado em explicitar as transformações dos espaços públicos ao longo do Império, nos mostra como as diversas formas de sociedades e associações, ou de formatos de sociabilidade, foram importantes para a construção do Estado nacional, citando dentre outras, a

Sociedade Amante da Instrução, que, segundo o autor, com espírito filantrópico era um “local de contato entre homens de letras e camadas pobres urbanas, com objetivo de levar as luzes a elas” (MOREL, 2005, p. 266).

Como já mencionado, mesmo antes da independência, certos grupos hegemônicos do país, ou se preferirmos, segmentos da elite, conscientemente não acreditavam que seus objetivos pudessem ser levados avante (ao menos integralmente) na esfera do Estado, visto que, por um lado, ser ele um objeto em construção e, por outro, que a realidade brasileira se caracterizava por forte ambiguidade nas estruturas sociais. Assim, ampliaram sua atuação (ou capacidade de intervenção) participando de associações civis (a maior parte erguida sob a égide da filantropia), nas quais em verdade conviviam com “seus pares”, mantendo-se a par do encaminhamento das questões relevantes aos seus interesses e, por certo, estendendo seus braços para onde o Estado não pudesse agir.

Segundo Marcelo Basile:

Uma das fases mais ricas e singulares da história do Brasil em termos de organização, discussão e participação políticas, o período regencial (1831-1840) testemunhou amplo desenvolvimento dos espaços de sociabilidade política, como a imprensa (...) e as associações. Especialmente essas últimas conheceram então uma inédita amplitude em termos de quantidade, diversidade e abrangência. (BASILE, 2004, p. 135)

E completa:

Não obstante a permanência e até o reforço de formas tradicionais de sociabilidade (instituições de caridade, como as irmandades religiosas e a Santa Casa da Misericórdia), prolifera ampla e variada gama de novas entidades — políticas, literárias, pedagógicas, artísticas, científicas, econômicas, corporativas, filantrópicas e de auxílio mútuo —, que evidenciam a construção de um espaço público moderno na corte. (BASILE, 2004, p. 135)

Como se percebe, algumas dessas associações civis, como a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, fundada em maio de 1831 (portanto logo após o movimento de 7 de abril que levou à abdicação de D. Pedro I), tinham finalidades ou orientações políticas objetivas, e expressava em seus estatutos o objetivo de: “... sustentar por todos os meios permitidos, a Liberdade e Independência Nacional (...) auxiliando a ação das autoridades públicas, todas as vezes, que se faça preciso a bem da ordem e tranquilidade comum ...”²².

Em sentido exatamente oposto, havia a Sociedade Conservadora da Constituição Jurada no Império do Brasil (criada em 1833), formada por conservadores fortemente vinculados ao governo do Primeiro Reinado.

Além das associações políticas, havia aquelas de caráter profissional, como a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, organizada em julho de 1829 com o fim de reunir médicos para debater assuntos específicos sobre saúde e

²² Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, 1832, pp. 3-4. Vale esclarecer que a Sociedade Defensora carioca tem como motivação a Sociedade fundada aproximadamente um mês antes na cidade de São Paulo.

doenças humanas, e também e, principalmente, para definir o papel desse grupo frente a questões de políticas e de saúde pública²³.

Existiam aquelas de caráter cultural, como a Sociedade de Beneficência Musical (1833), que teve como fundador Francisco Manoel da Silva, compositor da melodia que décadas mais tarde se transformaria no hino nacional brasileiro.

Existiram também associações civis com o objetivo de fomentar a modernização da indústria no país, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (criada em 1827). Embora tal Sociedade fosse amparada e em certo sentido atuasse como um órgão consultivo do Estado Imperial é inegável que as ações privadas (ou de interesse privado) por ela promovidas possibilitaram que a indústria – em um país essencialmente agrícola – apresentasse um nítido traçado ascensional, o que se comprova, por exemplo, nos dados disponíveis que apontam para a existência, ao fim do Império, de 636 fábricas que empregavam aproximadamente 54 mil operários e totalizavam capital de 400 mil contos²⁴.

Para fins de ilustração podemos utilizar os dados compilados por Daniel Albuquerque Lemos que, embora se refira aos anos da segunda metade do século XIX, apresenta o número de associações registradas no Conselho de Estado, possibilitando sua divisão por tipos ou finalidades de cada sociedade.

²³ Cf, DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 18 ago. 2012.

²⁴ Cf. AVELLAR, 1976, p. 252.

TABELA I
Tipos de Associações Registradas
no Conselho de Estado (1860-1887)

Tipos de Sociedades	Quantidade de Registros
Sociedades Beneficentes (Mutuais)	75
Sociedades Beneficentes de Ofício	67
Sociedades Beneficentes de Classe	3
Sociedades Beneficentes de Libertos	10
Sociedades Beneficentes de Comerciantes e Empresários	20
Sociedades Beneficentes de Imigrantes ou Comemorativas	80
Sociedades Beneficentes Regionais	12
Sociedades Beneficentes Filantrópicas	14
Sociedades Religiosas	16
Irmandades	40
Sociedades Dramáticas, Recreativas e Desportivas	32
Sociedades Literárias e de Instrução	21
Sociedades Científicas	32
Seguradoras e Cooperativas	19
Caixas Previdenciárias e Montepios	37
Sem Classificação Indicada	5

Fonte: LEMOS, 2011.

De toda forma, sem dúvida, a Sociedade Amante da Instrução foi uma dessas instâncias, pois foi uma associação

que parte do segmento da liderança nacional elegeu para abrir o caminho de estruturação da questão educacional no Brasil.

Para aprofundamento do ponto mencionado anteriormente, é necessário lembrar, que a elite imperial não é homogênea e se distribui em diversos setores ou grupos com interesses distintos definidos por questões regionais, de formação cultural, de relações interpessoais e outras que vão determinar diferentes formas de ação e, principalmente, de estratégias políticas para manutenção ou ampliação de sua posição de hegemonia.

Contudo, o Estado no país não nasce pela vontade ou mobilização do povo e, exatamente por isso, não se pode negar que a preocupação com a ordem (ou com sua manutenção) uniu todos os segmentos da elite local visando à consolidação do poder imperial e do Estado Imperial brasileiro forte, pois isso possibilitava a estabilidade necessária para que arbitrassem assuntos internos e externos que afetavam seus interesses²⁵.

Todavia, se praticamente todos os diversos grupos da elite imperial (econômica, política, latifundiária e agrária mercantil-exportadora) se esmeraram em estabelecer um espaço territorial unificado e em formar um único Brasil, que, no entanto, não se concebia sem o trabalho escravo²⁶, apenas um segmento da elite imperial, por óbvio também econômico, político e latifundiário, entretanto, instruído e, mesmo, intelectualizado o que lhes conferia uma visão humanista, é que

²⁵ Cf. MATTOS, 2004.

²⁶ Revelando-se como um projeto inviável em longo prazo.

de fato esforçou-se em construir o sentido de uma civilização brasileira erguida pelo princípio da *ordem* e do *consenso* (condições necessárias para suplantar as vulnerabilidades intrínsecas ao sistema de produção escravista).

Podemos nos basear no livro "*Instituições Políticas Brasileiras*", de Oliveira Viana (1999), que resumidamente procura demonstrar que a unidade nacional no Brasil resulta diretamente do projeto de um grupo específico da elite brasileira o qual, inclusive, chamou de "excelência da elite nacional", apresentando a tese de que foram as "elites esclarecidas" que teriam implantado no país o regime monárquico, o sistema de justiça, de instrução e ensino, a organização militar e outras tantas instituições, ou seja: o Estado Imperial.

Claro está que, para Oliveira Viana, os membros esclarecidos da elite imperial que dirigiram a construção de uma lógica de Estado não deixaram de pensá-lo pragmaticamente como um Estado centralizado ou, dito de outra forma, como um ator privilegiado que possibilitasse a integração do território e a articulação do mercado interno de abastecimento e de seus meios de ligação²⁷, permitindo, assim, a reprodução do capital mercantil, já que este dependia diretamente dos privilégios do Estado.

Em verdade, a lógica do Estado era para esse grupo consequência natural de seu projeto de Nação, pois a questão

²⁷ Sendo o mercado relevante fundamentalmente o de escravos.

da nacionalidade brasileira era vista como um dos elementos nucleares da construção ideológica nacional, ou seja, do projeto civilizatório que ao fim e ao cabo define a identidade e as potencialidades do país, o que trata de colocar em foco as reflexões promovidas por parte da elite intelectual e humanista no século XIX, nosso objeto de estudo.

Lembramos que para definir um projeto de civilização brasileira tornava-se necessário organizar e disciplinar certas forças vitais da sociedade no país. Destacamos também que todo o movimento civilizatório no século XIX estava necessariamente influenciado por questões externas ao Brasil, como, por exemplo, a influência da Revolução Francesa e das ações práticas dela derivadas como a independência dos EUA em 1783 ou o fim da escravidão no Haiti em 1793, mas acima de tudo havia a influência dos efeitos da revolução industrial que disseminava de forma cada vez mais ativa novos padrões, não apenas para o mundo do trabalho, como também, e principalmente, para o funcionamento regular da vida em sociedade.

Esses novos padrões, ou se preferirmos, padrões de sociabilidade, podem ser definidos como:

... a forma com que os homens e as classes produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua própria existência, sob mediação das bases concretas da produção, de uma dada direção política e do estágio de correlação de forças presentes num certo contexto (MARTINS, 2009, p.11).

Dito de outro modo, o padrão de sociabilidade é a forma de ser, de pensar e de agir predominante entre grupos sociais num momento histórico, sendo evidente que tais perspectivas não são autogeradas e sim constructos ideológicos de poder simbólico emanados por grupos com maior poder e influência.

A busca por tal padrão criava o interesse de estabelecer um modelo de Estado que se afastasse das estruturas republicanas e do separatismo (como se vinha processando nos países vizinhos) e indicava um Estado Centralizado capaz de garantir a legitimidade dos privilégios de indivíduos proprietários de terras e escravos, mas que também, formados pela égide do iluminismo, se diferenciavam de outros grupos da elite.

Vale notar que, com maior ou menor ênfase, e com as evidentes e devidas nuances destacáveis, argumentos análogos sobre a premência de certos subgrupos da elite na construção do Estado Imperial estão presentes ou rerepresentados em obras dos grandes pensadores nacionais tais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado, sendo que todos, em sentido conceitual relativamente assemelhado, afirmam que tal característica permitiu que a elite brasileira subjugasse o conceito de Nação, que foi substituído pelo interesse de grupos, no sentido de acomodação dos interesses individualizados.

Seja como for, parece-nos fundamental para os fins propostos tentar explicitar o que Viana chamou de “membros esclarecidos da elite”. Em primeiro lugar, reafirmamos nosso entendimento de que alguns quadros da elite se destacavam do que genericamente se pode conceituar como elite imperial por

sua visão humanista, por sua instrução, nível cultural, intelectualidade e, principalmente, por seu contato frequente com o mundo já desenvolvido nos moldes da revolução industrial²⁸.

Se retomarmos os já citados ensinamentos de Antonio Gramsci, para quem cada grupo social cria para si uma ou mais camadas de intelectuais, sendo claro que nem todas desempenham essa função específica de maneira relevante ou preponderante na sociedade, podemos, assim como fez Gramsci, perceber a distinção que se dá entre intelectuais - ativos ou não - como referência à função social que exercem. Deste modo, é possível que parte de tais grupos intelectuais (com funções ativas) considerem a si mesmos como independentes do grupo social dominante, criando o que, como vimos, o autor chamou de “espírito de grupo” com um senso de *homogeneidade* e *consciência* próprios²⁹ que os diferencia do restante da elite.

Assim, somos levados a crer que o segmento diferenciado da elite que buscamos estudar tinha o “espírito de grupo” e estava consciente da necessidade de construir uma Nação, ou seja, constituir os padrões de sociabilidade ou, melhor ainda, as relações sociais voltadas para um projeto civilizatório.

²⁸ Como será demonstrado nos capítulos seguintes, referimo-nos ao contato com as dimensões cultural, econômico e político e com a “democracia” nos EUA e as estruturas liberalizantes de certas nações da Europa, ou seja, contato com sociedades marcadas por características liberais e que gradativamente se industrializam e se sofisticavam, as quais com o tempo começaram a evidenciar conflitos nas relações sociais originadas no mercado e que gradativamente evoluíram e se consolidaram, passando a tipificá-las.

²⁹ Cf. GRAMSCI, 1988.

Desta forma, entendemos ser necessário delimitar o conceito civilizatório apregoado pela parcela da elite que buscamos estudar.

Alguns autores defendem a linha de pensamento de que a elite que dava sustentação ao poder imperial era homogênea, não apenas por razões econômicas, mas até mesmo pelo interesse geopolítico.

... a homogeneidade ideológica e o treinamento forma características marcantes da elite política portuguesa, criatura e criadora do Estado absolutista. Uma das políticas desta elite foi reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e foi, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo da magistratura e do Exército. Essa transposição de um grupo dirigente teve talvez maior importância que a transposição da própria corte portuguesa e foi fenômeno único na América. (CARVALHO, 1996, p. 33)

Entretanto, a professora Maria Odila Dias, em seu livro *“A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos”* (2005), propõe uma mudança na visão historiográfica corrente ao afirmar que a chegada da corte em 1808 é de fato o ponto central para compreender-se o Brasil, pois a transposição da metrópole para o Rio de Janeiro é por ela apresentada como “a fundação de um novo Império português” (DIAS, 2005, p.10), ou seja, ao menos após a Revolução Liberal do Porto (em 1820) não se pretendia compor um panorama brasileiro como uma cópia do Estado absolutista português, mas sim, por meio da nova metrópole buscava-se a preservação lógica do Império português, pois:

A história da emancipação política do Brasil tem a ver, no que se refere estritamente à separação política da Mãe Pátria, com os conflitos internos e domésticos do reino, provocados pelo impacto da Revolução Francesa, tendo mesmo ficado associado a luta civil que se travava então entre as novas tendências liberais e a resistência de uma estrutura arcaica e feudal contra as inovações que a nova corte do Rio tentaria impor ao reino. (DIAS, 2005, p. 54)

Se aceitarmos tal linha de argumentação, verificaremos que no Brasil permanecerá, por praticamente todo o século XIX, uma profunda dicotomia, ou ambiguidade, na estrutura da elite, sendo parte dela assentada em seus “direitos” herdados das antigas condições do reino e parte muito próxima de algo que podemos chamar de tradição iluminista. E é nesse contexto complexo de visões e interpretações que se estabelecerá a discussão quanto às questões nacionais e o princípio civilizatório para o Império do Brasil.

De fato, uma vez implantado o Estado Imperial, surgiu como tarefa seguinte a necessidade de definir o perfil para a "Nação brasileira". A problemática da formação nacional é tratada por diversos autores, dentre eles Caio Prado Jr para quem a noção de Brasil constitui-se como uma instância inconclusa, em uma transição da sociedade colonial para uma sociedade nacional. Prado Jr entende que o processo de formação nacional - desde a época colonial - estabelece ambigualmente uma linha de continuidade onde a formação nacional se afirma a partir da colônia e, ao mesmo tempo, faz oposição à condição colonial.

Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se no plano das realizações humanas algo de novo. Este “algo de novo” não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente, e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente, uma certa “atitude” mental coletiva particular. Tudo isto naturalmente já se vem esboçando de longa data. Os sintomas de cada um daqueles caracteres vão aparecendo no curso de toda nossa evolução colonial; mas é no termo dela que se completam e sobretudo se definem nitidamente ao observador. (Prado Jr., 2008, p. 10)

Fernando Novais nos ensina que o caráter contraditório de tal movimento emerge, no Brasil contemporâneo, quando a contradição entre colônia e Nação se converte em antagonismo aberto, ou seja, no momento de superação da contradição, a sociedade brasileira enfrenta o dilema entre a afirmação da sociedade nacional, pela ruptura do passado colonial (Novais, 1986).

Decorre daí o choque entre forças e modos de produção distintos, dicotomias como o “novo” contra o “arcaico”, pois a sociedade de origem colonial ao desenvolver-se, torna-se complexa, criando, ao longo de um processo histórico, um

organismo social ou se preferirmos de estruturas sociais com características particulares.

Vale destacar que Caio Prado Jr entende que as estruturas sociais tipicamente coloniais bloqueiam a possibilidade de formação da “economia nacional integrada”. Para o autor, as economias podem ser classificadas em economias coloniais, economias em transição e economias nacionais (Prado Jr., 1960). Nestes termos, o padrão da economia vigente, define o perfil de nação. Sendo que, para o autor, a transição de uma “economia colonial” para uma verdadeira “economia nacional” que se inicia quando da independência política em relação a Portugal poderia resultar tanto na formação da Nação quanto em uma mera reversão colonial (Prado Jr., 1933).

Nesse contexto de transição o grupo de elite humanista que estudamos, buscava estabelecer um perfil de Nação que fosse capaz de lhe garantir uma identidade própria frente ao conjunto amplo das nações. Tarefa que, em tese, deveria se basear em princípios organizadores (mormente europeus) da vida social do século XIX. Entretanto, e ambiguamente, havia que se construir um projeto nacional para uma sociedade soerguida pelo trabalho escravo. Não sem motivo José Bonifácio discursa em 1813:

... amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político. (citado in: DIAS, 1972, p.174).

Outra citação em igual sentido pode ser encontrada no discurso do deputado Soares Franco na sessão da corte portuguesa realizada em 3 de fevereiro de 1821:

O Brasil é um paiz nascente e povoado de habitantes de diversas côres, que se aborrecem mutuamente; a força numerica dos brancos é muito pequena e só Portugal os póde soccorrer efficazmente em caso de qualquer dissenção interna ou ataque externo...³⁰

Desta maneira, devido ao fato de a realidade social brasileira ser muito diversa do modelo norteador europeu e de estarmos emergindo em meio a tantas diferenças e misturas étnicas, a tarefa da elite humanista de criar uma Nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso (ideias tão caras ao iluminismo), restringe-se, no Brasil, a surgir como o desdobramento de uma civilização branca de origem europeia.

Assim, se acolhermos que, para o Iluminismo, a "civilização" pertence ao plano ideológico, ou seja, é uma meta e um ideal de comportamento que se estabelece por costumes, leis e valores, a Nação brasileira pós-1822 surge iluminista no que tange à etnia dominante (inclusive imbuída pelas ideias de emancipação) e, na contramão, simultaneamente, conservadora, escravocrata e discriminadora.

Entendemos, parafraseando Robert Pechman (2002), que o grupo da elite brasileira com caráter humanista teria, ao longo do Império, a árdua missão de colocar o país no fluxo civilizatório europeu, buscando um "padrão civilizatório" que

³⁰ ANAIS: Coleção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (1839, p.159).

pudesse se tornar uma referência para todos os brasileiros, sem o que se estaria definindo a Nação brasileira como uma ideia que internamente decide quem é ou não portador da noção de civilização, sendo, portanto, um projeto insustentável em longo prazo. Nessa dimensão, afirma o autor: “uma nova dinâmica é definida pela fusão entre o nacional e o civilizatório, na aproximação entre o particular e o universal” (PECHMAN, 2002, p. 64).

Sobre o padrão civilizatório Pechman pondera que a “missão” da elite era a de colocar o país no fluxo civilizatório europeu, buscando um “padrão civilizatório” que pudesse se tornar uma referência para todos os brasileiros (PECHMAN, 2002, p. 31). Em verdade, o desenvolvimento da corte criava a difusão de hábitos cada vez mais sofisticados entre os integrantes da elite na cidade, ainda que esses novos hábitos convivessem com a pobreza e com a desordem, já que a população se diversificava não apenas pelo duplo domicílio dos proprietários rurais ou pelo surgimento de empresários de ramos variados, mas também pelo crescimento do número de negros libertos, homens livres pobres, imigrantes sem trabalho, etc.

Com efeito, a urbanização se acelera em parte pelo interesse da elite senhorial³¹, já que:

³¹ A questão é discutida tanto em termos do conceito de “isolamento da autarquia agrícola” (FAORO, 1976) como no de “ruptura da homogeneidade da aristocracia agrária” (FERNANDES, 1975).

...essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas ideias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram mal vistas e proscritas no passado. Em uma palavra, ela "aburguesou-se" (FERNANDES, 1975, p 27).

Por outro lado Fernandes nos ensina que neste contexto, foi importante, também, o surgimento de novos agentes econômicos ligados ao setor de serviços, o que ocorreu "muito antes da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre" (FERNANDES, 1975, p 28).

Desta forma pode-se fazer a associação de que, em virtude desse processo de maior diferenciação social interna, o incipiente Estado brasileiro passou a congregiar uma variedade maior de representação de interesses de grupos sociais distintos, deixando de ser um "lócus" exclusivo da classe senhorial agrária tradicional e gradualmente tornando-se menos propenso à dominação patrimonialista.

Nesse contexto é, então, lícito aceitar que com a vinda da corte Portuguesa para cá, tornou-se premente o estabelecimento de políticas diversas — em choque com os paradigmas coloniais — como a de urbanização, especialmente, no sentido de criar infraestrutura da sede do Reino Lusitano.

No decorrer do século XIX, com o desenvolvimento da economia agrário-exportadora e, paralelamente, com o

crescimento das cidades — que em sua concentração tornavam mais evidentes as sequelas da pobreza de homens nascidos livres ou libertos — foi possível vislumbrar o aumento do número de instituições que com uma visão humanista, agregavam abrigo e orientação para o trabalho, voltadas para as crianças e adolescentes, ou em essência, para a população livre, porém desprovida de propriedades.

Em verdade há, então, a preocupação em entender os pobres homens brancos do Império e de buscar incorporá-los aos padrões de socialização por via da educação e por meio dela reformatar os costumes, moldar a atitude individual, estabelecer as condutas morais.

O já mencionado artigo do professor José Ernesto Pimentel Filho (2011) cita o relatório de 1865, onde Homem de Melo³² explicitamente aponta como inseparável a “*educação moral e religiosa*” no papel de reformatar os costumes:

Sem a instrução que eleva e ennobrece o espirito, sem a educação moral, que crêa a religião do dever, sem os habitos do trabalho, que radicam o espirito de paz e de ordem, os instintos perversos se desencadeiam. (CEARÁ, 1865 in: PIMENTEL FILHO, 2011)

Ademais, como legado da colônia e do primeiro Reinado, restou uma série de debates sobre a estruturação de uma educação nacional, na qual se buscava criar um sistema em que a educação popular fosse sintetizada num entendimento específico da palavra civilização. A civilização como ilustração,

³² Homem de Melo esteve na presidência da Província do Ceará. Citado do Relatório do Presidente da Província. Fortaleza, 06 jul. 1865.

como possibilidade de levar luzes a toda a população. Mas os acalorados debates sobre a educação popular, por exemplo, na Assembleia Constituinte e Legislativa tiveram como resultado apenas a declaração de sua importância.

Seja como for, o segmento da elite aqui tratado mantinha vínculos constantes com o mundo exterior e não só teve contato com os ideais iluministas, mas os difundiu no país, sendo claro que o iluminismo não só lhes conferiu uma visão humanista para a sociedade que emergia, como foi de fundamental importância na formação política desta parcela da elite do Brasil Imperial.

Pode-se dizer que a filosofia iluminista centra-se em dois aspectos para explicar todas as coisas: razão e ciência. Em contrapartida, de modo algum se pode dizer que o Iluminismo seja um pensamento homogêneo, pois, configura-se como um ideário de modernidade que poderia se deslocar desde o despotismo até os preceitos de uma democracia radical. Em verdade, filósofos como Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Diderot, Voltaire, Condorcet, Bentham e Kant, apesar de um núcleo comum de pensamento, tinham ideias bastante díspares.

Retornando a questão apresentada por Pechman sobre “o particular e o universal”, sabemos que em 1774, Herder apresentou o ensaio “*Outra Filosofia da História para a Educação da Humanidade*”, um marco do movimento literário romântico. Por seu turno, na mesma época, Kant sustentava que a filosofia política tinha um fim pragmático, o de corrigir a desordem das nações.

Mesmo correndo o risco de simplificação exacerbada, a questão básica debatida pelos dois filósofos, ao fim e ao cabo, reside em identificar se os destinos de um povo estavam determinados pelas questões locais, ou seja, nacionais, ou se mobilizavam por uma questão mais ampla de caráter universal.

No texto de 1784, “*Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?*”, Kant abre o primeiro parágrafo do folheto afirmando: “Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem.”³³ O texto é um elogio à consciência moderna e, ao mesmo tempo, uma crítica à tradição conservadora; porém, é, acima de tudo, uma ode à razão.

Como se sabe, o Estado é um ente pactuado entre os atores de certa sociedade, e o pacto (no sentido iluminista) é, antes de tudo, um produto da razão. O conjunto de pactos que liga os atores de uma sociedade – mesmo que nela exista alguma forma de discriminação – constitui a civilização, o que talvez para os iluministas seja a mais visível expressão da razão.

Entretanto, como se percebe pelo aposto acima, há formas distintas de pacto, que por seu turno provocam soluções diferentes que podem implicar, de um lado, na imposição do mais poderoso (sendo, portanto, uma racionalização baseada em desvantagens para alguns grupos), ou, ao contrário, surgir da composição de interesses, e, portanto, resultar da racionalização de vantagens.

³³ Disponível em www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784. Acesso em 21 out. 2012.

Nesses termos, podemos formular o senso de que o pacto imperial se baseava na razão Iluminista, muito embora correspondesse a uma “racionalização de desvantagens”, sendo um constructo racional de diversos setores da sociedade brasileira oitocentista. Não sem motivo, intelectuais que foram importantes no período (pertencentes ao nosso segmento de elite estudado) construíram os caminhos que pudessem ligar o Brasil Império aos ideais iluministas, ou, se preferirmos, aos preceitos civilizatórios³⁴.

A tarefa, sem dúvida, exigiu esforços imensos do segmento humanistas da elite que estudamos, dada a necessidade de criar o sentido de brasilidade, ou de incutir no povo a vontade de se transformar em Nação. Objetivo que mais facilmente se atingiria por via da educação, isso porque, além do sentido de razão, o iluminismo centrava-se também na ciência como elemento explicativo da realidade, sendo que inequivocamente a educação é fonte de saber científico.

Nesse sentido, no caso em tela a citada elite humanista do período imperial pretendia valer-se da ciência como instrumento da educação que, então, não se vincularia diretamente ao modelo mercantil ou ao patrimônio que lhe dava forma, mas sim ao homem.

Ademais, no contexto iluminista o sistema de ensino propiciaria a integração lógica e social das representações coletivas, ou seja, aquelas constituídas pelos sistemas simbólicos do discurso de caráter iluminista, apresentado por meio de um conjunto explicativo da razão, que, por sua vez,

³⁴ Sobre tais caminhos ou vertentes, ver: GONÇALVES, 1990.

seria capaz de estabelecer funções políticas, já que atribui uma lógica de ordenação ao mundo.

É notório que em Portugal, no período pombalino, foi crescente o incentivo ao conhecimento das potencialidades dos produtos brasileiros. O período de D. João no Brasil renovou e estimulou o tal 'senso investigativo', dando origem a diversas experiências e descobertas. Isto se deu, inclusive, provendo-se a divulgação (até certo sentido ampla, considerando-se os padrões da época) dos conhecimentos técnicos e científicos recém-criados, como técnicas de cultivo, inventos, novos métodos de metalurgia, sendo que são até mesmo encontrados registros de veiculação de algumas bases de dados sociais.

A questão dos dados sociais citados não deixam de reafirmar preceitos civilizatórios, já que os conteúdos veiculados não pretendiam apenas estimular a familiarização dos leitores com as temáticas apresentadas, mas a incorporação desses conhecimentos num modo de vida. Por outro lado, não deixam de configurar-se como racionalização centralizadora, já que viver de acordo com os preceitos da ilustração se destinava apenas aos homens livres e possuidores de renda, de fato os únicos indivíduos possuidores de cidadania e, portanto, integrantes da civilização do Brasil³⁵.

³⁵ No período, estabeleceu-se um largo debate em torno da definição de quem seria ou não cidadão. Somente em 1823 os constituintes estabeleceram algumas das condições que definiam o cidadão brasileiro, como, por exemplo, a distinção entre cidadãos ativos, que seriam detentores de direitos políticos e civis, e os cidadãos passivos, que teriam direitos civis, mas não políticos. A diferença entre essas duas categorias seria exercida pelo voto, que, por sua vez, relacionava-se com a propriedade, o que de fato passava a ser o fundamento da cidadania. Cf. MARTINS, 2001.

Entre 1813 a 1814 circulou no Brasil o jornal “O Patriota”, embora com vida curta, sabe-se que suas páginas traziam matérias como:

As descrições chamadas de estatísticas organizavam as informações a partir de divisões disciplinares novas, como o nascente campo da economia ou o estudo quantitativo das populações. De todo modo, nesse momento de centralidade política da corte no Rio de Janeiro, a tendência geral dos textos inseridos em O Patriota é a da análise detalhada das condições específicas de cada região. Os textos de descrição das diferentes capitanias, seja na forma de corografias ou de relatórios estatísticos, demonstram a preocupação do editor em inventariar as diferenças e peculiaridades regionais, com o objetivo de conhecer as possibilidades para seu desenvolvimento. Não há, no entanto, nenhum tipo de defesa dos regionalismos; ao contrário, os atributos específicos de cada localidade deveriam ser racionalizados e administrados de modo a garantir uma melhor extração de suas riquezas e uma conexão mais eficaz com os locais de escoamento dos produtos. (KURY, 2007, p. 87)

Como se percebe, a par de uma razão centralizadora, ou em algum sentido de um “iluminismo peculiar”, o senso de progresso está presente nas ações do grupo da elite que estudamos. Porém, é necessário que fique claro não haver indícios de que o citado progresso seja um marco de relações socioculturais que levarão o país, em dado momento, à modernidade.

Contudo, reafirmamos que a elite humanista, esclarecida e culta, conhecia as transformações nas relações sociais que se processavam em países onde a revolução industrial já se consolidara. Com certeza, sabiam, por exemplo, que desde 1830

surgiram na Inglaterra os primeiros sindicatos, e que, obviamente, tinham como objetivo a conquista de melhores condições de trabalho e remunerações.

Ademais, a influência humanista sobre tal segmento da elite certamente os fazia compreender que, apoiadas nas ideias iluministas as colônias inglesas na América do Norte não só romperam com a metrópole, mas criaram uma Nação republicana e federativa, o que é a antítese de um Estado Imperial centralizado, erguido com base num Poder Moderador.

Note-se, também, que o Iluminismo que bem conheciam condenou a lógica econômica típica do mercantilismo e deu origem à propostas e teorias mais condizentes com as novas relações sociais de produção que surgiam (e que traziam no seu bojo a expansão comercial e o fortalecimento da classe burguesa), como faz, por exemplo, o iluminista Adam Smith³⁶. Não é crível supor que algum membro culto e instruído da elite imperial brasileira que tenha tido contato com a obra smithiana, que não tenha percebido o modo de produção capitalista como algo generalizável, e mais: inevitável.

É menos razoável ainda que tal segmento da elite nacional desconhecesse os acontecimentos que levaram à Revolução Francesa ou que não houvessem lido a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Menos ainda é possível que não estivessem informados dos movimentos liberais na Península Ibérica ou que não visualizassem o acelerado progresso econômico-tecnológico

³⁶ Cf. GAMA CERQUEIRA, 2005.

decorrente da expansão das relações inernacionais de comércio.

Assim, o projeto civilizatório da elite humanista é um projeto do Iluminismo que se funda, portanto, na compreensão dos fenômenos sociais que têm a razão como princípio e que paulatinamente se transformam e se fixam numa direção que, parafraseando Kant, dará ao homem a capacidade de servir-se de seu pensamento, e não pelos pensamentos dos seus dominantes.

Baseados em Norbert Elias, aceitamos que conceito de civilização expressa a consciência que a sociedade ou grupos sociais têm de si mesmos (ELIAS, 1994). Dito de outro modo, vez que tal grupo de indivíduos percebe a transição de uma sociedade erguida pelo consenso para uma nova ambiência de relações sociais em que prevalece o conflito de interesse, torna-se indispensável a “regeneração social”³⁷, que implica em uma nova concepção de cidadania que deveria estar, portanto, subjacente a um “processo civilizacional”. A regeneração implica, então, na aceitação de condutas sociais baseadas na meritocracia, na repartição minimamente equitativa de poder

³⁷ A expressão *regeneração* é usada com sentidos diversos em várias áreas do conhecimento que vão da biologia até a questão urbana, passando inclusive pela teologia. Em qualquer caso diz respeito a se reestabelecer o que estava destruído ou degradado. Mais explicitamente, como aqui utilizado, no sentido de “dar nova forma” e objetiva, principalmente, estar em contraposição à palavra “revolução” no seu sentido de ruptura e transformação radical. Em termos históricos a expressão designa um movimento político constitucional havido em Portugal em meados do século XIX. A origem da expressão que nomeia tal período do liberalismo português reside em movimentos anteriores como a Revolução do Porto em 1820 e a conspiração de 1817, sendo que essa última se organizou a partir da Loja Maçônica *Regeneração*. Cf. PROENÇA, 1990. De toda sorte, a expressão como aqui utilizada não mantém nenhuma relação com aquele movimento político.

político por meio da universalidade de procedimentos e uma nova identidade como Nação (ELIAS, 1994).

Não obstante a cidadania que se busca alcançar, ambigualmente não deixa de ser influenciada por legados do período colonial, pela existência de um sistema escravocrata e por um modo de produção centrado no latifúndio. Estes são elementos necessariamente marcantes para o entendimento ou conceituação da cidadania brasileira no período.

Não se pode negar para se compreender um projeto de regeneração para a sociedade que o país após a independência era basicamente composto por uma população rural e analfabeta e mais que isso, que o fim do período colonial não despertou o sentimento de pertencimento ou de identidade nacional da população que aqui vivia. Em verdade, longe de um sentimento nacionalista os indivíduos possuíam identificação regional ou local (o que inclusive estimula o interesse por movimentos separatistas)³⁸. Assim, o Brasil possui um povo não coeso, mais interessado na capacidade de ação local do que uma participação política de caráter nacional.

Em verdade, somente quando eclode a Guerra do Paraguai (em 1865) é que o sentimento nacional começa a ganhar corpo. Só no período da guerra é que o sentimento de lealdade à pátria começa a superar a fidelidade para com a província. É o momento em que a simbologia nacional (bandeira, hino, etc.) passam a existir e criar o arquétipo de cidadania. E ainda assim, como já destacado, de uma cidadania branca de origem europeia.

³⁸ Cf. MATTOS, 1987.

Desta forma, o desafio da elite humanista não é o de construir uma “civilização tropical”, mas, sim, o de preparar o país para ser parte das nações civilizadas por via de uma postura iluminista – o esclarecimento – só que, em nosso caso, focado naqueles que ocupam o topo da pirâmide social.

Acompanhando a linha de raciocínio apresentado por Dias (2005), somos levados a aceitar que as elites em seu conceito amplo, ou os segmentos pertencentes ao grupo social hegemônico, não assumem uma postura de oposição à antiga metrópole, ao contrário, em algum sentido reconhece-se e apresenta-se como continuador da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.

Tal linha de interpretação é reforçada em argumentos apresentados em Oliveira Viana (1922), Sergio Buarque de Holanda (1995) e Raimundo Faoro (1977) que nos induz a aceitar um dos principais argumentos da especificidade da elite econômica brasileira, que reside na herança lusitana, já que, para o grupo hegemônico nacional, em última análise o Brasil seria uma continuação do projeto colonizador de Portugal.

O trabalho de construção do aparelhamento político tem no Brasil, um processo inteiramente oposto ao seguido, na sua organização política e na sua estruturação constitucional, pelos grandes povos da antiguidade (...). Entre nós, com efeito, não é no “povo”, na sua estrutura, na sua fisiologia, na sua economia íntima e nas condições particulares da sua psique, que os organizadores brasileiros, os elaboradores dos nossos códigos políticos vão buscar os materiais para as suas famosas e soberbas construções: é fora de nós, é nos modelos estranhos, é nos exemplos estranhos, é nas jurisprudências estranhas, em estranhos princípios, em estranhos sistemas que eles se abeberam e inspiram. (VIANA, 1922, p.8-9)

Assim, se para certos grupos sociais a tarefa civilizatória no Brasil é continuadora da iniciada por um “Portugal colonizador”, para eles a civilização brasileira não se distingue ou não estabelece pesos distintos em termos proporcionais de importância entre, Nação, Estado e Coroa, que necessariamente são vistos aqui como um corpo único para a concepção de uma identidade nacional.

Ocorre que tal situação é bastante diversa do exemplo europeu (em tese, nosso padrão norteador), em que Nação e Estado são vistos como esferas distintas. Não sem motivo o segmento que aqui estudamos da elite, tem um projeto civilizador distinto, pois entende a ambiguidade da estrutura social brasileira e, portanto, necessitam buscar um modelo civilizatório a ser seguido, que permita, no futuro, adaptar-se a uma ordem centrada no individualismo de interesses e, principalmente, em conflitos decorrentes das relações sociais de mercado³⁹.

Este segundo movimento claramente se evidencia quando a ambiência político-partidária e as novas condições econômicas permitem que o segmento da elite estudado tome a iniciativa de apresentar ao país e ao mundo exterior a imagem de modernização e a ideia de que o Brasil estava empenhado em acompanhar o avanço científico e, acima de tudo, preparado para incorporar as conquistas sociais que se estabeleciam.

Simultaneamente, é o período em que o romantismo de fato ganha peso no país, mas não apenas como forma de expressão artística estimulada pela ampliação dos grupos

³⁹ Sobre as contradições, ver: SAES, 1985.

letrados (decorrente da burguesia emergente, da ampliação do número das profissões liberais etc.), mas como um projeto de emancipação política que busca a separação da cultura brasileira da portuguesa, ou, da tradição colonial herdada.

A associação entre Império do Brasil e Nação Brasileira (...) implicava a própria constituição da Nação. À dominação das demais 'nações' pelo Governo do Estado somava-se a necessidade do exercício de uma direção intelectual e moral dos brasileiros, sobretudo aqueles responsáveis pelo Governo da Casa, o que implicava em romper com as identidades geradas pela colonização, por meio da difusão dos valores, signos e símbolos imperiais, da elaboração de uma língua, de uma literatura e de uma história nacionais, (...) O Estado Imperial deveria empreender uma expansão para dentro, de modo permanente e constante, indo ao encontro dos brasileiros que forjava. (MATTOS, 2004, p. 731)

Note-se que o romantismo, a par de suas características de estilo literário, é filosoficamente uma rejeição aos preceitos de ordem⁴⁰ e da realização de racionalidade. Tal argumento se baseia e facilmente se explica no já mencionado debate entre Herder e Kant, ou, entre o singular e o universal.

Lembramos que para Kant e o Iluminismo quando o sujeito se expressa não faz mais que manifestar a universal e comum racionalidade da humanidade. Porém para Herder e o romantismo já não está tão claro que a expressão autêntica e livre do sujeito (...) seja estritamente homogeneizada com o conjunto de sua sociedade... (MAYOS, 2004, p. 383)

⁴⁰ No caso em tela, estabelecida como a "ordem" que garante uma sociedade erguida pelo consenso.

Por isso o movimento do romantismo (independentemente de suas qualidades literárias), ganha tanta dimensão no país, pois se tratava, em verdade, da busca de uma qualificação do adjetivo *civilizado* ou, se preferirmos, da busca de uma nova identidade da civilização brasileira.

O romantismo filosófico dá uma especial ênfase à negação da universalidade iluminista e muda os conceitos de pertinência de um grupo como relação a grupos. Dito de outra forma, o conceito civilizatório não se deixa reduzir a nenhuma forma concreta de homogeneização, por mais potente e hegemônica ou universal que seja. O grande desafio civilizatório é, portanto, conseguir que a realidade seja determinada pelas questões locais, o que no Brasil ganhará forma por meio de um projeto de “monumentalização do país”, pela existência de um “imperador esclarecido” e de um grupo de elite que caminha na direção da *regeneração*, ou seja, do redirecionamento das instituições da sociedade, definindo novos limites entre centralização e liberdade.

Assim, e novamente parafraseando Pechman, a regeneração em muito dizia respeito a uma essência moral, refletia diretamente os anseios de uma sociedade que buscava sobremaneira distinguir-se como culta e, portanto, detentora dos quesitos básicos a ser recebida no âmbito das nações civilizadas. A cultura formaria cidadãos que, dentro de um projeto civilizatório voltado para a estetização do cotidiano, pudessem integrar a ordem que se estabelecia: a ordem, estimuladora da boa moral e da doçura dos costumes (PECHMAN, 2002).

Reafirmamos, então, que o grupo da elite que estudamos por via dos seus membros que se associaram à Amante da Instrução, conhecedores das transformações nas relações sociais e da modernidade que se processavam em países onde a revolução industrial se consolidava, buscou construir a ordem para garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos e das suas relações com o mundo exterior já capitalista e, inegavelmente, civilizado (para o que necessitavam da construção de um Estado), ao passo que, para tal segmento difundir a civilização, era necessário assegurar o primado da razão, o progresso e a formação do povo, sem o que não haveria domínio de classe⁴¹.

Entendiam, então, como necessário que estivessem eles próprios organizados como atores coletivos, ou seja, como um grupo possuidor de uma visão peculiar sobre os movimentos de transformação da sociedade e que, por isso, atuasse de forma, se não unificada, ao menos coesa⁴², o que os levou a se incorporarem em associações civis independentes nas quais possam discutir a lógica de seus interesses.

Pelo exposto, podemos aceitar que tal segmento da elite, portanto, não se descuidou de questão tão importante como a educação, como já mencionado, certamente percebida como a força generalizadora de sua concepção de mundo para a qual dependiam da adesão do conjunto de homens livres, que não derivassem do grupo hegemônico embora não deixassem de dele depender, como clérigos, professores, notários, pequenos comerciantes, funcionários públicos e outros grupos

⁴¹ Como visto, tais questões estão fortemente vinculadas a princípios iluministas mais avançados.

⁴² Cf. MATTOS, 1987.

profissionais, ou seja, indivíduos que somente teriam tais postos se fossem instruídos.

É nesse sentido que durante o século XIX, a educação formal buscou apresentar-se como elemento estruturante do Estado em que todos os níveis de instrução atuavam de uma forma ou de outra, como “força generalizadora” do reordenamento sóciopolítico nacional. Dito de forma mais direta, foi por intermédio da educação que a elite humanista, culta e cosmopolita buscou difundir a organização social que almejava, bem como constituir os elementos culturais e símbolos que caracterizariam a Nação. Essa tentativa de atuação apresenta-se como resultado de um processo que marcou as posturas ideológicas do grupo da elite que nos interessa estudar, as quais estavam vinculadas a um projeto educacional menos monárquico⁴³ e mais civilizatório, ou se preferirmos, menos pragmático e mais humanista.

Reafirmamos que a realidade social e econômica brasileira era distinta do mundo europeu (que o segmento da elite humanista tão bem conhecia), o que dificultava ou mesmo impedia a disseminação de certos ideais, pois problemas como analfabetismo, a marginalização do povo da vida política e o desenho de uma Nação ainda incoesa se configuravam como

⁴³ O sentido de educação monárquica como aqui apresentado se baseia na Lei Geral da Educação de 15 de outubro de 1827, que visava a uniformidade social buscando a consolidação do Estado Nacional Monárquico. A obrigatoriedade do Método Lancaster claramente visava influir no disciplinamento do corpo e da mente, assim como o currículo definido a ser ensinado gerava o estabelecimento de crenças morais (via o ensino religioso) e, mesmo, disciplinares e formação de comportamento das pessoas ou determinar como preferencial “as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil”.

uma constante tensão entre o discurso de inspiração liberal⁴⁴ e a prática da patronagem escravista.

Não sem motivo, a elite humanista, esclarecida e compromissada com a arquitetura de um arcabouço de Nação buscou alianças tanto com segmentos tradicionais quanto com segmentos nascentes da sociedade, na tentativa de traçar caminhos seguros para lidar com as adiáveis, mas inevitáveis, relações conflitivas decorrentes do mercado, tal qual viam em países onde a Revolução Industrial se consolidava.

Assim, ao se associarem a entidades com a Amante da Instrução, buscavam instâncias intermediárias que, por sua neutralidade e imparcialidade, permitissem lidar com carências, ambiguidades e dificuldades típicas de um país em formação e simultaneamente construíssem a ponte de interlocução entre membros da própria *elite* e destes com outros grupos sociais que emergiam. Mais que isso, por conta da necessidade de canais de interlocução, perceberam a educação como um meio adequado de realizá-la, pois por intermédio da educação poderiam generalizar os conceitos que compreendiam e defendiam.

Não sem motivo, está citado nas disposições do Estatuto da Sociedade de 1832, que a mesma será formada por “homens letrados, ilustrados, amantes da instrução...”

Ao que tudo indica, a tarefa de educar foi tratada com base na “herança imperial” sendo que o imperador era um dos poucos símbolos identificados nacionalmente, e um símbolo de

⁴⁴ Referimo-nos ao processo de independência dos Estados Unidos e à Revolução Francesa, fortemente influenciados pelo pensamento iluminista.

unidade, muito embora mais presente entre as camadas mais cultas do país, estaria:

... articulada com a própria constituição da consciência coletiva dos brasileiros. O que importa reter é que, se difuso ao nível popular e acentuado legitimidade das instituições monárquicas ao fato de que o regime imperial representava, ao menos formalmente, a sequência de um sistema de governo que nos governara desde o início da colonização portuguesa, continuando, assim, a permear decisivamente o imaginário cotidiano dos habitantes do país, nas elites intelectuais, há a presença de um sentimento de que houve um tempo em que o Brasil era mais respeitável mais honesto, mais poderoso que atualmente. (SALLES, 1996, p. 15)

De outro lado, cabe notar que o mercado está efetivamente em formação, trazendo um seu bojo certas especificidades típicas do Brasil. Por exemplo, se tomarmos Gilberto Freyre em sua análise desenvolvida em *Sobrados e Mucambos* (1990) teremos claro que além de transformações no Estado foram também importante para formação inicial de um incipiente mercado capitalista no país, as transformações e mudanças políticas e econômicas, a introdução de máquinas e, principalmente, a mudança de valores em termos de cultura urbana e ideologias, que se instauram e passam a considerar simultaneamente valores burgueses europeus e valores locais (não necessariamente “civilizados”).

Freyre, em verdade, ressalta que as ideias burguesas e os valores universais entram no Brasil no século XIX, da mesma forma que acontecera na Europa no século XVIII, em ambos os casos pela ampliação de um mercado assalariado, ou seja, pela

troca de mercadorias que no período estudado começa a se acelerar e intensificar.

Em sentido análogo Caio Prado Júnior indica que as atividades econômicas e infraestruturais se intensificam sob a forma de empreendimentos produtivos:

Esta intensa atividade se manifesta nos primeiros grandes empreendimentos materiais do país, todos posteriores a 1850. Em 1854 começa a trafegar a primeira estrada de ferro brasileira, do porto de Mauá a Fragoso. No ano seguinte, inicia-se a construção da Estrada de Ferro Pedro II (Central do Brasil). O telégrafo é inaugurado em 1852, e fazem-se na mesma época as primeiras concessões para linhas de navegação (...) trata-se de uma forma produtiva superior: a forma *capitalista* (PRADO JR, 2008, p. 94)

Não sem motivo, Oliveira Viana, em outra obra, *Evolução do Povo Brasileiro*, ensina que a intenção da elite era a de se organizar para transformar uma ex-colônia em uma Nação soberana e unitária, ou, parafraseando-o, com o objetivo de gradativamente se preparar para abandonar o microcosmo senhorial dos engenhos e se transformar na “flor da civilização” (VIANA, 1933).

Tal linha de pensamento nos permite aceitar o argumento de que parte da elite imperial não pautou suas ações pela conjuntura (positiva ou negativa) que marcou o modelo da agricultura mercantil-escravista estabelecido; por outro lado, pautou suas ações pela percepção, ou se preferirmos, pela consciência de que grupamentos sociais que começariam a emergir em face da modernidade, em última instância, seriam

condicionados pelo mercado (tal qual conheciam por seu contato com o mundo já desenvolvido nos moldes capitalistas).

Nesse sentido, diferentemente de outros segmentos da elite, esse grupo (que teve parte de seus membros associados à Amante da Instrução) se preparou para alguma espécie de renovação, ajustando-se durante o período imperial – com maior ou menor velocidade – às novas (ou modernas) exigências decorrentes das relações sociais de produção que se estabeleciam. Ou se preferirmos, foi um grupo que forjou suas práticas não por aspectos conjunturais, mas pela visão de mundo, ou pela consciência de mundo, que aos poucos iam compreendendo.

Desta maneira, tal grupo não se diluiu ao longo do Império, ao contrário, sobreviveu pela antevisão de que seria inexorável à modernidade das relações sociais oriundas de um mercado de consumo assalariado que em algum momento haveria de ser impor⁴⁵, e, por óbvio, que a manutenção do modelo de agricultura mercantil-escravista revelava-se inviável no longo prazo, fez com que esse segmento da elite, simultaneamente, se dedicasse a apoiar a construção de uma sociedade hierárquica e erguida pela lógica do consenso (como já salientado, condição necessária para suplantar as vulnerabilidades intrínsecas ao sistema de produção escravista) e com a finalidade de se preparar para conviver em uma

⁴⁵ Tal imposição emergiria independentemente de essas relações se estabelecerem ou não como uma projeção do modelo mercantil-agrário-exportador. A questão será aprofundada nos próximos capítulos. Cf. GONÇALVES, 1990.

organização social estabelecida pelo conflito⁴⁶ de interesses, o que é típico das relações de mercado⁴⁷.

Certamente o amadurecimento dessa visão e as discussões acerca da necessidade de lidar com seus efeitos e impactos foram os fatores que levaram os segmentos mais cultos da elite a se organizarem em associações civis como a Sociedade Amante da Instrução.

É evidente que a visão de mundo do segmento da elite que estudamos se forma e consolida gradativamente. Entretanto, desde o início século XIX, a situação brasileira não deixava de configurar-se de forma clara pelo convívio antagônico, ou como algo dicotômico, pois possibilitava o convívio harmonioso entre a lógica de reprodução da agricultura mercantil-escravista e de algumas nascentes estruturas industriais, modos de produção que obviamente demandam regimes de regulação distintos.

Mas o que é, de fato, sintomático da peculiaridade brasileira do século XIX é a “dicotomia harmoniosa” expressa na coexistência de uma ordem patrimonialista, burocrática, oriunda do processo de ocupação e colonização portuguesa, com a influência dos padrões europeus baseados nos ideais da Revolução Francesa tão em voga no período.

Assim, havia no país a adoção de métodos que se poderiam chamar de aristocráticos para a sua incorporação na *civilização*, os quais eram combinados com *princípios libertários*

⁴⁶ Vale lembrar que Marx vê o mundo e as relações sociais, segundo suas contradições, sendo que as contradições se manifestam em formas distintas de conflitos.

⁴⁷ Cf. SAES, 1985.

de idealização liberal francesa (e isso apesar do poder centralizador do Imperador) que geravam não apenas contradições explícitas na condução governamental, mas também na construção da noção de nacionalismo e de identidade brasileira.

Cabe aqui um parêntese para melhor detalhar a mencionada “dicotomia harmoniosa” entre tão distintas lógicas. Lembramos que certamente a mais relevante instituição do Brasil colonial, a família, foi marcada pela pluralidade e por experiências diversas, decorrentes de fatores como regionalização, origem social, etnia e outras formas de categorização. Embora essas famílias tenham criado verdadeiros núcleos de poder cuja estrutura fundiária serviu-lhes de base até se tornarem as poderosas estruturas econômicas (com influência e poder político) do período imperial, devemos perceber que gradativamente processos de mudanças ocorrem entre membros dessas famílias, o que se deu e se desdobrou em transformações no comportamento individual dos membros de tais famílias e que em algum sentido começam a se afastar da tradicional ação familiar coletiva⁴⁸.

Tal comportamento individual se forma pela internalização de normas de conduta e valores que normalmente decorrem da sua socialização e da difusão e compartilhamento de comportamentos. Assim, a disseminação de posturas dos grupos sociais com os quais se tem contato vão gerando

⁴⁸ Vale lembrar que a expressão *família*, no conceito apresentado em Casa Grande & Senzala, não se restringe a laços familiares sanguíneos, mas a laços (“concretos e pragmáticos”) entre o colonizador e os diversos agregados à propriedade rural. Assim, a *ação familiar* é um ato de caráter institucional. Cf. FREYRE, 2003.

regularidades, previsibilidades e, por fim, modelando os indivíduos com base em hábitos sociais⁴⁹.

Contudo, por mais que houvesse contatos e compartilhamentos entre parte da elite doméstica e a de nações mais desenvolvidas, e por mais que tais indivíduos compartilhassem os princípios filosóficos do iluminismo, é claro que não existiam condições objetivas para uma transposição literal das características liberais europeias para a nossa realidade (muito embora a imitação destas fosse um traço notável no âmbito cultural), pois elas esbarravam na homogeneidade das elites econômicas tradicionais, cuja uniformidade era erguida pela lógica do favor e pelo patrimonialismo estatal, os quais pragmaticamente direcionavam o conceito civilizatório por meio da razão iluminista (ainda que de “racionalização de desvantagens”) para a indispensável noção de *ordem* e de *consenso*, que se materializava por meio de um governo monárquico centralista.

Por outro lado, parte dos quadros ou de segmentos de elite, mormente da elite humanista de formação cosmopolita, foi gradativamente sendo influenciado, mesmo que individualmente, por todo o pensamento intelectual da identidade igualitária (obviamente, na sua dimensão formal), influência esta derivada de seu contato cada vez mais frequente com as *estruturas liberais* da Europa e Estados Unidos, assim como pelo fortalecimento progressivo de suas relações com a camada burguesa local que ampliava sua relevância.

⁴⁹ Cf. MELLO et NOVAIS, 2009.

Essas questões estão presentes na obra “*A revolução burguesa no Brasil*”, onde Florestan Fernandes aponta as bases para o surgimento da sociedade de classes no Brasil, como a tentativa de “instauração da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1975, p 29), a “burocratização da dominação patrimonialista” (FERNANDES, 1975, p 55), assim como a assimilação de preceitos liberais por parte das elites políticas. Todos estes fatores, segundo o autor, contribuíram para a diminuição da preponderância patrimonialista no Império.

Pelo exposto, pode-se aceitar que, na medida em que, por um lado o país se “modernizava”, por outro, mais se relacionava com o mundo desenvolvido, novos padrões de comportamento iam se estabelecendo na elite com face humanista, que aos poucos, assumindo a “modernidade” liberal, vai se afastando da crença da *civilização* brasileira como uma herança da lógica colonial, como uma “racionalização de desvantagens” que se mantinha pelo *consenso*, já que cada vez mais percebia as dissensões típicas das relações sociais que começam a se estabelecer e que requeriam a redefinição de um consenso pragmático.

Desta maneira, o segmento da elite que estudamos percebe a emergência de uma ordem econômica, social e política totalmente nova e mais dinâmica, não só no restante do mundo, como – ainda que embrionariamente – no próprio país, identificando como necessário ajustar-se não só a novas condutas, mas a novos princípios de racionalização civilizatória.

Vale notar que no período estudado surgem os chamados “homens de letras”⁵⁰ que agiram, de forma contundente, tanto em suas obras editadas como livros quanto em suas participações na imprensa, sendo um dos pontos centrais desta ação a busca da autenticidade cultural brasileira.

Devemos ter em mente que essas obras e artigos circulavam entre os profissionais liberais, os membros da burguesia urbana, um pequeno grupo letrado de escravocratas proprietários de terras e entre membros da elite mais cosmopolita que estudamos, que passam a conviver com as críticas ao vínculo cultural do Império, com a herança colonial formuladas em tais textos. Não sem motivo, gradativamente, um novo ideário civilizatório começa a se disseminar.

A intensidade e efervescência sobre tal questão pode ser confirmada pelos intensos debates que foram travados, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, fundado em 1838), acerca da legitimidade de se eleger o índio como o representante da autenticidade nacional. Sobre o tema, John Monteiro atesta:

Se dentre os objetivos figuravam a busca das origens da nacionalidade e a busca de informações etnográficas sobre povos já desaparecidos ou em vias de desaparecimento, não havia nem de longe um consenso em torno da melhor maneira de se estudar a presença indígena na história do país. Parece ter vencido a tendência estabelecida por Carl Friedrich Philippe von Martius e seguida por Francisco Adolfo de Varnhagen, cujas teses

⁵⁰ Cf. CESAR, 1978, p. 86. Segundo o autor, a expressão se origina após o “Manifesto do Romantismo” brasileiro (de 1836), para definir os autores da literatura ligados àquele movimento. São autores como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, entre outros.

sustentavam a ideia de que o processo de degeneração que levava os indígenas inexoravelmente rumo à extinção havia começado muito antes da chegada da civilização superior. Outros autores, entretanto, embora compartilhassem a perspectiva do desaparecimento fatal dos aborígenes, explicavam a destruição das populações indígenas em função de uma longa história de violência colonial e de políticas mal aplicadas ou mesmo mal intencionadas. (MONTEIRO, 2001, p. 147)

Assim, podemos entender que, para o IHGB, o interesse em estudar o índio era uma forma de explicar a história como um processo linear (numa lógica iluminista, portanto), sendo que, para pessoas como Varnhagen (futuro Visconde de Porto Seguro), o nativo, numa ordem natural das coisas, necessariamente cederia espaço para a civilização branca de origem europeia com a finalidade última de contribuir para a consignação que caracterizaria o povo brasileiro: a mestiçagem.

Cabe aqui um breve parêntese para esclarecer que alguns autores atestam que a questão indianista na literatura não visava apenas falar do índio, mas também mascarar a situação do negro. Sobre o tema, Alessandra Carneiro afirma, por exemplo, que:

José de Alencar, expoente do romance indianista, autor de *O Guarani* compôs apenas duas obras em que o negro escravo é personagem: as peças *Demônio familiar* (1857) e *Mãe* (1859). Contudo, o escravo na literatura de Alencar representa menos uma crítica a sua condição servil que um alerta aos seus donos sobre os percalços que os servos poderiam lhes causar, ao passo que na sua prosa indianista o índio é sempre exaltado como mártir honroso. (CARNEIRO, 2009, p. 3)

De toda sorte, claro está que as mencionadas mudanças no perfil do conceito civilizatório ocorreram lentamente, como vimos, resultando do acúmulo de costumes, da aculturação e da institucionalização de condutas e procedimentos que, por certo, vão influir não apenas na alternância desta face da elite humanista, mais cosmopolita e culta, mas também, e sobejamente, nos rumos e desenvolvimento da própria Nação, pois o citado grupo da elite, ao reconhecer a inexorabilidade da modernização que emerge das relações sociais oriundas do nascente mercado de consumo assalariado, certamente pôs em dúvida a noção de consenso que tinha e, a despeito de se esforçar para retardar os acontecimentos, estava preparado (ou se preparando) para tudo que havia por vir, pois como já apresentado, não é razoável aceitar que esse segmento das elites afeito com a modernidade vivenciada por países capitalistas da Europa e com os Estados Unidos (não apenas em termos econômicos, mas também culturais) não tivesse a capacidade de antever as transformações que ocorreriam nas relações sociais e no conceito de civilização da Nação brasileira.

Há, inclusive, um episódio na Amante da Instrução que pode expressar a dimensão das transformações que ocorriam no seio da elite instruída. Em julho de 1854 é aprovada a Lei Nabuco de Araújo, como uma forma de reforçar a repressão ao tráfico negreiro, em complemento à Lei Eusébio de Queirós, e que previa punições aos agentes do Estado que acobertassem o contrabando de escravos. A iniciativa da Lei recebeu proposta moção de elogio da Amante da Instrução. Embora a moção tenha sido negada, sob a justificativa de não manter ligação com os

Estatutos da Sociedade, sua apresentação e defesa se deu nos seguintes termos:

... pertencemos à opinião e a crença inabalável que o efeito prático [da Lei] e seu alcance não exclui o progresso; pelo contrário, entendemos que não há progresso sem estatutos, em que se acautelem em todas as circunstâncias as funções de autoridades no Estado (...) o fim útil do estabelecimento tal Lei representa o adiantado de nosso tempo e fidedignidade de nossa civilização.⁵¹(grifos nossos)

Observamos, assim, um cenário único do desenvolvimento da elite humanista, o que, em certo sentido, se não explica integralmente, ao menos facilita o entendimento quanto à sua compreensão e sua capacidade de adaptação frente às mudanças sociais que serão responsáveis pela transição do *consenso* pelo *conflito*.

E a compreensão desse contexto de mudança das relações sociais em algum sentido explica a atuação da elite que estudamos, que por certo visando adiar o inevitável, comporta-se alternando *enquadramento político e liberdade*, ou para ser mais específico, mesclando atitudes para manter-se ao mesmo tempo ligada ao poder centralizador imperial e com alguma liberdade de expressar opinião a ele contrária, o que era fundamental para realizar aproximação e alianças com os grupos emergentes da burguesia local. E assim fazendo,

⁵¹ ATA DO CONSELHO da Sociedade Amante da Instrução, 1854. Moção apresentada pelo sócio João Wilkens de Mattos, Barão de Marauíá. Seu depoimento necrológico o descreve como um homem maduro, “testado em várias funções públicas”. Foi diretor da Instrução Pública do Pará, Secretário de Província e Diretor Geral de Obras Públicas e dos Índios no Amazonas, Presidente da Província do Amazonas e depois do Ceará, deputado eleito pelo Pará e se aposentou como Diretor Geral dos Correios e Telégrafos.

promovia uma ação individualista típica de uma organização social estabelecida pelo conflito, assumidamente rumando na direção da “revolução burguesa” como definida em Florestan Fernandes, o que no Brasil ocorre sem ruptura e por meio da “coalescência estrutural dos vários estratos sociais e das várias categorias econômicas que formavam as ‘classes possuidoras’” (FERNANDES, 1981, p. 311) e por intermédio da qual, aos poucos, o *senhor agrário* se metamorfosearia em *homem de negócios*.

Nesta direção, não se pode negar que quanto mais cresce a visão de “homens de negócios”, mais se ampliam os contingentes da elite que se “metamorfoseiam”. Ou seja, ao longo do Império, gradualmente, mais membros da plutocracia migram investimentos para o setor manufatureiro ou para o de serviços, os quais tinham (ou começam a dar sinais de ter) muito boa capacidade de gerar valor. Tal fato aos poucos vai deslocando o eixo de interesses de parcelas cada vez maiores da elite econômica que, então, passam a incorporar uma das características marcantes da elite aqui examinada, quer seja: compreender e voltar seus interesses para as novas relações sociais de produção, ou dito de outra forma, adequar-se para uma sociedade promissora em termos de acumulação, porém marcada por relações sociais tensas e conflitivas determinadas pela dinâmica do mercado.

Evidentemente tais relações sociais de produção percorreriam um longo caminho antes de se consolidar. Mas não se pode deixar de observar que esse caminho tenha sido trafegado simultaneamente com a consolidação política e econômica do Império do Brasil. E não deixa de ser igualmente

curioso que no período tenha se consolidado o projeto educacional para o país, e principalmente que as propostas para a educação promovidas pela Amante da Instrução em contraposição ao pragmatismo vigente tenha tido uma perspectiva humanista.

Capítulo 2

A Imperial Sociedade Amante da Instrução o Pragmatismo e o Contexto Socioeconômico do Império

Dez jovens, na maioria, sem fortuna ou relacionamentos, alguns efetivamente pobres, que ganhavam a vida como guarda de alfândega, porteiros e, em grande parte, escriturários de 3^a classe, reuniram-se na casa de Joaquim Bernardo Leal para criar uma sociedade que tinha como finalidade dar instrução recíproca aos associados. Julgavam que diante da condição modesta de quase todos que essa seria a forma apropriada para se desenvolverem. Era o dia 5 de setembro de 1829, data em que fundaram uma sociedade a qual deram o nome de Jovial e Instrutiva.

Tão logo estabelecida, a Jovial e Instrutiva iniciou seu objetivo de promover instrução recíproca por meio de um “método” em que cada participante redigia algo parecido como um jornal no qual apresentavam os conhecimentos adquiridos e criticavam os textos dos demais, sendo que com certeza “trocavam aulas” de música, taquigrafia, francês e latim. De toda sorte, sobre esta fase da sociedade não se pode afirmar muita coisa, pois seus primitivos registros originais foram perdidos. Os arquivos da Amante da Instrução guardam apenas o relatório de seu primeiro presidente, o Alferes Luiz Antonio Goulart, datado de 21 de agosto de 1831 e de manuscritos

redigidos por Bernardo Leal encadernados em dois volumes à guisa de referir-se a atas daquela sociedade que teriam sido compostas a partir de rascunhos e notas de suas reuniões, tendo sido oferecidos à Sociedade Amante da Instrução em 1862, destarte, transcorridos mais de 30 anos dos acontecimentos.

Segundo a dedicatória de oferecimento, os documentos foram preparados por Leal a pedido de alguns dos fundadores, inclusive, sendo assinado por eles. Embora não haja motivo para considerá-lo um documento apócrifo, sugere o bom senso não admiti-lo como um relato fiel daquelas reuniões, vez que, por exemplo, há muito de “instrutivo” e pouco de “jovial” (como seria natural) nestes depoimentos.

Seja como for, aos dez jovens fundadores se juntaram, já a partir de outubro de 1829, novos sócios, todos com melhores condições de vida que os antigos. O grupo dos novos sócios era integralmente composto por estudantes do Seminário de São José e da Escola de Medicina e gradativamente trouxeram outras adesões, com perfil de renda, instrução e origem semelhante ao seu.

Não há registros de como jovens com realidades sociais tão distintas se conheciam e se integraram na Sociedade recém-fundada. Tem-se certo apenas que o primeiro de família abastada a ingressar na Jovial e Instrutiva foi João Marcelo Brasil, egresso do São José e estudante de medicina. De qualquer modo não seria difícil que estes rapazes se conhecessem numa cidade com as dimensões do Rio de Janeiro do início do século XIX, que possuía um perímetro urbano muito

restrito, sendo que as regiões onde no presente se encontram alguns de seus bairros mais populosos, como Tijuca e Ilha do Governador, eram distantes zonas rurais e outros como Copacabana e Ipanema, locais ermos e de difícil acesso, considerados apenas como “areais inúteis”⁵².

Ainda para auxiliar nesta argumentação, cabe também salientar que a casa de Bernardo Leal, onde se reunia a Jovial e Instrutiva, ficava no antigo Beco do Propósito (logradouro que foi alargado e prolongado dando lugar a atual Av. Almirante Barroso), contíguo ao Morro do Castelo onde funcionava a Faculdade de Medicina e mais perto ainda estava do Seminário de São José que se encontrava na Rua da Ajuda no sopé do mesmo Morro do Castelo, em local próximo onde agora se situa a Biblioteca Nacional.⁵³

Retornando ao tema, embora não haja nenhum documento que explicita o motivo, aparentemente a filiação, em 1830, de Domingos de Azeredo Coutinho Duque Estrada⁵⁴, deu origem às transformações no perfil da Sociedade. Duque

⁵² O *Rio Antigo* ainda povoa a imagem que os cariocas (nativos ou por adoção) possuem da cidade, por isso se referem a diversos locais pelo seu nome de origem. Assim, por exemplo, a Praça da República é, ainda, o Campo de Santana e insistem que o MAM fica na, agora inexistente, praia do Calabouço. Quando se deslocam do Centro para a Zona Sul ou seguem pela “praia”, caminho que acompanhava a orla da Baía de Guanabara, hoje totalmente aterrado, ou tomam o próprio aterro (do Flamengo). Estes e outros locais podem não estar nos guias e mapas, mas, ainda, existem no imaginário popular do carioca.

⁵³ Ao longo do tempo a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações, sendo que seu atual “Centro e entorno” é consequência de uma série de desterros, como dos Morros do Castelo e Santo Antônio, e de diversos aterros que alteraram significativamente sua paisagem.

⁵⁴ Domingos de Azeredo Coutinho Duque Estrada, estudante de medicina, ingressou na Jovial e Instrutiva em 1830, sendo o seu segundo presidente e o primeiro da Amante da Instrução. Desliga-se da sociedade em 12 de março de 1834, sendo que não se encontra no acervo da Sociedade nenhuma explicação sobre a motivação do afastamento.

Estrada rapidamente assumiu a liderança do grupo e propôs não só publicar de imediato o estatuto, como também ir além da meta de “instrução recíproca” e iniciar um processo de oferecimento de aulas⁵⁵ públicas para os meninos pobres da região.⁵⁶

A intenção de abrir aulas para os meninos pobres do entorno, era na década de 30 dos oitocentos algo absolutamente extraordinário, pois como se sabe a educação a época não só era pouco abarcante, como, era mesmo, discriminadora.

Sabemos que a sociedade brasileira ou se preferirmos os sentidos de cidadania eram muito estratificados. Havia os latifundiários, senhores de engenho, fazendeiros do café, etc, os quais poderiam ser chamados de aristocratas livres e que formavam as elites econômicas, depois existiam o grupo composto por colonos brancos e pobres, por mestiços e negros alforriados que formavam o que se poderia chamar da classe dominada. Além deles os escravos e os semi-escravos que eram responsáveis diretos pela produção agrícola, pela atividade extrativista e por outras atividades econômicas e desprovidos de direitos.

Assim se pode afirmar que a educação imperial tinha caráter elitista, pragmático e segregador, pois essencialmente se destinava às elites, possuindo pouquíssima penetração entre

⁵⁵ O termo *aula* era utilizado com o mesmo sentido de *cadeira*, ou seja, uma aula de gramática ou uma aula de filosofia correspondiam cada qual a uma *cadeira específica*, sendo que cada aluno poderia frequentar as *aulas* que desejasse, não havendo necessariamente articulação entre elas.

⁵⁶ Os fatos relatados constam das citadas Atas da Jovial e Instrutiva redigidas pelo fundador Bernardo Leal.

os homens libertos pobres, além de ser racista já que negros, mesmo os livres, não tinham acesso à instrução, assim como também era bastante restrita em termos de gênero.

A opção de Duque Estrada para a Sociedade era, portanto, arrojada e indo além da criação de aulas, propunha também o estabelecimento da sociedade em uma sede, e para tanto seria necessário financiar o valor do aluguel por meio de contribuições mensais dos sócios. A proposta obteve apoio da maioria dos membros da Assembleia para fixá-la.

Surge daí o primeiro desacordo da Sociedade, visto que alguns dos sócios originais, pobres e arrimos de família não teriam como dispor do seu parco sustento para nenhuma espécie de contribuição obrigatória. Vencidos pelo voto aquiesceram em estabelecer mensalidades de 1\$000. Mórdica na aparência essa quantia chegou a afastar Ludgero Bráulio Ferreira da Sociedade que fundara por não poder pagá-la. Bráulio Ferreira somente retorna aos quadros sociais em 1840, ano em que o estatuto sofreu uma reforma, no qual se incluiu a isenção de contribuição aos sócios fundadores. Bráulio é um dos que em 1862, autentica, por vida da mencionada dedicatória de oferecimento, as atas da Jovial e Instrutiva.

De toda forma, como anteriormente mencionado, o quadro da Amante da Instrução que veio a se estabelecer nos anos seguintes era bastante eclético, envolvendo indivíduos de diversos perfis de renda, cultura e influência política, sendo, entretanto, em grande medida composta por membros bastante destacáveis da elite imperial.

Podemos apontar que dela fizeram parte, dentre outros o Visconde de Abaeté (senador e diplomata), o Visconde de Albuquerque (senador e ministro do império), o Conde de Irajá (bispo do Rio de Janeiro e capelão-mor do imperador), o senador Correia (ministro do império), o Barão de Mauá (industrial e banqueiro), Marquês de Monte Alegre (que quando associou-se não era mais regente), e personalidades como Visconde do Uruguai (ministro dos negócios estrangeiros e que teve um importante papel no fim do tráfico negreiro) e Visconde do Rio Branco (jornalista e diplomata, presidente do Conselho de Ministros), e também militares como o brigadeiro Tobias de Aguiar e o já citado coronel Miguel de Frias (que exerceu parte de seu mandato na presidência Sociedade concomitantemente com a intendência do Rio de Janeiro), além de artistas como o pintor Pedro Américo e o patrono do teatro, João Caetano.

Não deixa também de haver curiosidades no quadro social, como terem sido sócios Teófilo Ottoni (líder da revolta de 1842) e o farroupilha Francisco Manoel de Lima e Silva, sendo que as duas citadas revoltas que lideraram foram reprimidas pelo também sócio Luiz Alves de Lima, futuramente Duque de Caxias⁵⁷.

Pode-se, ainda, destacar três futuros presidentes da Sociedade que de formas bastante distintas tiveram participação ativa, em 1831, do movimento político que culminou com a abdicação de D. Pedro I. O primeiro deles é José Clemente Pereira, português e conservador (presidente da Sociedade de 1837 a 1843), cuja nomeação para compor o ministério em

⁵⁷ As citadas filiações estão registradas em diversas Atas de Assembleias que as aprovaram.

substituição ao presidido pelo senador Vergueiro foi um dos estopins do acontecimento, já que para os liberais sua indicação representava a entrega do poder ao “partido português”, o que era inadmissível após a ocorrência da noite das garrafadas. O segundo, Evaristo da Veiga, carioca, liberal moderado (presidente da Sociedade de 1835 até sua morte em 37) que não só foi um dos articuladores da sublevação popular que exigia a mudança radical do governo, como também, pouco depois, em associação com Honório Hermeto (futuro Marquês do Paraná), foi o artífice da nomeação, do deputado Padre Diogo Antonio Feijó para o Ministério da Justiça. O terceiro, o já citado Miguel de Frias e Vasconcellos (presidente entre 1849 e 1859), homem que em 7 de abril, levou à Quinta da Boa Vista a declaração que “a tropa e o povo” mandavam ao imperador.

Como se pode notar pela breve lista mencionada, eram pessoas de todos os matizes, tendências políticas e de interesses culturais, entretanto, uníssonos no intuito de estabelecer a feição da Nação brasileira. Dito de outro modo, a Sociedade Amante da Instrução, ao menos nos seus primeiros anos, não só foi capaz de aglutinar indistintamente saquaremas e luzias, liberais e conservadores, pessoas de todas as nuances, mas também de abrigar em seus quadros um segmento da elite imperial que buscava sua própria organicidade e que gradativamente tornava-se membro, nas palavras de Oliveira Viana, de uma “sociedade agrária e culta, requintada e aristocrática, assentada sobre grandes domínios cafeeiros”⁵⁸.

De toda sorte, não se pode supor que todos os sócios da Amante da Instrução dela participavam de forma ativa em

⁵⁸ Citado em BRESCIANI, 2002, p. 121.

termos de suas finalidades estatutárias ou como instância intermediária de inclusão dos membros de segmentos da elite que dela faziam parte. Por seu turno, é possível aceitar que alguns de seus associados a utilizavam somente como um espaço de convivência social.

É importante lembrar que a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808 modifica de forma determinante costumes e condutas dos grupos locais mais abastados, os quais, como já visto, poderiam ser enquadrados conceitualmente como cidadãos. Tal fenômeno em grande medida se dá frente à necessidade de dotar a cidade com um mínimo de aparelhos urbanos não só para que pudesse cumprir seu papel de sede da monarquia, como também para atender aos interesses e hábitos da corte recém-chegada.

Nesses termos, os citados segmentos mais abastados já residentes na cidade do Rio de Janeiro passam a ter acesso a um modo de vida e a símbolos sobre os quais pouco conheciam, mas que rapidamente incorporam, dentre eles um modo de vida caracterizado pelo convívio visando ostentar sua nobiliarquia. Com efeito, o português da corte, vindo para o Rio de Janeiro, agia como um *flâneur* sem, no entanto, “andar anônimo” como faziam os parisienses de Baudelaire⁵⁹ e, pelo contrário, esmeravam-se em permanentemente se fazerem vistos.

⁵⁹ O *flâneur* se caracteriza pelo seu compromisso com o ócio. Identifica um tipo ou a prática de flunar pelas ruas, vivenciando a fascinação de uma nova experiência: a de poder passear anônimo na multidão e olhar para tudo e para todos com minuciosa curiosidade. Essa figura urbana da Paris de meados do século XIX é retratada por Baudelaire em sua obra *As Flores do Mal*.

Ocorre que a cidade do Rio de Janeiro muito pouco oferecia em termos de opções de convívio ou de socialização. De fato, se nos recordarmos das colocações de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995), a instauração e o crescimento de cidades seriam antinaturais frente à estratégia de colonização portuguesa no Brasil.

Indo além, Nilo Odalia nos lembra que:

As fazendas, os engenhos de açúcar, são, neste sentido, menos unidades econômicas produtoras do que uma sociedade fechada, em que homens e mulheres – livres ou escravos – nascem, vivem e morrem, confinados em sua auto-suficiência, desvinculados e desinteressados de relações mais estreitas e fortes com um mundo exterior, quase desconhecido, que pouco ou nada lhe traz de substancial. (ODALIA, 2002, p. 104)

Em verdade, o Rio de Janeiro do início do século XIX tinha um perímetro urbano muito restrito e a chegada da família real traz relevantes transformações de costumes, como o fato de que hábitos rurais e urbanos começam a coexistir no espaço comum da cidade, já que parcela da elite econômica (os grandes proprietários e os fazendeiros rurais) passa a ter como elemento marcante o duplo domicílio.

Entretanto, são incomparáveis as residências dos barões do café que começam a surgir na segunda metade do século com a simplicidade das casas coloniais de décadas anteriores, que são descritas como:

... edifícios, pouco originais, pareciam representar um exemplo do descaso reinante. (...) apresentavam uma fachada sóbria e sem maiores decorações. No plano baixo, apenas a porta de entrada simples (...) Se a decoração exterior era reduzida a mesma sobriedade se verificava no interior de tetos retos e com poucos móveis. (SCHWARCZ, 2002, p. 43)

Vale também mencionar o que nos informa, ainda, Sérgio Buarque de Holanda (1972, p. 330): “Em 1828, a cidade tinha a população estimada em 100.000 habitantes, 15.623 casas, 90 ruas, 35 becos, 16 travessas, 11 largos e 2 praças”. Além disso, seguindo o comportamento de diversas regiões do país, com certeza mais de 40% da população era constituída por escravos, o que pode ser comprovado pelo Resumo da População dos Bispados do Brasil (SIMONSEN, 1977, p. 450)⁶⁰. Ademais, o trabalho de Maria Eulália Lobo examinou os códigos de registros de ofício e casas de comércio do Senado e nos informa que não só haviam poucos estabelecimentos destinados à vida social, mas que o próprio comércio era bem reduzido, já que em 1827 existiam apenas 269 negociantes nacionais e 84 estrangeiros (LOBO, 1978, p. 81).

Desta forma, podemos aceitar que as associações civis existentes, independentemente de seu objetivo estatutário, provavelmente seriam usadas como espaços de convivência, o que, pelas transformações já citadas, passa a ser um traço marcante na sociabilidade brasileira.

⁶⁰ Indica que em 1819 a população de homens livres no país era de 2.543.799 e escrava de 1.136.669. O percentual de escravos na população citado se confirma em Celso Furtado (2003). Em igual sentido, estudo do IBGE (1990) infere que, em 1822, o Brasil tinha provavelmente uma população total de 4,5 milhões.

Nesse sentido, existem diversos registros documentais de que a Amante da Instrução realizava sarais e *benefícios*, ocasiões inclusive utilizadas para levantar fundos para a Sociedade. Contudo, o primeiro registro identificado de eventos de natureza social é encontrado no Relatório da Sociedade apresentado em Assembleia de 1845, que inclusive faz menção a matéria publicada no *Jornal do Commercio* de 16 de janeiro de 1845, que noticia “a primeira festa pública” da Sociedade, realizada um mês antes, no dia 15 de dezembro de 1844⁶¹. A partir deste evento, vários estão anotados nos documentos da Sociedade, como a realização, dentre outros, de concerto de música instrumental no salão do Skactings Rink, em abril de 1849.

Podemos também citar outro grupo de sócios que provavelmente pouco atuaram na Sociedade, embora dela se valessem como espaço de convívio social. Em 1847, a Amante da Instrução passa a acolher mulheres em seu quadro social, sendo que na sessão de 26 de maio daquele ano são admitidas 39 senhoras, dentre elas, algumas esposas de sócios, como a Marquesa de Itanhaém ou a Condessa de Caxias, e outras, como a Condessa de Belmonte⁶² e a Marquesa de Santos e sua irmã, a Baronesa de Sorocaba.

Como à época a participação da mulher na vida social brasileira estava essencialmente restrita a uma função familiar (centrada na educação dos filhos, na administração do lar e

⁶¹ O exemplar do jornal está disponível no acervo da Sociedade.

⁶² D. Mariana Carlota Magalhães Coutinho foi de fato quem criou o menino D. Pedro após a morte da imperatriz Dona Leopoldina, acompanhando-o até a maioridade.

outras atividades dessa natureza), não é crível imaginar que tais sócias tivessem qualquer espécie de envolvimento ativo como agentes das transformações pelas quais passava o país.

Cabe aqui uma observação, pois embora o estatuto social só aceite a filiação de sócias 1847, desde sua origem a Sociedade já possuía professoras em seus quadros. Os registros disponíveis apontam que a primeira delas foi Cândida Benigna de Almeida Gralha, que, em 1832, tomou conhecimento da obra desenvolvida pela Amante da Instrução e ofereceu-se para colaborar por meio de uma carta que, felizmente, os arquivos sociais ainda guardam, na qual se lê:

...Eu nasci também Brasileira, e não podendo ser indifferente aos vossos almejos beneficiante cordialmente me offereço á partilhar com vôsko a tarefa á que voz propuzestes ...

Aceito o oferecimento, Cândida Benigna lecionou em sua própria casa, recebendo meninas que a Sociedade enviava, ensinando-lhes as primeiras letras, costura, bordado e contabilidade, sem nada receber por isso.

Nos anos subsequentes outras senhoras lecionaram para Sociedade Amante da Instrução, nesse caso recebendo subvenções ou para pagar o aluguel do espaço ou para reembolsar despesas decorrentes das atividades.

A remuneração de professoras – com a rubrica específica de salário ou remuneração – somente começa a aparecer nos documentos contábeis em fins da década de 1840.

Há ainda outros argumentos que podem ser explorados sobre o quadro social. Como já mencionado, o quadro da

Amante da Instrução era composto por grandes proprietários de terras e escravos, como também por ricos manufactureiros ou negociantes e proprietários de casas bancárias, mas igualmente por pequenos comerciantes, por militares e membros intermediários da burocracia estatal, o que nos permite supor que nem todos os sócios com menor condição renda⁶³ teriam contribuições mais ativas a oferecer frente à dimensão de prestígio e de fortuna dos juristas, parlamentares, diplomatas, artistas e membros de famílias pertencentes à nobiliarquia, que em termos comparativos certamente tinham um projeto mais claro e melhor estruturado que os levava a estarem reunidos em associações de caráter civil, como a Amante da Instrução.

Considere-se, por exemplo, os necrológicos dos dez fundadores da Jovial e Instrutiva. Eles nos dão conta de que, excluindo-se Victorio José Barboza da Lomba, que, um ano depois de participar da fundação da Sociedade, seria aceito como aluno na Academia de Marinha (que, como se sabe, exigia dos postulantes prova de sua “ascendência fidalga”), e que morreria almirante e barão de Cotegipe; e de Damazo da Fonseca Lima (sobre quem resistiram ao tempo poucas informações, mesmo porque morreu jovem), que nos primeiros encontros após a fundação ensinava música a seus companheiros e que em 1830 ingressou na Academia Militar, confirmando uma melhor condição familiar, todos os demais tiveram vidas bastante modestas, sendo que ao menos dois deles, com bastantes dificuldades, faleceram em penúria.

⁶³ Como veremos mais abaixo, a assertiva não significa que sócios nestas condições não tivessem espaço na Sociedade e que não participassem das discussões nela travadas.

De fato, não é razoável imaginar que os jovens pobres que fundaram a Amante da Instrução e sócios com perfis semelhantes aos deles poderiam ter controle e atuação intensa na Sociedade, especialmente se sua ação for comparada à de um quadro social maduro, composto por gente importante, culta e idealista. Isso fica evidente no relatório de agosto de 1832, apresentado pelo então presidente Duque Estrada à Assembleia. Ele encerra sua fala dizendo: “Minha idade e as poucas luzes que possuo me dão direito de exigir a vossa indulgência, e espero da vossa sabedoria e justiça desculpas às minhas faltas.”⁶⁴

Cabe aqui uma curiosidade. Como mencionamos Duque Estrada se afasta da sociedade, sem que haja registro da causa. Contudo, em 1867 escreve o texto “*Prólogo para a verdadeira historia da Imperial Sociedade Amante da Instrucção em o qual se distingue esta sociedade de outras com as quaes a teem confundido*”⁶⁵, onde faz diversas críticas a Sociedade, discorda dos nomes indicados como sendo fundadores e considera a si mesmo o idealizador da sociedade. O texto de Duque Estrada afirma ainda que as primeiras aulas foram financiadas com recursos de loteria e não por iniciativa diletante de seus fundadores.

Tal texto de Duque Estrada é refutado por outro panfleto, de 1868: “*Algumas considerações que acerca de um folheto impresso assinado e distribuído pelo Sr. Dr. De A. C. de Duque Estrada com o título: Prólogo para a verdadeira História*

⁶⁴ Relatório da Sociedade Amante da Instrução, 1/8/1832, pp. 5-6. As desculpas apresentadas se referem a erro na prestação de contas da gestão.

⁶⁵ O documento original encontra-se no acervo da Sociedade.

da Imperial Sociedade Amante da Instrução” redigido pelo sócio José Luiz Murinelly que ratifica a versão da fundação da sociedade em outubro de 1829. Indo além afirma que as aulas ministradas por professoras eram remuneradas, enquanto os professores originais lecionavam voluntariamente, sendo que a tarefa foi distribuída entre alguns dos sócios.

Em verdade, a informação de Duque Estrada de que as aulas foram pagas com recursos de doações advindas de loterias não tem aderência com os documentos e registros financeiros da Sociedade, pois a primeira doação nesse sentido somente é encontrada em 1848, referindo-se aos sorteios 455 e 491 da citada loteria e que mesmo assim, como comprovam diversas correspondências recebidas pela Sociedade, só foi repassada em janeiro de 1850.

Não há indícios no acervo examinado das causas que levaram o sr Domingos de Azeredo Coutinho Duque Estrada a questionar os fatos que marcaram a fundação da Amante da Instrução, entretanto constam do relatório da Sociedade de 1879 (data da comemoração do cinquentenário da Sociedade), dois discursos que contrariam as colocações do ex-presidente. O primeiro de Luiz Antonio Goulart (primeiro presidente da Sociedade) que menciona fundação da Sociedade e o início das primeiras aulas abertas aos jovens pobres da região realizadas em 1831:

A barreira que a pobreza levantou diante de nós, está destruída, os sentimentos do coração perderam mais que todas as dificuldades da nossa fraca posição, e já não se dirá que o pobre é incapaz de praticar as mais nobres acções (...) Derramar a instrucção sobre a mocidade pobre do paiz é tarefa tanto mais importante quanto de um

alcance de valor muito súbito. Há quase dous annos trabalhamos para esse fim, mas a falta de meios não consentia que deixássemos a nossa obra concluída; porém Deus, que sabe o fundo dos nossos corações, que conhece nossos sacrifícios, nos dará a coragem necessária para de uma vez só proclamar-nos. – Estava creada a Sociedade Amante da Instrução

O segundo discurso, se referindo ao mesmo período, feito por Joaquim Bernardo Leal destaca:

... a primeira visita honrosa que teve a aula [daquella primeira classe],foi a do sábio visconde de Cayrú, que entrando pela sala exclamou:’fui informado que alguns jovens tiveram a sublime lembrança de darem instrucção à mocidade, do que tanto carece nosso paiz. Quiz pessoalmente ver para acreditar, e estou summamente satisfeito...

De toda sorte e retornando ao tema, cabe destacar que, embora não fosse seu objetivo ser uma instância de sociabilidade, tal papel exercido pela Amante da Instrução demonstrou-se importante para o projeto civilizatório dos membros da elite que dela faziam parte, pois lhes permitiu manter contato com os quadros sociais que se organizavam e se abriam o que lhe possibilitaria no futuro promover com mais facilidade alianças com os grupos emergentes desvinculados, ou, ao menos, não diretamente dependentes do modelo agrário mercantil-exportador.

Sabemos que a organização social brasileira, desde a independência, se forma com base na condição colonial e em uma economia fundada no eixo mercantil-escravista, sendo que, grosso modo, sempre esteve permeada pela concentração de

riqueza e poder nas mãos de uma minoria privilegiada que procurava, a todo instante, a manutenção do seu status e o monopólio da política e da economia, notadamente pelo controle do Estado.

Entretanto, como já destacado, houve também o esforço para a construção de uma sociedade erguida pelo *consenso*, condição que viam como necessária para a expansão uniforme do modelo de acumulação vigente, ou seja, para a ordem indispensável ao sistema agrário mercantil-exportador e, simultaneamente, para a inserção brasileira no mundo exterior.

Como já salientado, uma característica fundamental da mentalidade da parte da elite - que é foco de nosso trabalho - estava ligada aos preceitos de *ordem* e de *civilização*, sendo que devem ser entendidos como traços distintos de um desenho idêntico, já que para difundir a *civilização* seria necessário garantir a adesão a uma *ordem* em que se baseava o sistema agrário mercantil-exportador.

Inegavelmente tal mentalidade se amplia por uma perspectiva iluminista no sentido da compreensão da necessidade de ajustar-se às novas condições que seriam derivadas do surgimento de regras de mercado. Dito de outra forma, tal grupo, valendo-se da razão, buscou caminhar em direção ao progresso e, como também já mencionado, não podia aguardar a estruturação plena do Estado para atingir seus objetivos e seus membros se vincularam a associações civis por meio das quais levavam avante seus projetos a despeito da esfera do Estado.

Esse tipo de atitude ou de prática peculiar de certos segmentos da elite é identificado em alguns momentos na Amante da Instrução. O relatório de agosto de 1832 comprova esse argumento, pois por meio dele se observa que foram apresentadas ao Conselho da Sociedade propostas que dizem respeito a preocupações dos sócios quanto ao desenvolvimento do comércio e da agricultura e à necessidade de fornecer instrução para apoiá-las. Por esse motivo aprovaram patrocinar a publicação de um compêndio de agricultura aplicável ao país, organizado pelo sócio José Villela de Barros⁶⁶, no qual se apresentariam as técnicas modernas a serem apropriadas pelos agricultores. A justificativa para esse patrocínio foi assim exposta:

... e seria estupidez a mais grande, no meio de tantos progressos e descobertas que se tem feito neste gênero, pelo auxilio da chimica, e de outras sciencias accessorias, deixarmos a nossa população entregue ás cegas praticas da rotina, perdendo lucro, e a vantagem, que lhes resultarão dos melhoramentos, que a sciencia poderia trazer á cultura de suas terras.⁶⁷

⁶⁶ A nota necrológica cita que Villela de Barros era um profundo conhecedor de nossa economia rural. Seus tratados sobre agricultura, além de descrever a forma de cultivo em si, apresentavam métodos de beneficiamento e fabricação de derivados. Pela importância de seus trabalhos técnicos, foi aceito como membro Academia Real das Ciências de Lisboa.

⁶⁷ RELATÓRIO DO CONSELHO de 1/8/1832. p. 20. Cabe destaque que outros documentos da Sociedade demonstram o interesse de seus sócios em fazer publicar diversos compêndios, os quais a presente pesquisa não foi capaz de confirmar, contudo, ao menos dois deles foram publicados, pois encontram-se, ainda, no acervo da Amante da Instrução: NÜRINEIXY, Luiz José de. Considerações acerca da importância dos trabalhos da sociedade que dá título ao trabalho. Imperial Sociedade Amante da Instrução. Rio de Janeiro. Typografica Perseverança, 1868, que trata de métodos educacionais e ROCHA, Justiniano José da. Typografica Universal Laemmert. Instrução Pública. Rio de Janeiro. Relatório sobre a situação do ensino na província do Rio de Janeiro. 1842.

Na mesma ocasião, foi proposta a criação de uma aula de Direito Mercantil (da qual não encontramos registro, o que nos leva a supor que não chegou a funcionar) e que foi justificada pela ampliação da atividade, não só da comercialização como também do financiamento da produção agrícola⁶⁸.

A preocupação com tais questões tratadas fora do ambiente do Estado (ou se preferirmos no âmbito de uma instituição intermediária) relativiza com os argumentos correntes de vários autores, como os apresentados por José Murilo de Carvalho – de que as elites são “*criadora e criatura*” do Estado (CARVALHO, 2003) e cumprem o seu papel, fortalecendo-o e, ao mesmo tempo, tirando vantagem do controle parcial que o governo é capaz de exercer sobre a sociedade.

Como se depreende pela atuação dos segmentos da elite que pertenciam ao quadro da Amante da Instrução, seu foco não está necessariamente no Estado, pois há por parte de tal contingente da elite o interesse de buscar parcerias com a nova face da burguesia nascente, o que leva tal grupo a estabelecer um conjunto de contatos, visando mediar relações sociais potencialmente conflitivas, marcadas por forças emanadas pelo mercado e, porque não dizer, pelo individualismo. Tal mediação ou aliança se dá pela também já mencionada tentativa de generalizar a consciência da existência padrões de

⁶⁸ RELATÓRIO DO CONSELHO de 1/8/1832. p. 11. Proposta apresentada pelo sócio João Gualberto de Carvalho, futuro barão de Cajuru. Fazendeiro e comerciante, consta de sua nota necrológica que teve papel importante como financiador do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai.

socialização, o que, por sua vez, se faz por processos educacionais. Pois por meio deles, de um lado, é possível mitigar as condições geradoras do *conflito* e, por outro, demonstrar que interesses tanto da burguesia nascente quanto dos portadores de riquezas tradicionais podem ser salvaguardados.

Assim, não é de se admirar que, ao longo do Primeiro e Segundo Reinado, a Sociedade tenha reunido em seu quadro social tantas personalidades do Império e ocupado tanto destaque no contexto da educação, já que os grupos da elite que dela fizeram parte, ciosos de seu projeto de Nação, não podiam esperar pelo estabelecimento da ordem estatal e buscavam agir por conta própria, procurando não apenas a consolidação, como também adesões ao ideário civilizatório ou de organização social que pretendiam. Sem dúvida, tal grupo percebeu que a educação poderia ser o elemento instituinte do conceito de ordem e civilização, ou, se preferirmos, de generalização de sua visão de mundo.

Pretendia-se, portanto, a adesão do conjunto de homens livres, que não derivassem do grupo hegemônico, embora não deixassem de dele depender, no que certamente foram auxiliados por sua estratégia de estar reunidos em sociedades de caráter civil, como a Amante da Instrução. Nela, não mantinham qualquer comprometimento com as instâncias do governo, o que lhes permitia atuar como um espaço plural, adequado às necessidades ou “interesses” daqueles membros da elite que pretendiam construir os preceitos para a ordem social da Nação que florescia e que, para tanto, necessitavam manter-se imparciais quanto às disputas acirradas que então se

travavam no Legislativo e Gabinetes ou em qualquer outro *lócus* institucionalizado em que mantinham participação ativa ou, indo além, usaram a Amante da Instrução como um espaço intermediário ou uma instância associativa a partir da qual pudessem disseminar seus interesses como classe, mantendo-se imparciais mesmo frente ao interesse pessoal.

A autonomia da Amante da Instrução em face de interesses de diversas naturezas pode ser confirmada em várias passagens como, por exemplo, pela ocasião em que Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional enviou ofício solicitando à Amante da Instrução apoio a um manifesto daquela entidade⁶⁹. Como já mencionado, Evaristo da Veiga era o presidente da Amante da Instrução e na ocasião também secretário-geral da Sociedade Defensora, e a utilizava, junto com seu jornal, a Aurora Fluminense, como instrumento de sua liderança política. Evaristo presidiu em 18/05/1835 (e se absteve da votação ocorrida) a reunião do Conselho que deliberou a seguinte resposta ao ofício enviado:

... que os fins da Sociedade Amante da Instrução eram promover a instrução dos Jovens Brasileiros e jamais envolver-se com outras sociedades cujos fins são diametralmente opostos⁷⁰.

Encontram-se, nos documentos da Sociedade, diversas outras passagens que comprovam este aspecto como, por exemplo, a relacionada à questão da invocação da proteção do menino Imperador. Destacando que a proposta foi apresentada

⁶⁹ O ofício, embora citado em ata, não foi localizado.

⁷⁰ ATAS DO CONSELHO da Sociedade Amante da Instrução, 1835.

no momento em que o país era governado pela frágil 2^a Regência Trina, o assunto foi discutido e defendido nos seguintes termos:

O Conselho adoptando e propondo-vos com prazer a idéia de que se tracta, julgou conveniente cingir-se de hum modo expresso á simplicidade da idéia do Auctor do Requerimento, que alembrou, que só fallava na Augusta Pessoa do Imperador. Assim elle declara no artigo que propem que o Titulo de Protector, e o exercicio da Alta Função que lhe he inherente, são absolutamente restrictos a Augusta Pessoa, a Qual he conferido, e que só o Monarcha, e mais ninguém, he o Protector Real e effectivo da Sociedade. Esta declaração he dirigida ao fim de prevenir quaesquer inconvenientes, que da differente intelligencia do Titulo, e funções de Protector poderão resultar no futuro, dando ellas, quando menos prejuízos cousarem, lugar entre os sócios a dissensões, tanto mais funestra, quanto alhêas aos negócios da Sociedade, e mais ou menos envolvidas em idéias políticas, de que cumpre que nossa Instituição bem se guarde, para se conservar illibada a pureza, e neutralidade de seus sublimes fins philantropicos.⁷¹

Vale lembrar que D. Pedro II permaneceu por quase sessenta anos a frente de uma monarquia, mantendo a unidade e integridade do território em uma região cercada por repúblicas. Tal fato só foi possível por meio de representação simbólica utilizadas pela monarquia brasileira, principalmente aqueles que apresentavam o monarca como um homem esclarecido, que exercia seu poder e seu papel a partir da “justiça, ordem, paz e equilíbrio”, garantindo que a memória de Pedro II e de outras personalidades do segundo reinado ficassem cristalizadas no arquétipo da Nação.

⁷¹ Atas do Grande Conselho da Sociedade Amante da Instrução, 1833/36, pg 29. Discurso proferido pelo sócio Luiz Vicente De Simoni.

Assim, apenas o monarca representava o espírito da Nação. Desta forma, nem regente, nem tutor, nem ministro poderia utilizar o título de Protetor. A Assembleia recusou inclusive a proposta de estendê-lo aos descendentes de Pedro II, sendo por fim aprovada a seguinte redação da emenda estatutária:

Sua Magestade o Imperador Reinante he o Protector Nato da Sociedade. Sua Alta Proteção emana somente de sua Augusta Pessoa e não pode ser exercida por outrem.⁷²

Note-se que foi exatamente para construir a ordem e difundir a civilização que o grupo da elite que estudamos se esmerou em romper os limites coloniais e se integrar a um espectro de atuação mais abrangente, visando construir os elementos de um arranjo “civilizatório”. Dito de outro modo, o segmento da elite que aqui tratamos não buscava tão somente instituir um projeto político básico para o país; antes, desejava construir uma identidade de classe e para tanto necessitava se aproximar do já citado: “conjunto de homens livres, que não derivasse do grupo hegemônico”.

Nesses termos, a participação desse segmento da elite compromissada com a arquitetura de um arcabouço de Nação em associações civis não confessionais (como a Amante da Instrução) possibilitou que tal grupo se aproximasse deste “conjunto de homens livres” e com eles debatesse questões, à época, fundamentais para o conceito de ordem e civilização, como, por exemplo, os problemas educacionais.

⁷² Ibidem, pg. 37.

Como anteriormente apresentado, era grande o número de sócios não abastados na Amante da Instrução e não é difícil encontrar na farta documentação da Sociedade diversos registros de presença de tais sócios em diversas discussões relevantes travadas nas Assembleias Gerais e em ocasiões em que estavam presentes membros do Gabinete, do Supremo, do Legislativo e, mesmo, da família real.

Assim, reafirmamos que, de modo algum, pode ser aceito como sem propósito político ou sem intencionalidade daquele segmento da elite, compromissada com a aproximação com grupos sociais diferentes dos que eles próprios pertenciam, o fato de que modestos sócios da Amante da Instrução não só debatessem propostas, como que as apresentassem e, mais que isso, que estas fossem acolhidas pelos membros da elite presentes nas votações.

A título de ilustração de tal situação, podemos citar como exemplo a participação do sócio Bernardo Leal, sobre quem se dispõe uma bem detalhada nota necrológica e pela qual se sabe que era um indivíduo instruído que estudou filosofia no Seminário de São José e que era fluente em francês. Era mestre-escola, ou seja, professor de primeiras letras, e como tal, jamais poderia ter recebido remuneração muito superior a 40\$000 por mês⁷³. Leal foi um dos fundadores da Jovial e Instrutiva e se dedicou por toda a vida à Amante da Instrução, sendo inclusive que, por sua ativa participação na Sociedade, foi, junto com outros sócios, agraciado com a Ordem da Rosa pelo Imperador Pedro II.

⁷³ Maior remuneração paga a um Mestre. Quantia estabelecida pela já citada Lei de 1827, que em seu artigo 3^o regulava tais remunerações entre 200\$000 e 500\$000 por ano.

Mencionamos o Sr. Bernardo Leal para demonstrar que, a despeito de ser um homem simples, um professor primário, teve a possibilidade de participar de comissões, diretorias e conselhos da Sociedade, as quais eram também compostas por membros do Gabinete e mesmo membros da família Bragança, sendo que há diversos registros de propostas de monta por ele formuladas como, por exemplo, a da criação do Colégio de Órfãos (que, por óbvio, elevaria significativamente as despesas da Sociedade) e que foi aprovada na Assembleia de 1846.

Pela passagem acima, pode-se depurar dois aspectos relevantes na composição dos quadros da elite que compunha a Amante da Instrução: por um lado, que o movimento civilizatório empreendido por tal segmento da elite encontrava eco em indivíduos que não faziam parte de grupos da plutocracia; e por outro, já que as ideias e proposituras elaboradas por esses indivíduos não abastados eram acolhidas, pode-se admitir que aquele grupo da elite, interessado em estabelecer e difundir os citados conceitos de ordem e civilização, de fato começava a “negociar” com outros grupamentos sociais, iniciando, mesmo que embrionariamente, a constituição de uma elite desvinculada (ou não necessariamente vinculada) da riqueza derivada da atividade agrária mercantil-escravista e da construção de um grupo social intermediário em termos de interesse e que em breve (como se deseja no citado processo de regeneração social) se transformaria em um grupo intermediário de poder.

Em verdade, a questão do surgimento de um grupo intermediário de poder é um fenômeno social relevante da segunda metade do século XIX. Se tomarmos a obra maior, Gilberto Freyre, vamos lembrar que, para o autor, a colonização

brasileira nas primeiras décadas do século XVI não se deu pela ação do Estado português, mas, sim, pela iniciativa particular; indo além, Freyre afirma que foi a família o grande fator colonizador do país.

Desta maneira, Freyre nos alerta para o fato de que:

... a família colonial reuniu sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo e o nepotismo que aqui madrugou (FREYRE, 2003, p. 85).

Assim, podemos considerar que, desde os primórdios da colonização, não só se estabeleceu no país um modo de produção escravocrata-agrário-exportador, como também um padrão ou um regime de acumulação que definiu a estrutura social e a mecânica de consolidação das elites brasileiras e que perdurou até o século XIX.

Nesse contexto, podemos aceitar, então, que desde os primeiros anos do século XVI até a segunda metade do século XIX, as elites brasileiras, estruturadas pela lógica das famílias – tivessem como ensina Freyre: caráter transitório ou permanente e independente de serem locais, regionais ou nacionais – evoluíram e se firmaram como classe dominante pelo binômio trabalho escravo e propriedade da terra, de fato suas formas de capital e fonte de riqueza, as quais, associadas (com maior ou menor intensidade) à possibilidade de intervir ou, ao menos, influir nas ações e políticas de governo, garantiam-lhes a perenidade da reprodução e acumulação de capital e, por conseguinte, a manutenção de sua preeminência como classe.

Porém, parte desse quadro se altera drasticamente quando da chegada da família real portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, pois, como já comentado com base no texto da professora Maria Odila (2005), esse é um momento de inflexão da trajetória brasileira.

Entretanto, para os fins propostos, limitamo-nos a apontar apenas dois aspectos fundamentais que se estabelecem no país, os quais impõem a adaptação das elites local e que definem suas novas características. O primeiro diz respeito à autonomia que a cidade passa a construir, dado o fato, sem precedentes, de a colônia se transformar em metrópole e do Rio de Janeiro tornar-se sua sede, o que por si só colocou as elites locais em condição mais destacada dentro do reino lusitano.

O segundo está relacionado à abertura dos portos e, conseqüentemente, à expansão das atividades comerciais e de prestação de serviços delas derivadas, vez que, desde então, a cidade se transforma no grande entreposto do Reino Unido, movimentando uma enormidade de produtos diversificados. Associado a esse processo, a ordem estabelecida por D. João desenvolve um conjunto de ações institucionais e infraestruturais com o objetivo de atender e agilizar os interesses do comércio.

Roberto Simonsen aponta e lista em seu livro a expedição, entre 1808 e 1820, de 73 atos, entre, Alvarás, Decretos ou Cartas Régias (SIMONSEN, 1977, pp. 458-461) que gradativamente deixam para trás as restrições dos comerciantes locais, afastando-os da condição dependente e enfraquecida de colonos e colocando-os em posição privilegiada no processo

que se estabelece, obrigando os grupos hegemônicos locais a se adaptar a novas condições econômicas ou, ao embrião de um mercado que começa a se formar.

Para a melhor compreensão desse fenômeno de mudança, valemo-nos da linha de argumentação de Carlos Lessa, que destaca, ao tratar do Rio de Janeiro, que no final do século XVI a cidade era pouco mais que uma guarnição militar e um entreposto comercial, sendo sua localização geográfica e, principalmente, sua potencialidade portuária as únicas razões de seu estabelecimento. De fato, Lessa nos lembra que a própria fundação da cidade se deu pela necessidade de proteger a Baía de Guanabara da incursão francesa. Desde então, o Rio de Janeiro passa a ter papel fundamental nas rotas comerciais de Portugal (LESSA, 2000).

Nesses termos, ainda segundo Lessa, e por motivos evidentes, desde sua criação, a cidade passou a ter papel cada vez relevante na triangulação entre Lisboa e seus outros pontos de interesse comercial. Assim, aos poucos, o Rio de Janeiro foi forjando sua identidade como elemento da lógica de comercialização portuguesa, o que obrigou ou possibilitou a ampliação gradual de sua estrutura de serviços, gerando, em algum sentido, e fortalecendo a pequena burguesia plutocrática mercantil lá existente.

Na cidade – epicentro de um sistema de circulação e distribuição – tendem a concentrar-se a riqueza, a renda e os serviços mais avançados. No interior da cidade há sempre a diversificação das atividades produtivas. Nela se robustecem os trabalhos logísticos. Nela desenvolvem-se e

localizam-se os serviços para o conjunto de cidades integradas na rede. Estrutura-se a presença do artesanato sofisticado e surge uma poeira de ensaios manufatureiros. Na medida que progride o crescimento urbano, a troca mercantil se amplifica... (LESSA, 2000, p. 147)

Entretanto, se podemos aceitar que nos primeiros anos na Nação a interdependência produtiva não era necessariamente sinérgica, a chegada da família real altera esta situação, pois possibilita a constituição de um segmento econômico local relevante, que mescla sua ação em atividades mercantis (já que passam a ser polo de uma malha de comércio internacional), atuando, então, simultaneamente, como agente de viabilização não só da comercialização como também do financiamento da produção agrícola.

Com se sabe, o “regime do exclusivo metropolitano”, mecanismo de monopólio comercial que era fundamental no sistema colonial, garantia a transferência para a metrópole dos excedentes (sob a forma de lucro do capital mercantil) obtidos por meio da comercialização dos produtos coloniais no mercado mundial. De fato, a empreitada colonial portuguesa no Brasil até aquele momento visava à apropriação rápida de grandes excedentes, obrigando que a economia colonial não só se estruturasse sobre a base do latifúndio monocultor, como adotasse formas de trabalho compulsório. Por isso, a atividade mercantil-escravista forçava a colônia a estabelecer um setor de subsistência visando baixar o custo da manutenção da força de trabalho escravizada, o que permitia a reprodução de todo o sistema e possibilitava que a fração do excedente que

permanecia na colônia se concentrasse nas mãos da pequena camada senhorial.

Porém, a vinda da corte de Portugal para o Rio de Janeiro introduziu novas relações de produção, inclusive, mesmo que de forma embrionária, o incremento de atividades econômicas típicas da vida urbana, sendo estas bem mais modernas que as aqui existentes, exigindo o convívio entre uma economia agrário-exportadora com uma estrutura relativamente moderna de comercialização.⁷⁴

Tal fenômeno se explica pelo fato de que o modelo agrário escravista-exportador pôde se beneficiar das condições da Revolução Industrial, já que, por suas características, seria possível o ingresso brasileiro na revolução industrial, mesmo sem industrialização, sem trabalho assalariado ou introdução de máquinas, pelo contrário, mantendo a base agrícola exportadora e o trabalho escravo, uma vez que as condições impostas pela revolução industrial dizem respeito tão somente ao estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho em que economias periféricas, como a brasileira, precisariam se modernizar para garantir sua participação nos novos fluxos de matérias-primas requeridas por um processo de acumulação que, à época, capitaneado pela Inglaterra, ganhava escala mundial.

Vale destacar, independentemente de juízo de valor, que, em termos meramente conceituais, a escravidão localizada não é, de fato, incompatível com o modo de produção capitalista, pois o critério para se reconhecer um modo de

⁷⁴ Tais ideias são claramente apresentadas na obra de Caio Prado Júnior.

produção escravista não está no número de escravos, mas em sua posição econômica, isto é, na medida em que as classes dominantes deles dependem para assegurar sua riqueza e, com efeito, ao menos por algum espaço de tempo, o regime escravista possibilitava a materialização, em escala, dos citados fluxos de matérias-primas. De toda sorte reside aqui uma questão central para nossa interpretação, já que “realmente não é obvio que a escravidão seja apenas uma relação de produção” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 106) e como “na plantação, o valor é predominantemente do escravo que se metamorfoseia em outras formas de riqueza: a patrimonial, que é a própria plantação; e a mercantil, o café pronto para a comercialização” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 107), podemos afirmar que há, em verdade, uma vulnerabilidade intrínseca e peculiar ao sistema de produção escravista, que só pode ser sanada no bojo de uma sociedade hierárquica e erguida pela lógica do consenso.

Não se pode deixar de observar que se o escravismo não é, de fato, conflitante com o modo de produção capitalista⁷⁵, ele é, sim, incompatível com a forma de desenvolvimento do capitalismo e, portanto, inviável e irremediavelmente fadado ao desaparecimento, o que implica que, a *classe dominante* – no conceito de classe economicamente dominante – para manter e reproduzir, não só o modo de produção, como também o formato de sociedade existente no escravismo, necessitava exercer algum poder de Estado ou se preferirmos de domínio político.

Outro aspecto relevante é lembrado por Cardoso de Mello em “*O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da*

⁷⁵ Cf. PIRES et COSTA, 2000.

formação e desenvolvimento da economia brasileira” (CARDOSO DE MELLO, 1982), que diz respeito à importância do capital mercantil no financiamento da indústria. Destaque-se para o fim a que nos propomos o que se aprende do professor João Manuel Cardoso de Mello: a estrutura econômica brasileira do período forma nas bases do tráfico negreiro o capital mercantil, que financiava a plantação ou como casas comissárias ou assumindo diretamente o plantio o que, inegavelmente, não só gerou o progresso da atividade cafeeira como, em algum sentido, remeteu o país para o mundo da divisão internacional do trabalho e da revolução industrial.

A chamada *segunda revolução industrial* não só projetou a Inglaterra como a grande potência mundial do século XIX, como impulsionou as economias periféricas, como a brasileira, a se *modernizarem* para garantir os novos fluxos de matérias-primas necessárias e requeridas para a acumulação do capital em escala mundial. Porém, o ingresso brasileiro na revolução industrial ocorreu sem industrialização, sem trabalho assalariado ou introdução de máquinas, mantendo a base agrícola exportadora e o trabalho escravo. Foi de fato, neste sentido, uma *não revolução*, em que o dinamismo do sistema dependia da oferta regular e contínua de escravos.

Para comprovar nosso argumento, podemos citar que: “A despeito dos elevados impostos instituídos, então para conter o tráfico, o número de escravos na província do Rio de Janeiro passou de 119 mil, em 1844, para 370 mil em 1877” (BENCHIMOL, 1953, p. 43).

Ao largo da oferta regular de escravos, é importante para os argumentos apresentado por Cardoso de Mello o momento em que as citadas transformações ocorriam. Vivenciava-se uma ocasião peculiar em que, no plano mundial, em vários setores fundamentais, inclusive de bens de produção, predominavam escalas de produção elevadas e estruturas de mercado oligopolizadas. Tais aspectos colocavam em foco problemas quanto à centralização dos capitais necessários, à obtenção de tecnologia e à concentração dos mercados.

A industrialização, então, não poderia se fazer sem a intervenção do Estado, articulando os interesses e atraindo o capital necessário, inclusive estrangeiro. Tratava-se de um esforço para a constituição de forças produtivas especificamente capitalistas, pois se não houvesse produção interna de bens de capital (ao menos em médio prazo), a economia se manteria mais dependente do comércio exterior e também, principalmente, da introdução de inovações. Note-se que os principais determinantes da dinâmica econômica são o investimento e o progresso técnico. Mas acima de tudo ou apesar de tudo, a economia brasileira avançava paulatinamente para o capitalismo, ou se preferirmos, para uma sociedade soerguida pelo conflito de classes.

De toda forma o envolvimento brasileiro na revolução industrial que ocorreu sem industrialização, sem trabalho assalariado e sem modernização tecnológica ou implantação de máquinas, não impediu que a economia cafeeira intensificasse no terceiro quartel do século XIX.

Graças ao café, de modo geral, a administração do segundo reinado recuperou as exportações brasileiras, cujo volume físico na primeira década do período cresceu em 214%, enquanto o preço médio da pauta crescia quase 50%, de tal sorte que o superávit comercial avolumou-se, empurrando a produção nacional que ascende de 50 para 500 mil contos do início ao fim da monarquia⁷⁶.

Em Texto para Discussão, Marcelo Paiva Abreu e Luiz Aranha do Lago, lembram que:

... o café era produzido inicialmente apenas na província do Rio de Janeiro e, em menor medida, no norte de São Paulo. Ainda na década de 1840, o Rio de Janeiro respondia por quase 80% da exportação total, com 16% correspondendo a São Paulo e cerca de 6% a Minas. No início dos 1870, o Rio de Janeiro ainda exportava cerca de 55% do total de café, São Paulo cerca de 23% (dos quais 17% do Centro-Oeste Paulista) e Minas cerca de 14%. Nos anos 1880, o Rio de Janeiro ainda exportava quase 41% do café, São Paulo cerca de 35% (27% do Centro-Oeste paulista) e Minas Gerais cerca de 21%, sendo o Espírito Santo um produtor marginal com cerca de 4%. (ABREU e LAGO, 2010).

Para além dos volumes produzidos, o café possibilitou crescimento da renda, não só para a região cafeeira, como para o país como um todo. Celso Furtado, após considerar que o produto per capita ficou praticamente estagnado na primeira metade do século XIX, estimou um crescimento da renda per capita da região cafeeira de 2,3% na segunda metade do século,

⁷⁶ Vale destacar o crescimento da economia cafeeira, que em 1821 gerou a exportação de 129 mil sacas, saltando para 1.383 mil sacas em 1840. Para ampliar informações sobre os dados apresentados, CF. AVELLAR, 1976.

e uma taxa de 1,5% ao ano para o restante do país (FURTADO, 2003, p. 153-155). Tal fenômeno, guardadas as devidas e necessárias restrições para o caso de um país, como já mencionado, essencialmente agrícola, se deu acompanhado pela relativa expansão do setor manufatureiro, que em muito se deveu ao estabelecimento de políticas tarifárias protecionistas.

Não sem motivo Caio Prado Jr. nos alerta que:

No Brasil inaugura-se um novo plano que desconhecia no passado, e nascia para ávida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos. A incorporação das primeiras companhias e sociedades, com seu ritmo acelerado e apesar dos exageros e de certo artificialismo, assimila assim mesmo o início de um processo de concentração de capitais que embora ainda acanhado representa ponto de partida para uma nova fase inteiramente nova. (PRADO JR., 1979, p.193)

Os anos de prosperidade econômica, ao estabelecer novas e bem-sucedidas condições econômicas, começam a criar novas relações sociais de produção que se distanciam das relações típicas e que davam forma à agricultura mercantil-escravista, sendo, portanto, que novos atores entram em cena e, mesmo, que atores já existentes consolidam seu papel e passam a ganhar relevância. Assim, os centros urbanos, notadamente a cidade do Rio de Janeiro, metrópole e grande empório do comércio de café, modernizou-se rapidamente, ampliando o mercado de consumo interno, até então incipiente, conferindo prestígio à burguesia urbana que nela operava.

Inicia-se, portanto, mais que uma transformação social. Constitui-se gradualmente um novo mercado (importante em

dimensão e diferenciação) e uma nova divisão do trabalho, que a propósito se intensifica com a promulgação da lei Eusébio de Queirós, que em 1850 aboliu o tráfico negreiro, liberando capitais para outras atividades, o que estimulou ainda mais os negócios urbanos no Brasil e, principalmente, obrigou a implantação do trabalho assalariado em diversas regiões do país e nos mais diversos campos de atividades, inclusive na indústria de café, mormente, no oeste paulista.

Em verdade é um período em que dois fatores são marcantes e, em certo sentido, caracterizam a economia da época: o aumento da importância relativa do trabalho assalariado e a gestação do mercado interno.

Frente a essas novas condições, o país como um todo cresceu e diversas atividades ganharam robustez, entre elas a industrial, aquelas ligadas à comercialização, e mesmo as financeiras, o que fez expandir mais ainda o mercado interno de consumo assalariado e o poder econômico da burguesia urbana, amplificando ainda mais a mencionada contradição *consenso x conflito* na sociedade brasileira.

Tal contradição se acelera em meados do século XIX, pois como se sabe a economia brasileira oitocentista, com importações elevadas, o desequilíbrio do balanço comercial agravava-se nas baixas repentinas dos preços das matérias-primas fornecidas ao mercado internacional. Contudo, com a expiração do Tratado de Comércio⁷⁷ em 1844, o governo imperial

⁷⁷ Assinado em 1820 e renovado em 1827 o Tratado de Comércio garantia vantagens tributárias para as mercadorias britânicas, dentre outras, a exclusão das manufaturas inglesas das tarifas alfandegárias de 24% *ad valorem*, estabelecidas por decreto de 30 de dezembro de 1822.

conseguiu adotar uma nova política, baseada em tarifas que protegessem a implantação de indústrias locais (as tarifas Alves Branco), além de promover uma série de reformas tributárias ao longo das décadas 1850-60. Essas reformas reduziram os impostos de exportação, aumentaram os de importação e remodelaram outras cobranças, o que, associado ao crescimento da economia cafeeira (que em 1821 gerou a exportação de 129 mil sacas, saltado para 1.383 mil sacas em 1840 e que representou 48,8 % das exportações brasileiras na década de 1850)⁷⁸ não só permitiu a implantação de novos setores produtivos, como, também, o aumento de arrecadação do Estado e, conseqüentemente, a estabilidade das instituições. Em verdade, o período é marcado por uma significativa tranquilidade política, sendo que o fim dos conflitos separatistas e a organização do parlamentarismo (mesmo que às avessas⁷⁹) foram os principais agentes dessa estabilidade.

Em termos políticos, um dos aspectos determinantes para o sucesso da gestão do II Reinado é o estabelecimento do Gabinete da Consolidação (1853/58), no qual o ministério tinha metade das cadeiras ocupadas por Liberais e metade por Conservadores, sendo que o conservador Honório Ernesto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, foi seu presidente e, inclusive, o indivíduo a exercer o cargo por mais tempo.

⁷⁸ Cf. LESSA, 2000.

⁷⁹ Adotado em 1847, criando o cargo de presidente do Conselho de Ministros (equivalente a Primeiro-Ministro), o parlamentarismo brasileiro não se constituiu nos moldes da prática parlamentarista tradicional, na qual o Poder Legislativo controlava o Executivo. Ao contrário, aqui o ministério se ligava diretamente ao Poder Moderador, a quem prestava contas, e o legislativo pouco ou nada podia em termos de controle do Gabinete. Por esse motivo, a prática adotada no Brasil ganhou o nome de *parlamentarismo às avessas*.

Por seu turno, a consolidação econômica no período possibilitou concomitantemente um processo de modernização da estrutura administrativa da máquina pública e a implementação de uma política de Estado na qual as reformas jurídicas e institucionais ganharam destaque, sendo, por exemplo, que a partir da adoção do Código Comercial, em 1850, foi possível melhor organizar o setor produtivo e tornar mais dinâmica a economia brasileira a par de dotar de maior racionalidade e segurança as atividades.

Num contexto mais amplo de mudanças institucionais, duas leis merecem destaque e terão importância impar no embrião da lógica capitalista que se inicia: a Lei de Terras (de 1850) e a Lei Hipotecária (de 1864), pois:

A Lei de Terras foi um fator importante para a transformação da propriedade da terra seguindo os critérios capitalistas (...) Foi introduzido, então, nas transações de aquisição de uma propriedade rural o valor monetário (...) Com essa transformação mudava também a mentalidade do proprietário rural. Com a Lei Hipotecária de 24/09/1864, completava-se a inserção da terra no cenário comercial, pois dava aos grandes proprietários a condição necessária para a aquisição de empréstimos para a expansão de suas lavouras e para tornar a sua terra produtiva, além de garantir os interesses de seus financiadores (...) Desta forma, o latifúndio cafeeiro foi se organizando em bases capitalistas. (AQUINO et alii, 2006, pp. 551-552)

Porém, o apogeu do período começa a declinar com o abalo provocado pelas quebras no comércio e na indústria em 1856, coincidindo com a morte do Marquês de Paraná (em

03/09/1856) e o início do fim da lógica de conciliação entre liberais e conservadores.

Cabe observar que há várias interpretações sobre a origem da crise, contudo, para os fins aqui propostos, podemos apenas lembrar como certo que nos meses que antecederam setembro de 1864, o café havia caído 15 pontos nas Bolsas de Mercadoria de Londres e Nova Iorque e o açúcar, mais de 30. O câmbio, contudo, manteve-se estável e o governo tinha definido os limites do socorro tecnicamente possível de ser prestado pelo Banco do Brasil, sendo que algumas casas bancárias já o haviam ultrapassado. Uma delas, a Antonio José Alves Souto & Cia, das mais importantes do país (e pertencente a um dos já citados sócios da Amante da Instrução) não pôde mais honrar os saques e fechou suas portas no dia 10 de setembro de 1864⁸⁰.

Para evitar falências em cascata, o governo decretou a suspensão por 60 dias de todos os vencimentos, além de dar curso forçado às cédulas emitidas pelo Banco do Brasil. Mesmo assim, a falência do Souto foi a primeira de várias que se sucederam até março de 1865. Houve queda do movimento comercial, baixa dos valores dos imóveis e nas cotações das ações de companhias, inclusive das ações do Banco do Brasil, além do aumento extraordinário da circulação fiduciária.

De fato, a “quebra do Souto” foi o prenúncio de outras crises que viriam.

⁸⁰ A importância da Casa Bancária era tanta que sua falência ficou famosa na nossa história econômica, conhecida como a “quebra do Souto”.

Em maio de 1875, novamente se deteriora a situação financeira e, desta vez, ameaça o país inteiro. O Banco Mauá-MacGregor entra em moratória, na sequência o Banco Nacional suspende os pagamentos, e finalmente, o Banco Alemão também se vê obrigado a fechar as portas. Visto que os bancos da época estavam ligados ao monopólio comercial (como a Casa Souto) ou ao esboço de indústria manufatureira existente no país (como o Mauá-MacGregor, de Irineu Evangelista de Souza), pode-se supor que a crise e a insolvência se propagaram, impactando os tradicionais produtores agrícolas.

Esse momento de crise se agrava pela dificuldade da elite econômica cafeicultora tradicional que, como indústria, durante décadas, havia burlado, sempre com sucesso, as restrições e a situação de grande endividamento, sendo que essa elite se financiava pela lógica de *geração de valor no escravismo*. De fato, esse grupo não havia modernizado a lavoura cafeeira e, mesmo diante de uma queda de produtividade, buscava recursos para diminuir posições passivas.

Para os fins propostos neste trabalho, é importante lembrar que, concomitantemente a todo esse processo, pouco antes desse período de crise teve início a expansão de atividades mais modernas e rentáveis oriundas da emergência do setor industrial, de serviços e de comércio voltado ao ambiente urbano, o que firmou um novo segmento da elite com características próprias e distintas dos cafeicultores tradicionais.

Embora, como grupo, (...) não foi uma classe homogênea. Continha uma elite de funcionários

públicos, médicos, advogados, professores, padres, oficiais militares e uma grande classe mercantil, que eram ricos mesmo pelos padrões dos mais ricos lavradores e fazendeiros. (...) Muitos deles, provavelmente também possuíam terras mas sua profissão principal não era a agricultura (LUNA, 2005, p. 228).

Assim, podemos considerar que a transição das relações sociais erguidas pelo consenso começa a migrar para uma sociedade fundada no conflito de interesse, típico das relações de produção baseadas no capital industrial que altera radicalmente a forma de subsunção do trabalho.

Desta maneira, seja por dimensões objetivas ou subjetivas, o efeito das transformações é que o segmento humanista da elite (que tinha parte de seus membros associados à Amante da Instrução) assume uma nova face e como destacamos anteriormente ‘não se dilui e sobrevive’, pois não perde a clareza de que novos conceitos de *ordem* e *civilização* devem ser engendrados, entretanto, passa a estar focada numa sociedade erguida pelo *conflito* que se tipifica não só em um sistema de produção, mas também pelo projeto modernizador e civilizatório da sociedade.

Capítulo 3

A Sociedade Amante da Instrução a Visão Humanista e o Arcabouço da Educação Institucionalizada no Império

Preliminarmente vale lembrar que no Brasil durante o período colonial, desde a vinda da Companhia de Jesus ao Brasil, juntamente com o primeiro governador-geral, em 1549, até as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, que em 1759 expede Alvará que expulsava os jesuítas de todo o reino, a educação refletia as tradições vivenciadas na metrópole, reproduzindo na colônia o espírito conservador da elite portuguesa da época.

De fato, durante o estabelecimento e ampliação do ensino jesuítico, a educação em termos de práticas não possuía relevância, até mesmo por não ter o interesse ou, no mínimo, não se mostrar capaz de contribuir para a construção da identidade brasileira. Sobre o assunto Nelson W. Sodré nos alerta:

O ensino jesuítico (...) conservado à margem, sem aprofundar a sua atividade e sem preocupação outras senão as do recrutamento de fiéis ou de servidores, tornava-se possível porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelo a ele. Sua marginalidade era a essência de que vivia e se alimentava (SODRÉ, 1994, p. 17).

Sodré nos lembra, ainda, que a alienação caracterizou o ensino jesuítico, pois, para ele a sua tendência universalista, inspirada por uma ideologia religiosa católica, manteve-se, todo tempo, alheia às fronteiras políticas⁸¹.

De toda forma, a Companhia de Jesus – que vale lembrar é uma Ordem Religiosa que se constituiu no bojo de tensões religiosas e se definia pela autoridade do papa – foi pragmaticamente utilizada para a implementação e autorizada a expandir o sistema educacional colonial para fins evangelizadores, por já estar instalada em outras terras de Portugal (como aqui a procura de novos seguidores para o catolicismo) e por possuir, além de seminários, diversas escolas ou colégios, os quais lhes conferiam a experiência necessária para a empreitada.

Assim o domínio intelectual da Companhia de Jesus marcou o período colonial até 1759, quando Pombal expulsa os jesuítas, aos quais atribui todos os males da educação. Contudo, e retornando ao que argumenta Sodré (1994), o fato que efetivamente contribuiu para expulsão da Ordem não foi a questão educacional, e sim aspectos decorrentes de conflitos de interesses com os colonos, principalmente quanto a questão de escravização os índios.

Ao expulsar os jesuítas, Pombal oficialmente assumiu a responsabilidade pela instrução pública colônia, colocando-a, entretanto e de forma pragmática, a serviço dos interesses político do Estado. Seja com for, somente em 1776, é que são instituídas regras destinadas para a sistematização escolar,

⁸¹ Cf. SODRÉ, 1994.

sendo que de toda maneira a reforma pombalina nunca conseguiu ser implantada, causando um longo período de desorganização da educação na colônia.

Com o início do Império e pela Constituição de 1824, seguindo os preceitos de centralização política e cultural que pretendia estabelecer, diversas questões são tratadas como matérias de competência específica do Poder Moderador, visto que essa era a “chave de toda a organização política do Império”⁸², entre elas, a educação.

Contudo, é sem dúvida um período em que a educação (no sentido de aparato, política ou mesmo de instância pública) apresenta atuações irregulares, fragmentárias e quase nunca com resultados satisfatórios. Nesse contexto, evidencia-se mais claramente a intenção do segmento de elite humanista, de buscar alternativas por meio de associações civis não confessionais, afastando-se da via governamental ou da esfera do Estado, para o estabelecimento de soluções que suprissem as necessidades da Nação que emergia. No caso a Amante da Instrução, em algum sentido, serviu como referência para a organização de um modelo educacional para o país, condição necessária para generalizar a conscientização que o segmento da elite que estudamos tinha quanto às questões prementes de seu tempo.

Em verdade, somente em 1826 é que se estruturam os níveis de educação. Por decreto, o Império institui quatro graus de instrução: pedagogias (escolas primárias), liceus, ginásios e academias. Contudo, antes da década de 1830, não se

⁸² Cf. MARTINS, 2001.

encontram nos documentos relativos ao registro de estabelecimentos educacionais que, com efeito, só começam a surgir (de forma realmente organizada) na segunda metade do século⁸³.

Porém, se antes de 1830, mesmo que se, por um lado, faltava institucionalização e abrangência ao ensino elementar e secundário; por outro, desde o início do século já haviam sido criados cursos de nível superior: a Academia Real da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), a Academia Médico-cirúrgica da Bahia (1808) e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio de Janeiro (1809), aos quais se pode agregar a Academia de Belas Artes e, mais tarde, em 1827, os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo.

Nesse sentido, parece, então, ter sido esta a verdadeira missão inicial da Sociedade Amante da Instrução: auxiliar a resolver um problema prático da instrução no país, buscando colaborar para a construção de um modelo de educação, indicando diversas alternativas que culminaram com a substituição das várias formas de educação até então adotadas pela formação escolar institucionalizada.

Contudo, essa preocupação de parte da elite é praticamente desconsiderada pela maioria dos estudiosos da história da educação. Se tomarmos por base a historiografia da

⁸³ A maioria dessas escolas era privada e confessional, visto que a Lei obrigava o ensino dos “princípios de moral cristã e da doutrina da igreja Católica e Apostólica Romana”. Somente em 1879 a reforma de Leôncio de Carvalho instituiu a liberdade de ensino (ensino laico), possibilitando o surgimento de colégios protestantes e positivistas. Cf. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. Online. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em 03 jun. 2012.

educação brasileira, seríamos levados a crer que todas as dificuldades para escolarizar a população do país no período são atribuídas ao descomprometimento do governo central.

Consideramos que há certa miopia quantos aos problemas da educação nacional nos anos iniciais do Império, que de fato obscurecem por intermédio da “representação”⁸⁴, os primeiros esforços para a sistematização da educação popular.

A representação contida em alguns dos manuais de história da educação brasileira quando apresentam a educação oitocentista marca formas de atraso, distorcem um momento extremamente importante não apenas para a institucionalização da educação, mas também para o movimento civilizatório.

Assim entendemos que tal visão restritiva é incapaz ou insuficiente para explicar a complexidade das ações sociais vividas no século XIX e de como a instrução era tratada como um problema geral que mobilizou agentes e estratégias diversas e de fato corespondeu a busca de experiências sociais, culturais, econômicas e políticas, auxiliando, portanto, na produção a unidade territorial, cultural, política, social em todo país, ou seja, na construção da cidadania.

Porém, devemos ter claro que os processos de construção das formas de educação escolar institucionalizada no Brasil, naquele período, de fato não foram uniformes, indiferenciados ou contínuos. De toda sorte, dentre as medidas

⁸⁴ A expressão se baseia na Teoria das Representações Sociais e corresponde a um processo de constituição de saberes por parte de um grupo social que elabora visões e símbolos sobre objetos que lhes interessa conhecer por meio de uma simplificação que facilmente se incorpora ou adere ao repertório de conhecimento já existente naquele grupo social. Cf. MOSCOVICI, 2003.

vivenciadas neste movimento, claramente está a criação da instituição escolar no sentido que equivale a um processo pelo qual a infância passa a fazer parte da cena social.

Em igual direção é importante anotar que foi em grande medida a ação de homens ilustrados ou humanistas (que utilizaram agremiações como a Amante da Instrução) que fazendo os discursos em prol da civilidade é que tornaram ou ergueram os fundamentos para uma série de projetos políticos (mormente entorno da educação), os quais geraram medidas concretas que nortearam, ou ao menos influenciaram, a constituição do sentido de civilização.

A guisa de ilustração lembramos que conforme Ilmar de Mattos nos apresenta, buscava-se pela difusão da civilidade, estabelecer a *ordem*, bem como a unificação dos elementos constitutivos de uma sociedade civil, sendo para tanto indispensável o intuito de *instruir* e *educar* sem o que não haveria civilização.

Educar tornava-se, pois, a ação por meio da qual cada um dos alunos deveria adquirir os princípios éticos e morais considerados fundamentais à convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação. Era assim o complemento do ato de instruir, que propiciava a cada indivíduo os germes de virtude e a ideia dos seus deveres como homem e cidadão. Instruir e educar eram, em suma, uma das maneiras — quiçá a fundamental — de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil, assim como os que lhe eram estranhos, para além da fria letra do texto constitucional. (MATTOS, 1987, p.277)

Seja como for, a interpretação da história da educação (derivadas da citada “representação”) passa a ser praticamente uníssona frente ao estabelecimento do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que criou a Regência Una e alterou a organização política e administrativa do Império, conferindo maior autonomia às províncias.⁸⁵ Autores inclusive afirmam que:

Em 1834 o Ato Adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. (...) Se houve intenção de bons resultados não foi o que aconteceu, já que pela dimensão do país, a educação brasileira se perdeu mais uma vez, obtendo resultados pífios. (OLIVEIRA, 2003, p. 37)

Ou ainda:

O golpe de misericórdia que prejudicou de uma vez a educação brasileira vem de uma emenda a Constituição, o Ato adicional de 1834. Essa reforma descentraliza o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto que as províncias são destinadas à escola elementar e secundária. A educação da elite fica a cargo do poder central e a do povo confinada às províncias. (ARANHA, 2000, p.76)

Mesmo sem a intenção de minimizar algumas das críticas que são corretamente feitas à educação no Império, devemos considerar outras exacerbadas. Vale notar que diversos historiadores da educação não se limitam a ressaltar a

⁸⁵ As Assembleias Provinciais passaram a ter competência para elaborar o seu próprio regimento e legislar sobre fixação de despesas e impostos, sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica local, e outras tantas questões. Passaram, também, a ter competência sobre a instrução pública, excluindo-se as faculdades de medicina e os cursos jurídicos.

falta de organização das instituições educativas, introduzem também, em seus textos:

...as figuras da precariedade, a palmatória, o analfabetismo generalizado, as classes fantasmas, os professores improvisados; figuras que povoaram durante muito tempo a representação história a respeito da educação no império e na transição do Império para a República (VIDA e SOUZA, 1999, p. 7).

Já há alguns anos, a historiografia da educação tem problematizado essa “representação” e contribuído para a compreensão da efetiva arquitetura de normas e práticas pedagógicas desse período e de como a escola elementar, no Império, transformou-se em local especificamente destinado ao cuidado e instrução da infância⁸⁶.

Com efeito, as críticas feitas ao Ato Adicional de 1834 no que tange aos impactos na educação, parecem desconsiderar a relevância do “Ato” num dos mais profícuos debates no decorrer do Império, quer seja a questão da autonomia das províncias vis-à-vis o fortalecimento do poder imperial.

Dois sócios da Amante da Instrução, Aureliano Cândido Tavares Bastos⁸⁷ e Paulino José Soares de Sousa (visconde do Uruguai), tiveram grande relevância na discussão das condições modernizadoras e do projeto civilizatório para o país. A controvérsia mais conhecida entre os estudiosos é a dicotomia

⁸⁶ Cf. PAULILO, 2004, assim como diversos trabalhos produzidos à época pelo Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP.

⁸⁷ Jornalista e político defensor do liberalismo (de influência norteamericana). Escreveu diversas obras, dentre elas: A província: estudo sobre a descentralização no Brasil (de 1870) e A Situação e o Partido Liberal (1872).

centralização x descentralização do Estado Imperial⁸⁸. Contudo, tal debate tem como pano de fundo uma discussão mais relevante que gira entorno do conceito de “indivíduo brasileiro”.

Simplificadamente para Tavares Bastos o indivíduo, no sentido de cidadão, ou se preferirmos no sentido liberal, com direitos a liberdade e acesso ao progresso, é produzido, ao longo do tempo, pelo meio social. Diferente, portanto do liberalismo clássico, para Tavares os direitos dos indivíduos não são espontâneos (ou naturalmente dados), mas sim gerados pelo meio social que em seu juízo deveria ser induzido por um Estado *despolitizado*, em outras palavras, sem vícios e meramente instrumental⁸⁹.

Por seu turno, o visconde do Uruguai entendia que o indivíduo, numa ordem descentralizada, teria uma espécie de *livre arbítrio irresponsável*, daí decore a necessidade de um Estado forte e mantenedor constante da ordem⁹⁰.

Como se percebe a diferença crucial entre os autores residia na forma como entendiam o “indivíduo”. E assim como as diferenças entre Hobbes e Rousseau ou na controvérsia entre a filosofia iluminista francesa e a saxônica, seu debate essencial, de fato, não residia na disputa entre a *centralização* ou a *descentralização* e sim no indivíduo, ou melhor dizendo, no *pacto de cidadania* no *padrão de sociabilidade* ou, ainda, no *projeto civilizatório*.

⁸⁸ Cf. FERREIRA, 1999.

⁸⁹ Cf. MORAES FILHO, 2001.

⁹⁰ Cf. WERNECK VIANNA, 2008.

O debate entre Tavares Bastos e o visconde de Uruguai, bem expressa a mentalidade do segmento da elite que participou – com maior ou menor grau de envolvimento – da Sociedade Amante da Instrução, na qual o debate sobre o *individuo* era travado por meio da discussão sobre padrões de educação, ou dito de outra forma, pelo debate entre a instrução pragmática focada no modelo escravista agrário-exportador e a instrução humanista voltada para a resignificação do trabalho numa sociedade escravista.

De toda forma, e para além dos debates na Amante da Instrução, a consolidação do processo de educação institucionalizada é marcante no período imperial. Se nos anos iniciais da independência, a escola era apenas uma unidade de ensino com um professor, já na década de 1840, aparecia em manifestações de autoridades a necessidade de se erguerem prédios públicos escolares, pois entendiam que além de normas e regulamentos, havia a premência de se fazer orçamentos para edifícios escolares. A ideia, contudo, não se concretizou e anos adiante foi novamente trazida à baila quando, só então, prédios específicos começaram a ser construídos para funcionarem como escolas públicas, das quais as primeiras, a partir da década de 1870, foram instaladas no Rio de Janeiro.

Por outro lado, bem antes, em 1847, demonstrando inquietação quanto à qualidade dos estabelecimentos educacionais o governo, certamente instigado por segmentos da elite, nomeou-se uma comissão de cidadãos “distintos”, com a tarefa de visitar as escolas públicas e os estabelecimentos particulares “para conhecerem exatamente o seu estado” (MARTINS, 2001, p. 99).

Seja como for, o fato é que o fenômeno educacional não pode se desvincular de todo o bojo de acontecimentos (sociais, políticos e econômicos) que compõem e dão forma às primeiras décadas vividas pelo país após a independência. Não se pode subestimar a realidade, ou seja, “representá-la”. Por exemplo, não devemos desconhecer que o Estado Imperial brasileiro não tinha nenhuma capacidade de financiar um vasto programa nacional de educação. De fato, 18 dias depois da fundação da Amante da Instrução, portanto, em 23 de setembro de 1829, foi decretada a liquidação do Banco do Brasil, ápice de uma crise financeira que vinha se avolumando desde os últimos anos da década anterior.

Apoiados novamente em Lobo (1978, p. 80), sabemos que o total da circulação fiduciária de responsabilidade do Banco somava 19.174:000\$000, sendo que a dívida do tesouro à Caixa do Banco atingia 18.301:000\$000, pouco mais de 95% do total da responsabilidade. Cabe recordar que contribuiu muito para o agravamento da crise a compromisso assumido pelo Brasil, em 1825, do pagamento de 1,4 milhão de libras esterlinas devidas por Portugal à Inglaterra, como parte do acordo de reconhecimento da autonomia e independência do país.

De qualquer forma, as contas públicas (internas e externas) estavam totalmente deterioradas e só viriam a se equilibrar décadas depois, com o apogeu do ciclo do café. Liberato Carreira (1980) indica em seu livro que a dívida externa em 1830 era de 18.957:155\$554 e a dívida interna

flutuante de 19.905:128\$375⁹¹. Não havia, portanto, como se investir num processo abrangente de instrução nacional, mormente quando lembramos que a situação financeira das províncias também impossibilitava qualquer forma de dispêndios massivos regionais ou locais para a educação.

Retomando argumento anterior, não se poder dizer que, na primeira metade do século XIX, havia um povo brasileiro em forma unitária e homogênea como hoje o conhecemos, mas, sim, uma nacionalidade sem coesão e desarticulada⁹², sendo que somente nesse contexto as questões de relevância e as políticas públicas nacionais poderiam ser examinadas, incluindo-se o movimento da educação. Vale destacar que:

... nunca se deve esquecer que a provisoriidade característica do período traduziu-se na coexistência não apenas de ideias relativas ao Estado, mas também à *nação* e às correspondentes identidades políticas coletivas, eventualmente reveladoras de tendências à harmonização entre si ou, quando não, expressando irredutibilidades portadoras de alto potencial de conflito. (JANCSÓ e PIMENTA, 2000, p. 135 e 136).

Assim, como anteriormente mencionado, para o segmento da elite que estudamos, a educação era entendida como um elemento necessário, inclusive, para mediar a transição das já citadas relações sociais erguidas pelo consenso, para uma sociedade, que, no futuro, fundar-se-ia no conflito de interesse, típico das relações sociais de produção centradas na dinâmica do mercado.

⁹¹ CARREIRA, 1980, p. 180

⁹² Essas ideias são claramente expostas na obra de Oliveira Viana.

Nesse sentido, ao se vincularem à Sociedade Amante da Instrução e debaterem aspectos relativos à educação para a população, tais indivíduos acabaram por influenciar a formação do arcabouço educacional do período, contribuindo para a generalização dos citados conceitos de *ordem* e *civilização* e para a gradual ampliação da percepção de novas relações sociais erguidas pela lógica do *conflito* típico da modernização das relações de mercado em que o conceito de Nação inexoravelmente é subjugado pelo individualismo ou, dito de outro modo, pela acomodação dos interesses individualizados.

Assim, se a elite econômica do Império (em seu sentido amplo) se esforçou para construir um Estado centralizado e forte, o segmento da elite que estudamos se esmerou e formar a Nação brasileira, ou se preferirmos, por meio da educação, incutir no povo a “vontade de ser brasileiro” (CÂNDIDO, 1997, p.126).

A “vontade de ser brasileiro” pode ser percebida no discurso que Evaristo da Veiga⁹³ abre a Assembleia da Amante da Instrução de 1º de fevereiro de 1836, a qual estabelece o sistema de exames públicos para os alunos da Sociedade:

... desejamos uma educação acessível a todo o povo, pois instruir-se é um direito inalienável do Cidadão e da pessoa Humana (...) a educação é como um instrumento da promoção pessoal e do progresso social e político do país.⁹⁴

⁹³ Jornalista e importante político liberal que teve participação ativa em diversos eventos nacionais, inclusive os que culminaram com a abdicação de D. Pedro I. Foi presidente da Sociedade Amante da Instrução de 1835 até sua morte, em 1837.

⁹⁴ LIVRO DE ATAS da Sociedade Amante da Instrução, 1836, p. 41.

Aduz esse discurso não só uma preocupação com a “instrução do povo”, que efetivamente possuía poucas opções de trabalho e, menos ainda, expectativas de mobilidade, mas também uma preocupação com a formação dos quadros que garantiriam a constituição da ordem social e a civilização que o segmento de elite - ao qual Veiga pertencia e propunha estabelecer.

Schueler e Gondra (2008) referem-se à intervenção da sociedade e da iniciativa particular na difusão do ensino às classes populares e operárias, por meio da organização de sociedades e associações de proteção e instrução da infância, leigas e religiosas, de cursos noturnos para adultos, de escolas e asilos para infância pobre e cursos de ensino profissional, de escolas dominicais.

No caso da corte e província do Rio de Janeiro, destacam a Sociedade Amante da Instrução. Deste modo, ao chamarem atenção para o fato de que as iniciativas educacionais estavam sendo patrocinadas por outros agentes que não o Estado, possuidores de interesses específicos que viam no envolvimento com a instrução uma forma de desenvolver não só setores estratégicos da sociedade, mas mesmo da própria sociedade⁹⁵.

Evidentemente, não se pode negar que a preocupação com a ordem (ou com sua manutenção) e a consolidação do poder imperial e do Estado Imperial brasileiro uniam todos os segmentos da elite, pois possibilitavam a estabilidade de que necessitavam para viabilizar seus interesses. Contudo, como

⁹⁵ Cf. SCHUELER e GONDRA, 2008.

indica a citação acima feita do discurso de Evaristo da Veiga, apenas o segmento culto, cosmopolita e humanista da elite se preocuparia em promover ações como educar o povo, consciente da necessidade de construir uma Nação ou, sendo mais explícito, estabelecer as relações sociais voltadas para um projeto civilizatório.

Assim, ao cumprir seus objetivos estatutários, a Sociedade Amante da Instrução não só cobriu, parcialmente, a carência de meios para a instrução do povo, formando, por gerações, os quadros que comporiam a pequena burocracia pública, o comércio de apoucado porte e os funcionários das casas bancárias, para citar alguns, mas, também, em grande medida, as discussões que parte de seus sócios travavam acerca de aspectos gerais dos problemas da instrução nos primeiros passos da Nação, acabariam por indicar elementos para o arcabouço institucional que estruturou a educação do país durante toda a vigência do Império, e, assim fazendo, contribuiu para o conceito de progresso e para o desenho de civilização que se almejava.

Em 1832, eram discutidos os métodos de ensino. A Sociedade reagia a aplicar o método Lancaster⁹⁶, que se utilizava em todas as classes de primeiras letras do Império, e justificava a opção com uma crítica à sua eficácia:

⁹⁶ Também chamado de Método de Ensino Mútuo, em que um aluno treinado ensinava um grupo de dez alunos sob o acompanhamento de um instrutor. Foi adotado em 1823 na tentativa de suprir a falta de professores. Sobre o conceito, cf. VERGARA e REIS, 1978.

O methodo de Lancaster mandado observar (...) não tem ainda sido posto em proctica pelas difficuldades que elle appresenta, (...) similhante methodo nenhum bem pode trazer aos nossos meninos; parecia a primeira intenção do aparecimento desse methodo, que elle era o mais perfeito, porem a experiencia adquerida pela practica tem distruído a novidade (...) mandar observar o de Ventura, com o qual a Aula tem até hoje sido regida, e pelo qual tem os Alumnos tirado muito bom proveito.⁹⁷

O relatório do Conselho de 1º de agosto de 1832 apresenta, ainda, outros aspectos relevantes sobre aos interesses da Sociedade como, por exemplo, a educação da mulher, provendo uma subscrição para esse fim, sendo que pretendiam que nas aulas, as meninas aprendessem “não só as Aulas que pertencem a condição de seu sexo, como também as que são relativas à cultura da inteligência”.⁹⁸ Tal intenção expressa um conceito extremamente avançado, pois nos primórdios do Império a educação era fundamentalmente destinada ao sexo masculino, sendo que a lei que em 1827 mandava “criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” estabeleceu a obrigatoriedade de aulas para meninos e apenas previu a possibilidade do ensino de meninas, dado que determinava seu artigo 11º que as escolas de meninas somente seria instaladas em lugares “em que os presidentes em conselho, julgarem necessário este estabelecimento”. Mais que isso, tal lei

⁹⁷ ATAS DO GRANDE CONSELHO da Sociedade Amante da Instrução, 1832, p. 70. Questão apresentada pelo Conselheiro Manoel João Goulart. Seu obituário o apresenta como um próspero produtor de café, proprietário de grandes fazendas na região onde atualmente encontram-se os municípios de Vassouras e Paty do Alferes.

⁹⁸ Cf. Idem, p. 31.

determinava o que deveria ser ensinado aos meninos (artigo 6º), enquanto o artigo 12º restringia o que as meninas aprenderiam, definindo expressamente: “(...) limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica.”⁹⁹.

De toda sorte, a despeito da intenção inovadora ao menos nos primeiros anos da Sociedade Amante da Instrução a educação de meninas foi forjada como base na visão corrente de “instruir para o lar”, já que era disciplina obrigatória desde a primeira Lei de Instrução Pública Nacional (de 1827) a disciplina economia doméstica. Havia quem dissesse inclusive que:

... a instrução é a maior das esmolas, ensinar ignorantes é uma grande obra de misericórdia na qual destaca-se a Sociedade Amante da Instrução (1831) que é a mais antiga de todas as nossa sociedade filantrópicas e, também, a de mais elevada missão. Seu fim é recolher órfãs desvalidas, criá-las, instruí-las, doutriná-las, mantê-las enfim até que encontrem esposo digno de possuí-las. A educação dada é a mais cuidadosa possível, não se limita a simples noções de leitura e escrita, mas a um verdadeiro curso literário, artístico e doméstico, que faz de cada aluna uma perfeita dona de casa. (DUARTE, 2003, p.13)

⁹⁹ Em 15 de outubro de 1827, o Império estabelece lei que regula o sistema educacional nas províncias, criando a obrigação do ensino para os meninos, enquanto a educação para as meninas seria opcional. Indo além, a lei indicava o que deveria ser ensinado aos meninos e o currículo destinado às meninas. Cf. Câmara dos Deputados, Legislação Informatizada. Online. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em 03 de junho de 2012.

No ano seguinte, a reunião do mesmo Conselho discutiu a proposta de excluir os castigos corporais dos alunos, apresentada nos seguintes termos:

Venho Ilmos. Senhores, perante vós, (...) pedir como Cidadão e como Membro desta Sociedade que façaes cessar semelhante abuzo, que nada menos daz, do que destruir a Mocidade que afluê a esta Escola, o pejô, e os sentimentos nobres e ingênuos próprios do Homem livre.(...)

(...) Hé por ellas que ainda vemos Pedagogos empenhados em inflingir com menospreço das Insttuiçãoens Políticas, castigos corporais à Mocidade que devem conduzir com tactica e brandura.

Embora Ilmos. Senhores, alguns charlataens vociferem que sem palmatorias, puxoens de orelhas, e cachaçoens, se não pode ensinar, e conter a mocidade; a experiencia das Naçoens cultas nos mostram o contrario; e alem disto, não convem educar a Mocidade como quando tínhamos de sêr escravos; as nossas Insttuiçãoens são livres, e he mister que os Cidadoens cressão para sêr os seus garantes.¹⁰⁰ (grifo nosso)

Embora a proposta tenha sido rejeitada sob a alegação de que o Código Criminal do Império considerava crime justificável e, portanto, sem punição, “quando o mal constituir-se em castigo moderado que os pais derem aos seus filhos, os senhores aos seus escravos e os mestres aos seus

¹⁰⁰ RELATÓRIO DO CONSELHO DE 6/9/1833, p 85. Proposta apresentada pelo Conselheiro Ignácio José Malta. Sua nota necrológica indica que o sócio era médico e, assim como outros tantos sócios da Amante da Instrução, estava ligado a outras associações. Por exemplo, entre 1865 e 1868, Ignácio Malta foi presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira (fundada em 1851).

discípulos”¹⁰¹, é nítida, no requerimento apresentado, a preocupação com a formação de cidadãos livres e conscientes de sua responsabilidade em garantir e preservar essa liberdade.

Com se percebe existiam a época questões objetivas a serem tratadas, pois grupos populares foram se constituindo entre aqueles que foram ficando à margem da produção, ou seja, os homens livres, porém expropriados que sobreviveram à margem da escravidão e do mercado, indivíduos que ao fim e ao cabo não foram integrados à produção mercantil. Essa população, inclusive, foi categorizada por Caio Prado Júnior como “massa deslocada, indefinida, mal-enquadrada na ordem social, e na realidade produto e vítima dela” (Prado Jr, 1996, p. 285), mas que necessitava ser incorporada ao preceito de ordem e de civilização, o que seria possível, como previam os Estatutos da Amante da Instrução, por meio da educação.

Sobre questões da educação igualitária e generalizável de cunho humanista, alguns exemplos também podem ser apresentados. A Ata da Assembleia Geral de 1º de agosto de 1832 indica que após “acalorada proposta do sr Bernardo de

¹⁰¹ Cabe apresentar uma curiosidade, pois o Código Criminal brasileiro que vigorava a época era o de 1830 que embora baseado em ideias iluministas, por ter sido redigido em um período histórico conturbado apresenta feições brutais e discricionariedade no sistema repressivo contra certos grupos tais como: escravos, africanos livres, mendigos, vadios, etc.

Vasconcellos,”¹⁰² os sócios da Amante da Instrução debateram o tratamento dado aos meninos do Seminário São Joaquim.

As críticas foram apresentadas pelo sócio Bernardo Pereira de Vasconcellos e levaram os sócios a enviar ao Legislativo um plano pedagógico¹⁰³ e uma proposta de transformar o Seminário em “*um verdadeiro Lyceo*”.

Contudo, cabe deixar claro, por um lado, que em verdade, o Seminário São Joaquim já havia sido avocado pelo governo imperial, em 1831, com o objetivo de não só melhorar o ensino, como também, transformá-lo em modelo nacional. Por outro, é sabido que Vasconcellos foi defensor ativo da criação de uma instituição modelo, envolvendo-se com o tema (e outros sobre a instrução) desde a década de 1820 quando dos debates sobre o estabelecimento de cursos superiores¹⁰⁴.

Quando da inauguração do Pedro II, em seu discurso como ministro, Bernardo Pereira de Vasconcelos defendeu a função do colégio, nos seguintes termos:

À testa da civilização (...) está constituído o pai, o apóstolo desta esperançosa mocidade que aprendendo a independência da virtude, a firmeza de caráter, o valor da ciência, a pureza moral e o respeito que a religião tem de dar à pátria, à nação, à liberdade, ao trono e ao altar, servidores fiéis, honra e glória do nome brasileiro (CARVALHO, 1999, p. 29)

¹⁰² Expressão utilizada pelo na Ata da Assembleia pelo 1º Secretário, Luiz Antonio Goulart.

¹⁰³ Embora esteja citado na Ata, não nos foi possível encontrar plano pedagógico a ser proposto ao governo imperial.

¹⁰⁴ Cf. CARVALO, 1999.

De toda maneira, vez que além de ser propositura de Bernardo Pereira de Vasconcellos, identifica-se claramente dentre os presentes àquela Assembleia a assinatura de Pedro Araújo Lima (o Marquês de Olinda), e sendo os dois alguns dos maiores defensores da criação de um colégio modelo para todos os ginásios do Brasil, quando um era Regente e outro Ministro do Império¹⁰⁵, é possível aceitar que foram ambos, a citada discussão e, principalmente, a elaboração do plano pedagógico, que anteciparam as premissas que pouco adiante levaram à extinção do Seminário e à fundação, ali, em 1837, de um verdadeiro liceu: o Colégio Pedro II¹⁰⁶.

Outro aspecto extremamente relevante que se denota do rico acervo da Sociedade é que, ao longo do tempo, há uma significativa mudança do perfil do professor a ela vinculado, que aos poucos substitui (ou ao menos complementou) a tradicional figura do mestre-escola por docentes com formação muito mais sólida do que a média dos professores da época, o que reforça que o segmento da elite que compunha seu quadro de associados estava preocupado em valer-se da educação como um instrumento de generalização de seu modo de ver o mundo, abrigando, para tanto, docentes com faceta humanista.

Cabe destacar que tal mudança no perfil do docente não tinha nada de trivial, pois diversos autores atestam que, no período, os professores eram egressos das camadas mais

¹⁰⁵ Cf. TARQUINIO DE SOUZA, 1957, vol.5.

¹⁰⁶ O seminário de São Joaquim foi transformado em colégio de instrução secundária, sob o nome de Colégio D. Pedro II pelo decreto de 02 de dezembro de 1837. Cf. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. Online. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em 03 jun. 2012.

pobres da população livre e se formavam para o magistério pela prática. Tal situação, inclusive, foi denominada por Shueler (2002) como “família de professores”, pois segundo a autora, a prática docente no Império:

... resultava, não raro, a reprodução endógena do ofício de mestre-escola, pois ao que tundo indica, havia uma tendência de transmissão dos saberes e práticas da profissão docente dos pais aos filhos e/ou sobrinhos e agregados ... (SCHUELER, 2002, p. 260).

Seja como for, o fato é que figuras notáveis lecionaram na Sociedade como, por exemplo, o visconde de Baependi, que, além de político, era professor doutorado em matemática e filosofia. Além dele, podemos citar Felix Ferreira autor de diversas obras, como: *Cartilha Infantil. Simples método de leitura e Pequena Physiologia Popular* e; Antonio Álvares Pereira Coruja, que, além de professor emérito lecionando no Pedro II, era latinista e um dos iniciadores dos estudos linguísticos no Brasil. Escritor, publicou diversos compêndios e, inclusive, em pleno exercício docente na Amante da Instrução, seu *Manual de Ortografia da Língua Nacional*.¹⁰⁷

A par da questão acima, cabe destaque o fato de serem surpreendentes os números de “educados” pela Sociedade. Segundo os dados disponíveis já em 1834, apenas cinco anos após sua fundação, a Sociedade sustentava oito aulas, frequentadas por 436 alunos de ambos os sexos.

¹⁰⁷ Informações dos depoimentos necrológicos mantidos no acervo da Sociedade.

Esse número de alunos pode parecer pequeno, mas, a título de comparação, valemo-nos novamente de Daniel Albuquerque Lemos (2011), que ao examinar os efeitos na corte da citada Lei Geral de Ensino de 1827, utiliza dados da Câmara Municipal da corte que nos mostram que em 1830 o número de alunos no Rio de Janeiro era de 2.248.

TABELA II: Instrução na Corte (1830)

Escolas	Número de Escolas	Número de Alunos
Públicas	6	387
Privadas	53	1861

Fonte: LEMOS (2011)

Por sua vez, se novamente nos valermos do trabalho de Maria Eulália Lobo (1978), que reproduz os dados do Relatório do Ministério dos Negócios do Império de 1839 e compará-los, apenas para fim de ilustração ou de estimação, com os dados de matriculados no ensino em 1830, veremos que menos de 3% da população livre estaria em bancos escolares, pois o texto da professora Lobo indica que na corte havia uma população total de 137.078 habitantes, dos quais 58.553 eram escravos (LOBO, 1978, p. 136).

Outro indicativo que bem pode demonstrar a amplitude de atuação da Sociedade pode ser encontrado no texto de Tirsia Regazzini Peres, “Educação Brasileira no Império” (PERES, 2005), que apresenta estatísticas escolares de 1865, indicando

que somente naquele ano o Colégio Pedro II ultrapassou a barreira dos 300 alunos, com 327 estudantes matriculados.

Com efeito, diversas fontes apontam para o fato de que durante o Império, o nível de escolaridade era bastante baixo, inclusive, dados indicam que em 1872, apenas 16% da população era alfabetizada (RAZZINI, 2000, p. 21)¹⁰⁸. Tal informação se corrobora na citada tese de Daniel A. Lemos, que apresenta dados de 1873 e nos informa sobre um déficit educacional na corte de 23.641 vagas, significando que aproximadamente 24 mil crianças no Rio de Janeiro não tinham acesso a qualquer forma de educação institucionalizada, o que se confirma na tabela abaixo:

TABELA III – Déficit Escolar na Corte (1873)

População Livre	Número Estimado de Crianças	Número de Escolas	Alunos Matriculados	Déficit Estimado de Vagas Escolares
226.033	32.290	176	8.649	23.641

Fonte: LEMOS (2011)

Por seu turno, o relatório da Sociedade de 1873 indica que a instituição mantinha 389 alunos matriculados¹⁰⁹. Com base nessas informações, podemos facilmente aceitar que, por qualquer critério ou estimativa em termos de percentual, seria

¹⁰⁸ Embora o dado se refira a uma década bem distinta, é aqui apresentado à guisa de parâmetro daquela realidade.

¹⁰⁹ O número contempla as abrigadas no Colégio das Órfãs, porém o relatório não as distingue dos matriculados nas aulas regulares.

extremamente significativo o contingente da população de jovens e crianças que a Sociedade Amante da Instrução educara.

Pode-se apresentar outro exemplo. Apenso à ata na sessão aniversária de 1876 encontra-se um relatório que traz um balanço das atividades dos anos comemorados frisando, a despeito de dificuldades em alguns períodos, que a Sociedade havia educado até ali 1.514 meninos e 1.107 meninas, além de 196 estudantes de nível secundário.

Se somarmos os dispêndios apenas com instrução e vestuário dos alunos, desde o primeiro balanço social disponível¹¹⁰ até o que consta do relatório de atividades apresentado pela diretoria de 1845, verificaremos que a Sociedade havia gastado a soma de 34:307\$200, muito embora valha destacar que seu patrimônio não fosse muito significativo, pois registra o balanço daquele ano reservas no valor de apenas 4:800\$000 em apólices da dívida pública e de 219\$500 em depósitos na Caixa Econômica. Contudo, nos trinta anos seguintes (de 1846 até 1876) os balanços dão conta de ter sido gasto 153:407\$000 em instrução e vestuário dos alunos, o que corresponde a uma média anual de 5:000\$000, sendo que o balanço de 1876 aponta um patrimônio de 371:789\$404, dos quais 141.000\$000 em imóveis, 136:838\$000 em apólices, 9:338\$000 em ações do Banco Rural e do Banco do Brasil e o restante em uma caderneta da Caixa Pia.

¹¹⁰ Exercício de 1831, apresentado na folha 6 do Livro de Atas da Assembleia Geral – 1831-42.

Contudo, como já destacado, a Amante da Instrução atuava, efetivamente, não apenas como um centro gerador de instrução, mas, também, e talvez principalmente, como uma instância fomentadora de ideias que, em grande medida, foram gradativamente se incorporando à educação institucionalizada e sistemática do país¹¹¹.

As discussões que eram travadas no âmbito da Amante da Instrução comprovam incontestemente o espírito de seu quadro social, composto em grande medida por membros da elite que estudamos, e sua crença humanista que via a educação como um instrumento de promoção pessoal e de progresso social e político, assim como de estreitamento de relações entre grupos sociais distintos, mas acima de tudo, de generalização de seus ideais e concepções de dirigir a Nação no caminho da modernidade.

Contudo, é importante esclarecer em reforço ao já apresentado, que as funções “não estatutárias” que tanto mobilizaram a Sociedade nas suas duas primeiras décadas de existência, já estão bem esvaídas na segunda metade do século XIX. Prova disso encontra-se nos próprios registros da Sociedade, que compõe um acervo tão rico até o fim da década de 1840, mas que daí para diante começa a rarear.

Não que pessoas importantes não tenham dela participado na segunda metade do século, ao contrário, por exemplo, foram ainda seus presidentes Manuel Francisco Gonçalves Correia, o senador Correia, que foi sucedido por Vieira Souto e depois por Cesário Alvim. Contudo, como

¹¹¹ Algumas destas ideias foram apresentadas como exemplos em nosso Capítulo III.

anteriormente citado, já em meados da década de 1840, as atas da Sociedade, salvo em situações muito especiais, passaram a ser resumos, ou textos sumarizados, certamente expressando o fim dos calorosos debates, como se nada de relevante houvesse ou valesse a pena registrar. De toda maneira, independente das causas, o certo é que as cuidadosas referências sobre a construção do arcabouço educacional e sobre a identidade nacional desaparecem.

Com já destacado o marco observável de tal transformação é a eleição de Miguel de Frias e Vasconcellos (presidente entre 1849 e 1859), pois desde então, praticamente, não são mais encontrados registros da participação do grupo que por cerca de vinte anos conduziram os destinos da Amante da Instrução. Além disso, os dados contábeis do período atestam que a instituição passou por diversas dificuldades financeiras, sendo inclusive que algumas aulas foram fechadas, provocando a diminuição do número de alunos atendidos pela Sociedade, somente crescendo novamente ao final da década de 1860.

De toda forma, dentre os documentos que foram mantidos no rico acervo da Sociedade, um deles em certo sentido é uma preciosidade histórica. Trata-se de 12 folhas de exercícios de caligrafia de D. Pedro II, feitos pelo menino entre junho de 1832 e julho de 1836, acomodados em uma bela e original encadernação de couro. Tal coletânea foi doada à Sociedade por Luiz Aleixo Boulanger, antigo “mestre de escriptas” do monarca.

A doação foi feita em 1841 quando a Amante da Instrução realizou uma sessão em comemoração à coroação e sagração do Imperador. Na ocasião, o orador principal foi Luiz Vicente De Simoni que no correr de seu discurso fez a entrega do livro contendo aquelas primeiras escritas, transcrevendo a breve carta de oferecimento dirigida por Aleixo Boulanger ao próprio orador, onde lê-se:

Rogo a V. S. se digne offerecer da minha parte as ditas escriptas á mesma Sociedade, a qual estou certo saberá apreciar e conservar tão preciosos testemunhos dos primeiros ensaios do Príncipe Sábio que nos governa no estudo das primeiras letras

É impossível passar despercebido na leitura do discurso de 30 de julho de 1841 o fato de o orador ressaltar uma coincidência interessante. No mesmo dia que aceita, ao lado de seu tutor (em 24 de abril de 1834), o título de “protetor da sociedade”, Pedro II copiara o seguinte exercício:

Le premier devoir d'un homme né pour commander à d'autres hommes, est d'etre plus instruit que ceux qu'il doit conduire

Capítulo 4

Sobre a Amante da Instrução e os Desafios Humanistas da Elite Instituinte no Império

Como vimos, a Sociedade Amante da Instrução a par de seus objetivos estatutários desempenhou um relevante papel na rede de sociabilidade no período imperial brasileiro, tornando-se um centro importante da vida cultural da corte e lócus de organicidade de segmentos da elite imperial, o qual atuou não só na construção do arcabouço básico da educação para o país como também na constituição de alianças sociais com membros de segmentos econômicos emergentes que se formavam no contexto do quadro nacional.

Tal linha de observação nos permite aceitar o argumento de que parte da elite imperial não pautou suas ações pela conjuntura econômica ou política que marcou o modelo agrário mercantil-escravista estabelecido; por outro lado, as pautou pela percepção e consciência de que grupamentos sociais começariam a emergir em face da modernidade, o que em última instância, seriam condicionados pelo mercado que se estabeleceria no Brasil em condições semelhantes as que conheciam por seu contato com o mundo já desenvolvido nos moldes capitalistas.

Ademais, ao se associarem em sociedades civis não-confessionais, como a Amante da Instrução, o segmento da elite que estudamos, mais culto e cosmopolita, cuja concepção

humanista se inspirava nas filosofias correntes da época como nas ideias liberais, conseguiam conviver sem conflitos com os demais membros da classe dirigente, grupos esses relevantes em uma sociedade agrária, analfabeta e escravista.

O segmento humanista da elite imperial se preocupava com o “progresso”, com a modernização do Estado e, como iluministas que eram, confiavam no implemento da ciência e da educação como solução para as mazelas do “atraso” e para a definição do projeto civilizatório.

Dito de outra forma, buscaram soerguer um projeto de civilização brasileira (muito embora fundado no pensamento europeu-civilizador do século XIX), sendo que seu conceito de civilização referia-se ao estado de evolução da técnica, a padrões de conduta e ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Com base na documentação analisada, podemos afirmar que no caso dos sócios da Sociedade Amante da Instrução, o projeto de civilização que almejam partia, por motivos óbvios, do projeto específico de escolarização humanista que defendiam e de outros padrões de civilidade claramente identificados: a compreensão de que civilização está relacionada ao progresso material e ao desenvolvimento técnico e científico¹¹² e que é uma expressão do nacionalismo (no caso, expressa na consciência nacional¹¹³).

¹¹² O que se comprova no interesse em promover publicações técnicas, como apontado no capítulo II.

¹¹³ Como se pode depurar do discurso que, como presidente da Amante da Instrução, Evaristo da Veiga profere em 1836. Ver capítulo III.

O citado segmento da elite que orbitava a Sociedade Amante da Instrução era fortemente influenciado pelo movimento iluminista, movimento que ao mesmo tempo em que mobilizava, restringia a visão dos intelectuais que compunham a Amante de Instrução, mormente, em meados do século XIX, momento em que vivenciaram ativamente as transformações ocorridas na sociedade e, principalmente, no mercado do país.

Podemos nos basear em um pequeno impresso de 1864¹¹⁴ que faz parte do acervo consultado, intitulado: “*Cartas do professor da roça: artigos relativos à instrução pública da côrte, publicados no Constitucional de março e abril de 1863*” com textos do sócio da Amante da Instrução Manuel José Pereira Frazão¹¹⁵ que se apresenta como alguém:

... estranho á política, que vivo a vida obscura de um pobre professor da roça; o que não impede que em meu peito bata um coração brasileiro.

Para em seguida afirmar:

A época em que vivemos, toda de progresso industrial, apresenta um espectáculo maravilhoso do mais completo indifferentismo em matérias sociales! Agitem-se embora as mais grandiosas questões do interesse publico (...) e não haja medo que alguém se abalance a esclarecer a opinião pública sobre a interpretação que se deve dar a certos phenomenos da ordem social. E se há

¹¹⁴ Não foi possível identificar quem financiou a publicação.

¹¹⁵ Professor público, vice-diretor do Collégio Barão de Tauphoeus, autor de diversificadas obras didáticas dentre elas “Postillas de grammatica portugueza”, “Noções de geographia do Brasil para uso da mocidade brasileira” e “Rudimentos de arithmetica”. Foi membro do Conselho da Instrução Pública da Corte e redator do Manifesto dos Professores Públicos (1871).

questões que mereçam a atenção do país, sem contestação alguma, das mais momentosas as que dizem respeito à educação da mocidade.

Contudo, devemos lembrar que a ideia de civilização para o Brasil como entendida pela elite imperial, em seu sentido amplo, restringia-se à autoimagem do próprio grupo de elite, isto é, a sua concepção de Nação-civilização brasileira constituiu-se como um campo limitado, pois decorre do fato de que as elites locais que emergiram do período colonial carregaram uma estrutura de ação que foi difundida desde a colonização e, entretanto, mesmo quando as colônias tornaram-se nações politicamente independentes, tal grupo de elite não atualiza seus princípios e continuam internamente a configuração de poder representada em uma sociedade de corte que previa a diferenciação hierárquica dos indivíduos pelos mesmos parâmetros de valores que serviram à ideologia colonizadora visto que, como anteriormente apresentado, a experiência histórica de um projeto civilizador brasileiro se deu a partir de um processo colonizador que o antecede.

Note-se que a visão de colonização europeia não deixou de ser um traço marcante de nossa identidade, o que leva o ex-colono a assumir um senso de “superioridade europeia” que justificava a subjugação de outros povos e que acomodava convenientemente um processo de espoliação das riquezas do país.

Assim, para viabilizar o projeto civilizador se tornava necessário simultaneamente reter, não só, a sustentação material e os meios de produção como também os aspectos

ideológicos. Desta forma a colonização não foi apenas um processo de ocupação da terra, mas também uma dinâmica que envolve ideologias e culturas, ou seja, a colonização é um processo que afeta a construção da memória e das formas de representação da civilização e poder no Brasil.

Desta maneira, ressaltamos, como visto, que o processo civilizador no Brasil deixa de ser uma extensão do “antigo regime” colonial a partir da europeização dos costumes da elite colonial que se inicia com a chegada de D. João VI. Como tal processo, por um lado, está continuamente em movimento, e avança permanentemente e, por outro, a civilização se acentua naquilo que é comum a todos os homens, aceitamos que a vinda da corte mudou hábitos dos que aqui estavam estabelecidos, mas também os recém-chegados tiveram que se adaptar à nova realidade social local.

Seja como for, a mudança que o Brasil vive no século XIX recebeu o nome de europeização¹¹⁶ e certamente influenciou a elite mais esclarecida e culta que tratamos em nosso trabalho. Tal influência determina sua visão quanto à formação de um Estado soberano, bem como sua compreensão e expectativas quanto ao fortalecimento do mercado que, por seu turno, pode ser entendido como um grande (ou o maior) impacto na sociedade brasileira naquele período, com sérias consequências econômicas, políticas e culturais não apenas em termos momentâneos, mas também no futuro, impactos que são vistos

¹¹⁶Cf. FREYRE, 1990

por aquele grupo como um distanciamento da herança colonial e como elementos da modernidade.

Destacamos, então, que a tentativa de estabelecer um projeto civilizatório de modo algum pode ser interpretada como sendo algo simples de maturação. Lembramos, que com base no arcabouço legal vigente, a ideia de cidadania, atualizando a lógica operante durante o “antigo regime” português, legitimava a desigualdade ao corroborar as diferenças entre os membros da sociedade, sendo que cidadania, liberdade e propriedade eram conceitos associados.

Assim e baseados na literatura examinada, reforçamos o fato de que, na época da independência, a ideia de uma nação brasileira não estava consolidada, sendo em verdade que “o Brasil fez-se Império antes de se fazer nação” (MELLO, 2002, p. 24). Muito embora as teses defendidas, por exemplo, por historiadores e membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Varnhagen, que apresentavam indícios de que junto ao fenômeno da independência o Brasil se torna Nação, é certo que os conceitos de Pátria, País, Nação e Estado não são perenes e se relacionam não só ao período histórico em que são empregados, como também às perspectivas dos agentes históricos, sua posição na hierarquia social e seu envolvimento com sociedades mais dinâmicas. Assim, Nação e Estado são categorias distintas e sem significado fixo. O que estabelece, necessariamente, uma distinção clara entre a percepção do que é ser país e a emergência de uma identidade nacional brasileira.

Hoje é assente que não se deve tomar a declaração da vontade de emancipação política como equivalente da constituição do Estado nacional brasileiro, assim como o é o reconhecimento de que o nexó entre a emergência desse Estado com a da nação em cujo nome ele foi instituído é uma das questões mais controversas da nossa historiografia. (JANCSÓ e PIMENTA, 2000, p. 132-133).

É sabido que no período que Maria Odila da Silva Dias (2005) chamou de “interiorização da metrópole”, uma das tarefas assumidas pela elite colonial aqui estabelecida, era a garantia da supremacia sobre as outras áreas da colônia portuguesa na América. Assim, a grande disputa (notadamente no período das regências) desenrolou-se em torno do progressivo estabelecimento da supremacia de certo conceito de Nação sobre as diversas “pátrias regionais”, a fim de superar os riscos da anarquia social e do separatismo, conflitos que só começaram a ser solucionados após a maioridade do imperador Pedro II, que deu início ou restaurou o exercício do Poder Moderador.

Se nos basearmos em José Murilo de Carvalho vamos verificar que:

.... Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do país, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social (...) Se o governo imperial contava com as simpatias populares, inclusive da população negra, era isso devido antes ao simbolismo da figura paternal do rei do que à participação real dessa população na vida política do país (CARVALHO, 1996, p. 23)

Assim, anos que se seguiram - desde a independência até os princípios da década de 1850 - marcaram no Brasil um novo conceito de Nação, sendo esse vinculado de modo indissociável ao Estado¹¹⁷. A partir daí, os líderes políticos passaram a concentrar as atenções na complementação das estruturas estatais e na busca da consolidação da nacionalidade. O que não necessariamente implicava na construção do já citado desejo popular de *ser brasileiro*.

Ocorre que atingir objetivo da centralização-integridade territorial não é tarefa fácil, pois não havia homogeneidade nem nos próprios interesses econômicos da elite. Vale lembrar que na agricultura mercantil-escravista, mesmo na indústria do café, a agenda de interesse se diferenciava entre plantadores das diversas regiões cafeeiras, em algumas regiões mais dinâmicas os interesses da burguesia urbana ganhavam dimensões nunca antes observadas e, principalmente, aos poucos uma nova lógica das relações sociais de produção estabelecia premências distintas entre os vários polos produtores do país. E neste contexto de contradições é que se tornam fundamentais as sociedades com a Amante da Instrução, locais onde os debates sobre aspectos importantes do país poderiam se dar de forma isenta.

Cabe aqui, entretanto, destacar que ,evidentemente, a isenção das associações civis - como a Amante da Instrução- deve ser relativizada, já que não é razoável supor que fossem

¹¹⁷ Refere-se ao conceito de Estado-nação

imunes ao seu tempo ou se preferirmos que fossem distantes do contexto em que atuavam.

Assim, analisar a documentação disponível no acervo da Sociedade deve ser entendido como uma oportunidade de interpretação num dado contexto, sendo claro que a análise dos textos estudados mantém uma relação com os atos de fala (aqueles atos que estão nos textos manuseados), o que é um caminho de duplo sentido, pois cria a possibilidade de se poder definir os discursos dos atores sociais estudados, ao mesmo tempo em que esses atores também podem, com seus discursos, mudar o contexto em que os mesmos foram originados¹¹⁸.

Desta forma, o contexto em que a Amante da Instrução abrigou o segmento da elite que estudamos pode ser entendido em seus próprios textos como a correspondência enviada pela Sociedade Amante da Instrução ao Legislativo em 15 de maio de 1832, que solicita:

A Sociedade em último, Sres, vós implora uma mesa legislativa, que proíba os escravos a prenderem as Artes e Ofícios, que é para a classe de nossos cidadãos indigentes terem meios de se-rempregarem.

¹¹⁸ Destaque-se que conceitualmente *contexto* difere do sentido de *datação*. A datação define uma ordenação ou uma delimitação temporal para um conjunto de eventos, ao passo que o contexto expressa a relação existente entre um conjunto de circunstâncias diversas que ocorrem simultaneamente.

No caminho inverso, o sócio Manoel Lemos de Barros encaminha correspondência em 11 de novembro de 1866 para informar à Comissão da Sociedade sobre proposta apresentada na Câmara Municipal:

... propôs que se fizesse uma subscrição de todos os cidadãos do termo, cujo produto fosse aplicado na libertação de escravos com a condição de servir no Exército, e também para sustentação de uma força com que a autoridade policial pudesse proceder ao recrutamento das Guardas Nacionais designadas para o serviço do Exército ...¹¹⁹

Como se percebe, o contexto em que tais correspondências se apresentam é completamente distinto, porém, ambos são condizentes com a evolução da questão das definições legais sobre a cidadania que evidentemente, no caso em tela, se deposita em torno da questão da escravidão. Tal tema gera, como todo tema, atos ou atitudes que como se percebem foram amadurecendo e se transformando por meio de diversos institutos até a década de 1850 quando, concomitantemente, ao fim do tráfico negreiro o processo de significação da cidadania no Brasil se transforma.

Em sentido análogo, percebemos que no já citado “*Sobrados e Mucambos*” de Gilberto Freyre (1990) a questão do familismo evolui e se sofisticava devido à passagem do patriarcalismo rural ao urbano. Neste sentido, a ascendência da cultura urbana brasileira está ligada à decadência do patriarcalismo rural, provocando as dívidas dos patriarcas e a

¹¹⁹ O documento encontra-se no Livro: Pareceres de Comissões da Sociedade Amante da Instrução de 1864-75.

transferência de poder do campo para as cidades. Por isso, a ascendência da cultura citadina implica na emergência de novos hábitos, papéis sociais, valores e costumes. Implica também e, principalmente, em novas hierarquias sociais.

Note-se que para a formação da sociedade brasileira, na análise de Freyre (1990) desenvolvida em "*Sobrados e Mucambos*", é importante ter em mente, não apenas os impactos da formação do Estado, mas também o contexto das transformações e mudanças políticas e econômicas, ideológicas, os valores, a introdução de máquinas e a formação de um, mesmo que incipiente, mercado capitalista. A cultura urbana que se instaura passa a considerar a oposição entre valores burgueses europeus e valores locais, do interior, não civilizados (FREYRE, 1990).

É nesse sentido que Florestan Fernandes nos ensina que:

...pela organização de um Estado nacional, gradualmente uma parcela em aumento crescente de "senhores rurais" é extraída do isolamento do engenho ou da fazenda e projetada no cenário econômico das cidades e no ambiente político da Corte ou dos Governos Provinciais. Por aí se deu o solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial. (FERNANDES, 1975, p. 27)

Como já vimos, o projeto civilizatório não é estático ou linear e sim evolui gradativamente e vai se solidificando a medida que o contexto político e de legitimidade se constitui.

As passagens sobre a escravidão, acima apresentadas, dizem respeito a um elemento relevante para estabelecer novos conceitos de ordem e civilização frente ao estabelecimento de uma sociedade moderna que, no caso brasileiro, por sua formação ambígua e complexidade, leva décadas para ser incorporado o projeto civilizacional da elite.

Tal complexidade pode, novamente, ser compreendida em Florestan Fernandes que apresenta alguns *ajustamentos* que decorrem do fim da escravidão:

Simplificando as coisas, seria possível reduzir a três constelações psicossociais que governavam, no período escravocrata, os ajustamentos dos libertos ao trabalho livre: a noção de que a liberdade significa plena disposição da pessoa sobre si mesma, cujo corolário prático dava a cada indivíduo o arbítrio de decidir o quanto, onde e como trabalhar, a representação segundo a qual a dignidade do homem livre é incompatível com serviços degradantes; e o princípio pré-capitalista de que a dedicação ao trabalho deve ser regulada pelas necessidades de consumo do indivíduo com seus dependentes (FERNANDES, 1965, p.48).

Em complemento, o mesmo Fernandes em a *Revolução Burguesa no Brasil* (1975) afirma que com a abolição desencadeia, no último quartel do século XIX, uma “ordem social competitiva” em um contexto em que, no país, o capitalismo não possuía as bases materiais para se desenvolver. De toda forma, considera o momento como a única revolução social do Brasil, visto que a passagem da estrutura escravista para o trabalho livre corresponde a mudanças na ordenação e dinâmica da população do Brasil.

Por seu turno, para Nelson Werneck Sodré em *Introdução à Revolução Brasileira* (1978), na abolição e após ela, os contrastes apenas foram fixados, pois comenta o autor, que as classes dominantes ainda detinham a concentração da propriedade rural, urbana e familiar, segundo ele, traço fundamental que marca a nossa sociedade mantendo o vínculo com o passado colonial.

Como se verifica na comparação entre os dois autores, tais questões não se dão de forma natural, linear ou pacífica. Retomando “*Sobrados e Mucambos*”, (Freyre, 1990) se compreende que o processo de “europeização” do Brasil no século XIX contém elementos atípicos para a sociedade nacional e imitativos superficiais do padrão europeu como em qualquer sociedade em plena transição.

Entretanto, Freyre percebeu também que neste processo havia elementos reais, de autêntica assimilação e aprendizado cultural. Havia a construção de instituições importantes para uma ordem moderna, como o Estado e o mercado (considerando-se as dimensões possíveis de um mercado no Brasil do século XIX). Segundo Freyre, as instituições Estado e mercado permitiram o estabelecimento de bases universais que traçam a tipologia do Brasil moderno, sem contudo, enfatiza Freyre, reduzir constante embate entre dois sistemas distintos, ou dois modelos antagônicos de valores.

Dito de outra forma, para Gilberto Freyre a mudança que o Brasil vive no século XIX e que recebeu o nome de europeização, na qual a formação do Estado soberano e o advento do mercado podem ser entendidos como um grande

impacto de transformação na sociedade brasileira naquele período, com sérias consequências econômicas, políticas e culturais no futuro. Segundo o autor, tratava-se de uma reconquista ou reapropriação de valores ocidentais individualistas, da cultura europeia.

Tais valores aos poucos foram se incorporando ao Brasil, mesmo que impostos de cima para baixo, e passariam a ser os valores e elementos simbólicos da nossa modernidade.

Dentre os citados valores, uma questão importante era o debate *centralização x descentralização* que permeou o Império desde a independência. Questão que, como já vimos na controvérsia entre Tavares Bastos e o Visconde do Uruguai, dois sócios da Amante da Instrução se viam imersos.

Cabe lembrar que a Constituição Outorgada em 1824, da mesma forma que oferecera espaços de avanço, foi também uma Constituição que restringia o poder das províncias e deixava a força decisória nas mãos do “Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brasil”, criando o chamado Poder Moderador.

Diversos movimentos buscaram a ampliação do poder das províncias, culminando, por exemplo, com o Ato Adicional de 34 que a despeito de desconfianças e críticas foi, em certo sentido, uma tentativa de dar espaço para a prática federativa.

Como acima citado, a raiz do problema remonta a Carta outorgada de 1824 que reconhecia a existência de um Quarto Poder Constitucional com vastas prerrogativas, ou seja, com capacidade de ingerência sobre os demais poderes e outros

aspectos da vida do Império. Havia quatro interpretações acerca dele.

Resumidamente os chamados conservadores afirmavam que o Poder Moderador representava a harmonia entre os demais. Por outro lado, os ditos liberais entendiam que alguém deveria responder pelos atos do Quarto Poder e, como os ministros os executam, eles deveriam ser responsabilizados por estes. Numa terceira linha de interpretação, certamente mais extremada, dizia-se que qualquer forma de controle sobre o Poder Moderador significava uma inversão de soberania e o próprio fim da monarquia. Por fim, havia aqueles que, menos republicanos e mais federalistas, para quem o Poder Moderador deveria ser extinto.

Com efeito, o Poder Moderador era a expressão máxima do centralismo decisório estatal, uma marca do Estado Imperial e um dos principais elementos para a ordem que se almejava a época da independência. Nas palavras de Oliveira Viana:

Uma constituição política de caráter acentuadamente descentralizado e com um poder central débil e ineficiente, por mais liberal e democrática que fosse, seria ali uma construção perfeitamente fora da realidade, formosamente edificada com a mais pura argila doutrinária, mas absolutamente incapaz de garantir à sociedade a sua segurança externa e, portanto, de garantir, na sua vida interna, a realização do direito. (VIANA, 1922, p.10-11)

De fato, naquele momento e durante as décadas seguintes, o temor da perda da unidade nacional justificava sua existência, pois, sem dúvida, foi a força do poder central associado às articulações das elites políticas e ao poder econômico que principalmente a indústria cafeeira lhes conferia controlaram os movimentos separatistas e apaziguaram conflitos de interesses das elites locais que surgiam em diversas regiões do país.

Tal questão certamente era tratada pela elite humanista e cosmopolita que frequentava a Sociedade Amante da Instrução¹²⁰, pois, em primeiro lugar, esse segmento entendia o padrão básico das relações sociais e econômicas do país. Em igual sentido compreendia que a sociedade brasileira ainda era basicamente oligárquica, familiar e autoritária.

Nesse sentido parte da elite acreditava que o Estado representava a única esperança de proteção contra as formas de mandonismo oligarcas. Assim, mais que benéfica, seria inevitável a intromissão do Estado nos assuntos da sociedade brasileira a fim de assegurar que as metas e interesses de tal sociedade sejam alcançados.

Por tal motivo a questão do Estado foi a força da unidade, não só a condição necessária para o exercício de mediações e clivagens entre segmentos da sociedade brasileira como também para permitir o que convencionou-se

¹²⁰ Muito embora a Sociedade não permitisse ou criasse espaço institucional para a exposição aberta de tais questões, como apresentado no capítulo II.

chamar de “expansão para dentro”¹²¹, elemento fundamental para o estabelecimento de símbolos de identidade e de padrões de sociabilidade que ao fim e ao cabo distinguiram o Império do Brasil.

Contudo, pode-se aceitar que na medida em que o país se “modernizava” e mais se relacionava com o mundo desenvolvido, ocorria uma mudança expressiva na face mais cosmopolita de grupos das elites que aos poucos, assumindo a “modernidade” liberal, abandonavam a crença da *civilização* brasileira como uma herança da lógica colonial, da centralização monárquica, expressa no Poder Moderador, como o melhor meio de alcançar ou viabilizar um projeto civilizatório, dado a emergência de uma ordem econômica, social e política totalmente nova e mais dinâmica no restante do mundo.

Com a modernização, as relações sociais de produção derivadas das forças de mercado vão se transformando em uma ordem social competitiva fundada no conflito em que a mediação, até então realizada pelo poder centralizador, perde capacidade e essência - já que são inócuas frente às relações conflitivas e as assimetrias típicas do mercado.

Obtemos, assim, um cenário único ao desenvolvimento do segmento da elite que estudamos, o que facilita o entendimento quanto à sua compreensão e sua capacidade de

¹²¹ Corresponde ao conjunto de práticas desenvolvidas pela classe dirigente imperial, compostas por elementos simbólicos, mormente de convencimento, para que fosse conformada nos brasileiros a identidade nacional.

adaptação frente as mudanças sociais que serão responsáveis por um conjunto de transformações que, em breve, determinarão a transição do consenso para o conflito.

Por tudo que se pôde observar o segmento da elite, que se organizou em torno da Sociedade Amante de Instrução, possuía papel relevante não só no interesse humanista de educar o povo a época, mas também no de criar o arcabouço educacional compatível com os anseios do Império, e ainda de suprir suas necessidade próprias (no sentido de seus interesse de elite). Assim fazendo, acima de tudo, tal segmento da elite contribuiu para o fixação de condutas que, embora não sem percauso, gradativamente se coadunaram com as mudanças do padrão de sociabilidade ou das regras sociais de produção que em breve passariam a se estabelecer pelo trabalho assalariado.

Considerações Finais

Em 12 de setembro de 1835 João Caetano dos Santos (o Patrono do Teatro brasileiro) enviou correspondência dirigida ao presidente da Sociedade Amante da Instrução (da qual era sócio) oferecendo 50% do valor que viesse a ser arrecadado na estreia de encenação teatral, que aconteceria no teatro em Niterói (supõe-se no Teatro São Pedro). Em outra correspondência datada de 20 de novembro de 1837¹²² informa a “publicação de escriptos” de sua autoria, agradecendo a contribuição da Sociedade. Breve pesquisa indica que tais escritos provavelmente seja o livro *Reflexões Dramáticas*, efetivamente publicado em 1837.

Mesmo não se encontrando registros sobre qual “contribuição” a Sociedade proporcionou à obra de João Caetano, a citada troca de correspondências dá boa medida da postura da Amante da Instrução, e, principalmente, das relações entre seu quadro de sócios no sentido da busca de construção de símbolos de identidade para o país, ideia que inegavelmente

¹²² As duas correspondências encontram-se preservadas nos Livro de Offícios 1834-1837. Por motivos evidentes o acervo da Sociedade não dispõe de cópias das correspondências enviadas, somente das recebidas. Muito embora a maior parte de tais correspondências sejam justificativas apresentadas por sócios de ausências em reuniões, algumas em muito contribuem para a compreensão das relações da Sociedade com outros atores da corte. Tais cartas dizem respeito, por exemplo, a concessões de donativos, oferecimentos para o estabelecimento de aulas, questões ligadas ao Ministério dos Negócios do Império a solicitações encaminhadas ao imperador, etc.

estava associada ao desejo de estabelecimento da consciência nacional¹²³.

Entendemos que a documentação examinada na presente pesquisa nos permite afirmar que as ações simbólicas praticadas diretamente pela Sociedade Amante da Instrução ou as de alguns de seus sócios por seu intermédio, tinham objetivos claros no sentido de estabelecer ou difundir padrões de sociabilidade buscando transformações na lógica social brasileira que após Independência, vivenciava uma realidade dual ou antagônica, pois ao mesmo tempo em que preservava aspectos do passado colonial (latifúndio, monocultura e escravismo), via – graças à emergência do café – sua realidade econômica tornar-se mais dinâmica e gradualmente mais extratificada.

A leitura dos documentos da Sociedade Amante da Instrução nos permite assumir que o segmento da elite imperial, culto e cosmopolita, que orbitava nos quadros da Sociedade, embora em certo nível vinculada aos interesses da agricultura mercantil-escravista, por seu contato cada vez mais frequente com as *democracias* da Europa e Estados Unidos e pelo fortalecimento progressivo de seus laços com a camada burguesa e burocrática local (derivadas da ampliação de setores de serviços e de outras indústrias nascentes) se preparou para alguma espécie de renovação. Tais aspectos nos permite perceber que o segmento da elite estudado ajustou-se

¹²³ João Caetano, bem espelha o intuito de definir a identidade nacional. Organizou a primeira companhia teatral integralmente composta por atores brasileiros, fundou uma escola gratuita de arte dramática e criou premiações para a produção artística nacional. Suas contribuições para a arte e cultura do país são bom exemplo da mentalidade do seguimento da elite que estudamos.

periodicamente – com maior ou menor velocidade – às novas (ou modernas) exigências decorrentes das relações sociais de produção que se estabeleceram gradualmente ao longo do Império. Visto de hoje, tal processo poderia ser explicado pelo fenômeno da “circulação das elites”¹²⁴, porém não no sentido renovação de quadros, mas no de adaptação dos quadros.

Assim, nos vemos impelidos a aceitar que o segmento da elite vinculado à Sociedade Amante da Instrução criou os meios para manter-se como classe dirigente política, mesmo diante da inevitável fragmentação da sociedade do consenso e do surgimento de uma ordem social competitiva, derivada da modernização das relações de mercado.

É importante destacar que nossa constatação não pretende apresentar a existência de antagonismos entre os segmentos da elite imperial que, em verdade, mantinham uma relação simbiótica, uma espécie de unidade entre contrários, na qual, inclusive, reside a originalidade daquele momento histórico. Pelo contrário, aceitamos como premissa aquilo que afirma Fernando Novais, ou seja, que o caráter mercantil, baseado na acumulação primitiva do capital, desde a colonização brasileira, tornou-se, no período, absolutamente consolidado¹²⁵. Sendo assim, manter o tecido social interessava, mesmo que por motivos diferentes, a todos os grupamentos da classe dominante, que, portanto e para tanto se uniam.

¹²⁴ Cf. PARETO, citado in: RODRIGUES, 1984.

¹²⁵ Cf. NOVAIS, 1979.

Egresso do século XIX, o ‘barão do café’ não menos forte que os dois primeiros [produtores de açúcar e gado], contudo mais finório e diplomata assoma a uma política do país a partir do II Reinado e alcança as primeiras décadas da República. Cresceu. Agigantou-se... Sultão do café, fazendeiro de imensos latifúndios. Neste tripé formou-se a ideologia norteadora das elites do país, das financeiras as intelectuais cujo denominador comum identifica-as e uniu. (ALMEIDA. 2004, pg 199)

No sentido seguinte, outra premissa de nossa pesquisa decorre do fato de que para parte ou para grupos da classe dirigente nacional, a primeira tarefa civilizatória no Brasil deveria ser a continuação da lógica iniciada por um “Portugal colonizador”. Para esse grupo da elite havia, então, que dar continuidade para reproduzir interesses econômicos baseando-se na mesma estrutura produtiva e nas mesmas mecânicas que davam amparo à produção escravista-agrária-exportadora. Para tanto, tal grupo se via obrigada a propiciar a coordenação e o estabelecimento de uma lógica de Estado organizado por consenso (ou, como já citado, se preferirmos, pela redução de possibilidades de conflito) e que lhes garantisse a estabilidade da expansão do processo de acumulação promovida em termos semelhantes ao da colonização portuguesa no Brasil.

Gilberto Freyre discute esse ponto, inclusive comparando estruturas colonizadoras, no texto *On the Iberian Concept of Time*¹²⁶, publicado em 1963, indicando que cada uma dessas estruturas teriam potenciais distintos, afirmando ainda que o pioneirismo dos navegadores ibéricos, normalmente

¹²⁶ Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307>. Visitado em 04 de out. 2012.

consagrado como sendo o resultado de um senso de *espaço* diferente dos outros europeus, teria ainda uma variável baseada no *tempo* no sentido de um senso de *tempo* não-europeu.

I am suggesting that in relation to space Iberian navigators were more advanced in their scientific knowledge than most Europeans engaged at the same task; and that in relation to time they were less advanced in their scientific knowledge than most of their European competitors or rivals in the conquest of non-European lands and peoples.

Outra questão relevante apresentada diz respeito ao aspecto comercial ou de comercialização exportadora da colônia lusitana que acaba por dar certo destaque às atividades no litoral, já que as aglomerações urbanas litorâneas funcionam como os entrepostos de triangulação do comércio internacional, o que gradativamente também os transforma em importantes mercados locais, onde se realizavam trocas de produtos de subsistência.

Como já evidenciado, os dois fatores se ampliam e a citada dualidade ganham nova dimensão com a chegada da família real em 1808, que traz consigo funções mais cosmopolitas e, em certo sentido, mais modernas frente a necessidade de instalação de órgãos político-administrativos bem mais complexos que os existentes na colônia, absorção de novos contingentes de trabalho especializado, como o de militares, de engenheiros, médicos, etc. Assim as transformações havidas não são meramente quantitativas, mas também qualitativas.

Destaque-se, de toda sorte, que a mentalidade dos proprietários rurais manteve-se estreitamente ligada a uma tradição plantacionista e que a organização do trabalho escravo se caracterizava como um processo de divisão do trabalho que, aliás, se irradiou para outros setores produtivos e se disseminou, de modo generalizado, na vida social brasileira. Dito de outra forma, a transformação de colônia em corte, no primeiro momento, pouco alterou a tradição da acumulação colonial e as ações da elite local, já que:

... as elites do país absorvem a força de um longo processo cultural que foi se sedimentando desde o início da colonização, nos costumes, nas tradições, nos valores, na maneira de agir e de se posicionar no seu mandonismo diante da massa trabalhadora de escravos... (ALMEIDA, 2004, p 197)

Contudo, mesmo que de forma gradual, o Brasil começa a ajustar-se a alguns avanços típicos da Revolução Industrial, decorrentes do surgimento de um mercado assalariado em que novos grupos sociais emergem, sendo que parte deles se incorpora tanto aos segmentos da elite econômica, quanto aos da elite intelectual, que por óbvio, buscam promover o rearranjo entre segmentos da elite pela hegemonia nacional.

Uma parte dos membros do movimento intelectual vinha de grupos sem laços estreitos com a elite imperial. Estes eram, pois, negativamente privilegiados pela estrutura estatal de distribuição de recursos sociais e de status. Outros eram oriundos ou de grupos sociais novos ou das facções politicamente subordinadas da elite imperial e

estavam alijados das instituições políticas fundamentais do regime. Por razões diferentes, os grupos que compõem o movimento intelectual não tinham suas demandas processadas pelo sistema político. Todos amargavam uma insatisfação com um regime fechado, que não se modernizava. (ALONSO, 2000, p. 44)

Percebe-se, ainda, que o rearranjo das elites se dá também pelo parcial deslocamento do poder da corte, para outras regiões do país. Diversos autores alertam que grupos oligárquicos regionais foram, ao longo do Império, cooptados a aceitar a autoridade central. Carlos Lessa, por exemplo, afirma que:

As tendências separatistas ou foram superadas pela mão militar, a partir do Rio, ou por negociação. Prevaleceu, em última instância como força centrípeta, o temor oligárquico de revoltas populares que ameaçassem seu patrimônio. O chamado grupo Saquarema centralizou recursos políticos e financeiros, garantindo as demais oligarquias a segurança para seus patrimônios e pactuando sua hegemonia local, desde que exercida com tranquilidade. No acordo que extinguiu a Revolta Farroupilha foi a garantia de mercado interno gerado pelo café, para o charque gaúcho, o argumento decisivo. (LESSA, 2000, p 123.)

A afirmação de Lessa se refere à primeira metade do século XIX (período em que ocorre a Revolta Farroupilha, entre 1835-1845), contudo e independente do aspecto temporal, vários autores questionam a relevância que se dá condução diretiva da corte no processo de formação política do Império.

Portanto, segundo estes autores, se é verdade que o projeto encabeçado pela elite residente na corte do Rio para a constituição do corpo político denominado Império do Brasil tenha sido o que foi levado a cabo, não é menos verdade que junto com ele vários outros projetos coexistiram e que muitas negociações foram necessárias para que ele fosse o vencedor. A construção da nação brasileira não foi um processo único comandado pela elite carioca e que pouco levou em consideração as outras elites existentes no vasto e desunido território do novo Império do Brasil. (ANDRADE, 2009, p. 23)

Seja como for, com a chegada da segunda metade do século, o esvaziamento da hegemonia da elite fluminense e carioca passa a ser inequívoco, notadamente pelo advento e fortalecimento da classe dirigente paulista, como, por exemplo, apresenta Edgard Carone:

A partir de 1870, a classe dirigente paulista começa a se sobressair no jogo do poder, tendo uma representatividade singular no Império e na República. Ainda divididos em facções ideológicas e políticas, os paulistanos se apresentam com republicanos e monarquistas, positivistas e agnósticos, evolucionistas e católicos, mas, pragmaticamente, são uníssomos na questão da sua hegemonia sobre a sociedade. (CARONE, 2001, p. 13)

Contudo, frente à virtual perda do predomínio ou de hegemonia de alguns (fosse a elite local ou nacional), a elite instruída e cosmopolita teve sua ação, certamente, pautada pela aceitação de uma sociedade promissora em termos de acumulação, porém possuidora de relações sociais tensas e conflitivas, já que a passagem da preponderância do capital

mercantil para preeminência do capital industrial alteraria radicalmente a forma de subsunção do trabalho e, portanto, das relações sociais existentes.

Desta forma, na segunda metade do século XIX o arranjo social precisava ser revisto e, como anteriormente apresentado, o grupo da elite que estudamos o fez, sem, contudo, alterar o equilíbrio entre a manutenção de um estado burocrático patrimonialista que impede a emergência ou a circulação do poder político de baixo para cima como seria normal no novo contorno de classes, típico das relações capitalistas.

Tais transformações podem ser identificadas por algumas passagens vivenciadas pela Sociedade Amante da Instrução.

No último quartil do século XIX, a Sociedade passou por intensas (porém graduais) transformações. Como já visto entre a Abolição e a Proclamação da República foram dela presidentes o senador Correia, sucedido por Vieira Souto. Nos primeiros anos da República, Cesário Alvim assume a presidência. De toda forma, na virada ao final do século XIX para o XX, embora mantendo no quadro social, diversas personalidades, intelectuais, juristas e parlamentares, a bem dos fatos, poucos tiveram verdadeira expressão nacional.

Ao que tudo indica, já eram novos tempos, em que não havia mais a disponibilidade para as causas nacionais ou coletivas. É um tempo em que a individualidade na busca de um melhor posicionamento nas relações sociais torna inócua a

participação em sociedades ou associações focadas no bem comum ou no próximo.

Como mencionado, prova disso encontra-se no próprio acervo da Sociedade, tão rico em suas primeiras décadas e tão sem registros ao final do século, sendo que até mesmo as cuidadosas notas biográficas sobre os sócios falecidos desaparecem, resistindo, no máximo, nominatas dos que haviam morrido.

Outro exemplo que se pode apontar encontra-se no relatório de 1892, que consta uma curta homenagem a um sócio morto, informando: *“O fallecimento em Pariz no dia 5 de Dezembro do grande protector da Sociedade Amante da Instrução, o Sr. D. Pedro de Alcântara (...)”*.

O homem que certamente fora o maior benfeitor da Sociedade e, inegavelmente, que mais doações lhe fez, era agora, apenas, o cidadão Pedro de Alcântara. Mas o Império já estava findo e em tempos republicanos o Imperador foi homenageado, sem dúvida, mas à maneira republicana. E, talvez, de forma menos correta ou com menor lisura.

A Sociedade se transmutou junto com o país e, gradativamente, abandonou os debates educacionais de foco humanista e o desejo de apresar o movimento civilizatório, para transformar-se, pragmaticamente, em uma instituição filantrópica, como dita seus estatutos. Mas, de forma, incontestemente, a força do ideal humanista dos dez jovens pobres que a fundaram em 1829 e dos segmentos da elite que dela participaram, de alguma forma, se renovou de geração em geração. O que talvez somente se explique pelas palavras de

seu idealizador Joaquim Bernardo Leal, que no já referido discurso do cinquentenário destacou:

... por um desses prodígios da divina Omnipotencia, quando permite que os pequenos e os humildes empreendam grandes e meritorias obras ...

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P et LAGO, L. A. A economia brasileira no império, 1822-1889. Texto para Discussão 584, Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, novembro 2010.

ALBUQUERQUE, M. M. A propósito de rebelião e trabalho escravo. Encontros com a civilização brasileira, nº 5, 1978.

ALMEIDA, A. A república das elites: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ALONSO, A. Crítica e Contestação: O Movimento Reformista da Geração 1870. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 15 No 44, São Paulo. Outubro de 2000.

ANDRADE, P. As elites regionais e locais no processo de construção do estado e da nação brasileira: um breve balanço historiográfico. In: Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: nossas letras na história da educação. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

AQUINO, R. et alii, Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ARANHA, M. L. História da educação. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

AVELLAR, H. A. História administrativa e econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fename, 1976.

BASILE, M. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. (Tese de Doutorado) UFRJ, 2004.

BENCHIMOL, J. Pereira Passos: Um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1953.

BRESCIANI, M.S. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana, cientista social. In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.) História econômica da Primeira República. São Paulo, SP: Hucitec, Edusp e Imprensa Oficial, 2002.

BOURDIEU, P. O poder simbólico, Lisboa: Difel. 1989.

_____. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BUARQUE DE HOLANDA, S. et alii. História geral da civilização brasileira. Volume II. São Paulo: Difusão Europeia do Livro e USP, 1972.

_____. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. A herança colonial – sua desagregação. In: História geral da civilização brasileira. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1976, t. II, v. 1, p. 9-39.

CÂNDIDO, A. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 2º Volume: 1836-1880. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 1997.

_____, A. Dialética da malandragem. In: O discurso e a cidade. São Paulo: Duas cidades, 1993.

CARDOSO DE MELLO, J.M. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense. 1982.

CARDOSO DE MELLO, J.M et NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. Unesp/Facamp: Campinas, 2009.

CARNEIRO, A. Figurações do índio romântico em Sousândrade e Gonçalves Dias. Revista Eutomia, Ano II, Nº 2 – dezembro de 2009.

CARONE, E. A evolução industrial de São Paulo (1889-1930). São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CARREIRA, L. C. História financeira e orçamentária do império do Brasil. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

CARVALHO, J. M.(org). Bernardo Pereira de Vasconcelos. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. A Construção da ordem; A elite política imperial. teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Formação das almas. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1996.

CESAR, G. Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição europeia, crítica e história literária. São Paulo: Edusp, 1978.

DIAS, M. O. A interiorização da metrópole (1808- 1853). In: MATA, C. G. (org.) 1822. Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

DUMA, J. Sobre as elite: abordagem historiográfica. Revista História Unisinos. São Leopoldo. v. 07. no 08, 2003.

DUARTE, C. L Feminismo e literatura no Brasil. Estudos avançados . vol.17 no.49, São Paulo Sep./Dec. 2003

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. Estudos avançados, São Paulo, USP, 6(14), 1992.

_____. Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Ed. Globo, 1977.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. A Integração do negro na sociedade de classes. Vol. I. São Paulo, Dominus Editora e Editora da Universidade de S. Paulo, 1965.

FERREIRA, G. Centralização e descentralização no império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai. São Paulo: Editora 34, 1999.

FERREIRA, I. Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

FREYRE, G. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____. Casa Grande & Senzala – Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo, Ed. Global, 2003.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Estatísticas Históricas Brasileiras (EHB), segunda edição, Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.

FURTADO, C., Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2003.

GAMA CERQUEIRA, H. A. Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês. Texto para discussão:263. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

GONÇALVES, J.R.B. A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

JANCSÓ, I. et PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (org.). Viagem incompleta – A experiência brasileira. 2ª. ed. São Paulo: SENAC, 2000, p. 129-175

KURY, L (Org.). Iluminismo e império no Brasil: o patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

LEMOS, C. A. L. Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na corte Imperial. Tese de Doutorado,

Faculdade de Educação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

LESSA, C. O Rio de todos os Brasis (uma reflexão em busca de auto-estima). Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

LOBO, M. E. História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC. V. I, 1978.

LUNA, F. V. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo (1759 – 1850). São Paulo: Ed. USP. 2005.

MARTINS, A. S. A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MATTOS, I. R. O tempo saquarema. Brasília: INL, 1987.

_____, I. R. de. Do império do Brasil ao império do Brasil. In: _____. (org.) Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004, v. 2.

MARINHO, J.; PIRES, M.; VILLELA, A. (Orgs.) Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva. Belo Horizonte, MG: Cefet, 2007.

MARTINS, V. Aspectos jurídicos-constitucionais da Carta de 1824. Inteligência Jurídica. Ano I, n. 10, set/2001.

MARX, K. O capital. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968 (Livro I).

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1964.

MAYOS, G. Ilustración y Romanticismo; Introducción a la polémica entre Kant y Herder. Barcelona: Editorial Herder, 2004.

MELLO, E. C. Um imenso Portugal – História e historiografia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

MONTEIRO, J. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Departamento de Antropologia. Campinas: IFCH-Unicamp, 2001.

MORAES FILHO, E. As ideias fundamentais de Tavares Bastos. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MORAES, R. et al. (Orgs.). Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREL, M. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores e sociabilidade na corte imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NOVAIS, F. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo, Hucitec.1979.

ODALIA, N. A economia e o pensamento historiográfico de Oliveira Viana. In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.) História econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec/USP, 2002.

OLIVEIRA, A. A. Ensino público. Brasília: Ed. Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA LIMA, E. O movimento da independência: 1821-1822. São Paulo: Topbooks, 1997.

OLIVEIRA TORRES, J. C. Os construtores do império. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.

PAULILO, A. L. Projeto político e sistematização do ensino público brasileiro no século XIX. Cadernos de Pesquisa, vol. 34, n. 122, mai/ago 2004.

PECHMAN, R. M. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PERES, T. R. Pedagogia cidadã – Cadernos de formação: história da educação. São Paulo, UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

PIMENTEL FILHO, J. E. O “Homem Inculto” e a pacificação durante o império brasileiro: um modelo de interpretação histórica construído a partir da abordagem dos direitos humanos. Clio - Revista de Pesquisa Histórica. Fortaleza, N. 29.1.2011.

PIRES M. P. et COSTA, I.O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. ESTUDOS AVANÇADOS 14 (38), 2000.

PRADO JÚNIOR. C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. Evolução política do Brasil – Colônia e império. São Paulo, Brasiliense, 2008.

_____. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. São Paulo, Brasiliense, 1960.

PROENÇA, M. C. A primeira regeneração: o conceito e a experiência nacional (1820-1823). Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

RAZZINI, M. de P. G. O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de Português e Literatura (1838-1971). Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

RODRIGUES, J.A (Org.). Vilfredo Pareto: Sociologia. São Paulo: Ática, 1984.

SAES, D. Formação do estado burguês no Brasil (1888-1891). Paz e Terra: Petrópolis, 1985.

SALLES, R. Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado, Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1996.

SCHWARCZ, L. M. et alii. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHUELER, A. F. M. et GONDRA, J. G. Reformas educativas, viagem e comparação no Brasil oitocentista. Educação e pesquisa. v.34 n.3 São Paulo set./dez. 2008.

_____ Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escola públicas primárias (1870-1890). Tese de Doutorado, Faculdade de Educação. Belo Horizonte: Universidade Federal Fluminense, 2002.

SIMONSEN, R. História econômica do Brasil: 1500/1820. Brasília: Editora Nacional, 1977.

SODRÉ, N. W. Síntese de história da educação brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

TARQUINIO DE SOUZA, O. História dos fundadores do império do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio Editora, 1957.

VENANCIO FILHO, A. Estatutos dos cursos jurídicos. Rio de Janeiro: IAB, 1982.

VERGARA, S.; REIS GONÇALVES, H.M. Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1978.

VIANA, O. Evolução do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1933.

_____. Instituições políticas brasileiras. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

_____. O idealismo na evolução política do império e da república. São Paulo: Biblioteca O Estado de São Paulo, 1922.

VIDAL, D.; SOUZA M. C. A Memória e a sombra: a escola brasileira entre o império e a república. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 1999.

WERNECK SODRÉ, N. Introdução à revolução brasileira. Rio de Janeiro, Editora Ciências Humanas. 1978.

WERNECK VIANNA, L. Visconde do Uruguai e a cultura política brasileira. PUC-RJ – Centro de Estudos Direito e Sociedade – Boletim: março e abril de 2008.

Sites:

BLAKE, A. V. S. Dicionário bibliográfico brasileiro, 1827-1903. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em 20 setembro de 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada. Online. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em 03 junho de 2012.

CONTEXTO EDUCACIONAL: Online. Disponível em www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/contedu.htm, consultado em junho de 2013.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Online. Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em 18 setembro de 2012.

FREYRE, G. On the Iberian Concept of Time. Online. Disponível em <<http://www.jstor.org/discover>>. Acesso em 04 de outubro de 2012

KANT, I. Resposta à pergunta: Que é o iluminismo? Online. Disponível em: <<http://www.lusosofia.net>>. Acesso em 21 outubro de 2012.

VIANA, O. O idealismo na evolução política do Império e da República. São Paulo: Biblioteca O Estado de São Paulo, 1922. Disponível em: <<http://www.museusdoestado.rj.gov.br/cov/pesquisa>> Acesso em 12 outubro de 2012.

Fontes documentais:

ANAIS: Coleção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.

ATA DA “SESSÃO ANIVERSÁRIA” da Sociedade Amante da Instrução de 1876.

ATAS do Conselho da Sociedade Amante da Instrução de 1831-42 (Livro).

ATAS do Conselho da Sociedade Amante da Instrução de 1843-51 (Livro).

ATAS do Conselho da Sociedade Amante da Instrução de 1852-63 (Livro).

ATAS do Conselho da Sociedade Amante da Instrução de 1864-75 (Livro).

DUQUE ESTRADA, A. C Prologo para a verdadeira historia da Imperial Sociedade Amante da Instrucção em o qual se distingue esta sociedade de outras com as quaes a teem confundido, Rio de Janeiro, Typografica Perseverança, 1867.

ESTATUTOS da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832.

FRAZÃO, M.J. Cartas do professor da roça: artigos relativos à instrucção publica da côrte, publicados no Constitucional de março e abril de 1863. Rio de Janeiro, Typographia Paula Brito – Praça da Constituição, 1864.

OFÍCIOS recebidos pela Sociedade Amante da Instrucção de 1834-1837 (Livro).

LEAL, Bernardo. Manuscritos relativos às atas das reuniões da Jovial e Instrutiva. Com dedicatória de oferecimento à Sociedade Amante da Instrucção em 1862.

PARECERES de Comissões da Sociedade Amante da Instrucção de 1864-75 (Livro).